

Adusp

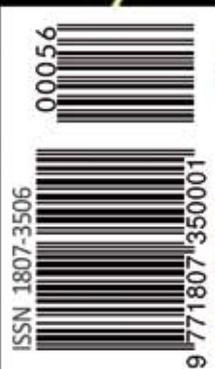
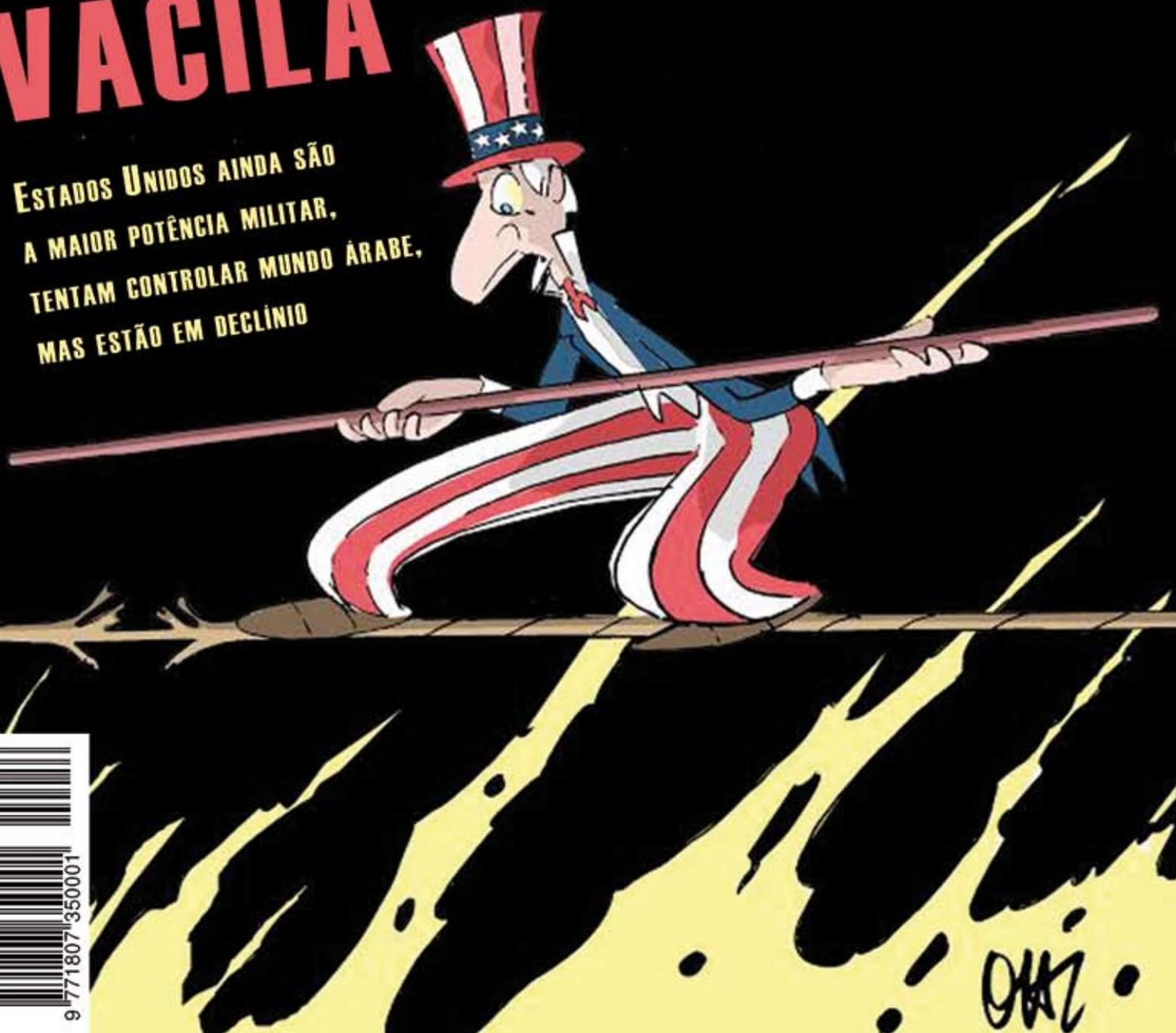
Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Março de 2014 - Nº56

REPORTAGEM
**DITADURA INVADIU
VOCACIONAIS DE SP**



O IMPÉRIO VACILA

ESTADOS UNIDOS AINDA SÃO
A MAIOR POTÊNCIA MILITAR,
TENTAM CONTROLAR MUNDO ÁRABE,
MAS ESTÃO EM DECLÍNIO



6

ENTREVISTA: Romualdo Portela de Oliveira

“Planos de educação são peças para a crítica radical das traças”

SIMPÓSIO “UM MUNDO EM CONVULSÃO”

18

Declínio do Império, crise em escala global e o risco de previsões

Daniela Alarcon

25

Guerra civil no mundo árabe opõe sujeitos vários e “grande mão” dos EUA

Hugo Fanton

32

Neodesenvolvimentismo, “jornadas de junho” e novos desafios ao lulismo

Daniela Alarcon

39

“As ruas se encheram de classes sociais”, da esquerda à direita

Daniela Alarcon

44

Fundos de pensão, capitalismo e luta de classes no Brasil

Hugo Fanton

REPORTAGEM

51

Vocacionais, breve história de uma utopia transformadora

Gabriela Moncau

UNIVERSIDADE

61

Tornada mercadoria, pesquisa é fator de competição e estresse

Guilherme Jeronymo

USP

68

Alívio! Termina a tenebrosa gestão de J.G. Rodas

Pedro Estevam da Rocha Pomar

77

“Plano B” improvisado agrava crise da EACH

DIRETORIA

Ciro Teixeira Correia, César Augusto Minto, Osvaldo Coggiola,
Francisco Miraglia, Antonio Carlos Cassola, Lighia Horodynski Matsushigue,
Adriana Pedrosa Biscaia Tufaile, Demóstenes Ferreira da Silva Filho,
Andrés Vercik, Caio Gracco Pinheiro Dias, César Antunes de Freitas

Comissão Editorial

Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior, José Marcelino de Rezende Pinto,
José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto, Marcos Barbosa de Oliveira,
Osvaldo Coggiola, Pedro Paulo Chieffi, Primavera Borelli, Sumaya Mattar

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar
Assistente de redação e produção de infográficos: Mariana Zito
Ilustrações desta edição: Ohi. **Fotografia da capa:** Acervo da GVive

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara
Assistente de produção: Rogério Yamamoto
Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva
Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 5.500 exemplares
Gráfica: Eskenazi

Adusp - S. Sind.
Av. Prof. Almeida Prado, 1366
CEP 05508-070 - Cidade Universitária - São Paulo - SP
Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br
Telefone: (011) 3724-8900

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade. Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

SUPERPOTÊNCIA CLAUDICANTE E CRISE GLOBAL

Os Estados Unidos da América ainda são a única superpotência do planeta, dotada de supremacia militar (convencional e nuclear) incontestável, enorme força financeira, econômica, diplomática. O desmanche da União Soviética deixou o Império sem rival à altura por mais de duas décadas. Contudo, na medida em que se firmavam outros pólos de poder, militar ou econômico, como a China e a nascente (embora instável) União Europeia, acentuava-se simultaneamente a erosão das bases materiais e políticas do Império. Sua hegemonia nos campos tecnológico, econômico e comercial passou a ser desafiada e fustigada tanto por parceiros como por rivais. “A decadência do Império é visível, ainda que se mantenha como a maior potência militar e econômica do planeta”, sintetizou o professor Antonio Celso Ferreira na mesa-redonda sobre o tema organizada pelo Simpósio Internacional da FFLCH-USP realizado em 2013. Mas, adverte ele, “é preciso admitir que estamos diante de uma crise não só europeia ou norte-americana, mas de uma crise dos sistemas em escala global”, de modo que “o êxito dos BRICS não deve nos iludir”.

Os BRICS? Sim, eles incomodam os Estados Unidos. Não apenas a China, cujas transações comerciais (exportações mais importações) ultrapassaram US\$ 4 trilhões em 2013, cifra superior à obtida pelo Império. A crise na Ucrânia, se por um lado mostrou a força de agrupamentos paramilitares neonazistas (simpaticamente denominados como “manifestantes” pela mídia brasileira, mesmo quando portavam fuzis ou coquetéis molotov), resultando na queda do governo nacional, por outro lado teve como um dos desdobramentos o retorno da Crimeia à Rússia e a reafirmação do papel russo de grande *player* da geopolítica, para desgosto dos norte-americanos.

Um conflito aberto de grandes proporções entre Rússia e Ucrânia, com envolvimento de terceiros, parecia improvável, mas a sucessão de incidentes neste início de 2014 reafirma a tese do professor Ferreira quanto à “crise em escala global” e, portanto, lhe dá razão quando diz que “não teremos calmaria nos próximos anos”.

As guerras civis no mundo árabe, nas quais se faz sentir a “grande mão” do Império; a natureza e o sentido dos protestos que levaram milhões de brasileiros às ruas em 2013; os desafios enfrentados pelo neodesenvolvimentismo lulista e os rumos do país; o papel deletério dos fundos de pensão na luta de classes. A cada ano, o Simpósio Internacional da FFLCH reafirma-se como um momento privilegiado de debate das grandes questões da conjuntura, em dezenas de mesas-redondas. Os temas citados foram os abordados nesta edição, ao lado da matéria de capa. Daniela Alarcon e Hugo Fanton assinam as reportagens.

Outros destaques deste número são a entrevista concedida pelo professor Romualdo Portela a Eliane Parmezani, bem como as reportagens sobre os colégios vocacionais e sobre o frenesi produtivista na ciência, de autoria, respectivamente, de Gabriela Moncau e Guilherme Jeronymo.

Conselho Editorial renovado

O Conselho Editorial da *Revista Adusp* passou por ampla renovação. Em 2012, deixaram de integrar o Conselho, ao final de seus mandatos, os professores Flávio César Almeida Tavares (Esalq), Décio Crisol Donha (EP), Dilma de Melo Silva (ECA) e Maurilane de Souza Biccas (FE). Em 2013, encerraram seus mandatos, após reconduções, Osvaldo Coggiola (FFLCH), Luiz Menna-Barreto (EACH), José Marcelino de Rezende Pinto (FFCLRP) e José Maria Pacheco (FSP). Também saiu o professor Jessé Rebello Júnior (EP), que representava a Diretoria da Adusp no Conselho.

Agradecemos a todos por suas substantivas contribuições à linha editorial que anima esta publicação.

Eleitos pelo Conselho de Representantes da Adusp, passaram a integrar o Conselho Editorial, a partir de 2013: Marcos Barbosa de Oliveira (FE), Pedro Paulo Chieffi (FM), Primavera Borelli (FCF), Sumaya Mattar (ECA). A partir de 2014: Elenice Mouro Varanda (FFCLRP), Gladys Beatriz Barreyro (EACH), Hélio Mitio Morishita (EP) e Maria Helena Souza Patto (IP). O professor Antonio Carlos Cassola (ICB) é o representante da Diretoria.

O Editor

ENTREVISTA

Romualdo Portela de Oliveira

“PLANOS DE EDUCAÇÃO SÃO PEÇAS PARA CRÍTICA RADICAL DAS TRAÇAS”

Daniel Garcia



“Nenhum governo brasileiro levou a sério, na sua história, um plano de educação. Os planos de educação no Brasil são peça para crítica radical das traças. São aprovados e vão para a gaveta. Não são o que deveriam ser: orientadores de uma política de longo prazo”. A crítica é proferida por Romualdo Portela de Oliveira, professor titular do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, da Faculdade de Educação da USP. Pesquisador de temas como políticas educacionais, financiamento da educação, avaliação educacional e direito à educação, ele defende investimentos maciços como única alternativa viável para valorizar a educação no Brasil. “Isso nós só vamos conseguir com a sociedade civil mobilizada, que compreenda a educação como uma grande prioridade nacional. Se assim não for, vamos ficar reféns das retóricas de governo”.

Além da ineficácia e insuficiência das atuais políticas públicas de educação, não existe regulamentação ou mesmo qualquer tipo de controle da entrada do capital financeiro nas redes de ensino brasileiras, o que teria provocado o colapso parcial do sistema superior particular no país. A ascensão de grandes grupos empresariais (cujo exemplo mais emblemático é o da Anhanguera Educacional), os quais vêm se utilizando do capital especulativo para “engolir” instituições tradicionais de ensino, “tem exercido um efeito deletério sobre o conjunto do sistema privado”, adverte Romualdo, pois “as instituições particulares de ensino com qualquer preocupação com qualidade ou arrumam nichos onde possam sobreviver, ou desaparecem enquanto instituições com tal característica”.

O forte lobby dessa bancada sobre a esfera pública impede que sejam adotadas políticas de expansão massiva do ensino superior público, compatíveis com a nova procura gerada por extratos pobres da população que, nos últimos anos, passaram a concluir o ensino intermediário e a buscar um diploma universitário. “Não temos políticas de expansão em massa do ensino superior público. A pressão que existe hoje para a expansão do ensino superior é decorrência da melhoria dos níveis de formação no fundamental e no médio nas últimas três décadas. Uma parte da população que não concluía o ensino médio passou a concluí-lo. Esse nicho da sociedade é formado por uma parcela da população mais pobre do que a média que concluía o ensino intermediário. Como hoje isso não significa nada quanto ao ingresso no mercado de trabalho, ela pressiona pelo bacharelado”, explica o professor. “O Estado opta pela solução mais barata, que é comprar vaga ou bancar o mecanismo de empréstimos estudantis, canalizando recursos para o setor privado”, denuncia.

*Em outra crítica aos modelos atuais que propõem a democratização do ingresso de jovens no ensino superior, Romualdo aborda a insuficiência da política de cotas. “Nosso vestibular seleciona por um critério de mérito, que continua existindo mesmo nas cotas. Então, dependendo de como são definidas as cotas para o ensino público, vai continuar existindo a exclusão dos mesmos de sempre: o negro mais pobre, o oriundo da escola pública mais pobre. Em outras palavras, se o critério for prova, vai continuar hierarquizando por nível socioeconômico. E existe critério justo que defina a não extensão do direito à educação de nível superior para todos? Portanto, a grande democratização é a ampliação do número de vagas em instituições públicas”, defende, em entrevista concedida a **Eliane Parmezani**.*

Revista Adusp. A instituição das cotas sociais com recorte étnico é uma realidade hoje na maioria das universidades públicas brasileiras. Como o senhor interpreta essa realidade? Poderia comentar a resistência da USP a tal política?

ROMUALDO. Recorremos às cotas porque não há vagas para todos. E as cotas são uma forma de discussão sobre qual critério define quem fica de fora. O sustentáculo da ideia de cotas é a sub-representação de determinados grupos entre os aprovados em relação ao número de candidatos que prestam o vestibular. Elas justificariam um tratamento diferenciado para esses grupos porque o viés representado pelo vestibular os prejudica. O percentual de negros, por exemplo, que presta o vestibular, e o de negros aprovados, diminui em relação ao universo. Portanto, justifica a cota. Mas, de qualquer maneira, não estamos aumentando o número de vagas. Só mudando o critério para definir quem entra e, por conseguinte, quem sai. Então, a política de cotas se justifica de uma maneira muito limitada, ainda que importante. A USP é muito resistente ou talvez seja a mais resistente porque há um discurso oficial de que vestibular seleciona segundo capacidade, mérito, o que não é bem verdade. E a USP, como se afirma a melhor universidade do país, tende a acreditar mais fortemente nesse discurso.

Revista Adusp. Mas o senhor concorda que o recorte étnico na política de cotas se justificaria também pelo déficit histórico que a sociedade brasileira tem para com os negros, indígenas e mestiços?

ROMUALDO. É possível recorrer ao argumento histórico, mas não é o determinante. Poderia existir cota para um grupo que não esteve no início da colonização, por exemplo. O que sustenta o argumento é que entre os grupos de cidadãos brasileiros que prestam o vestibular, alguns são privilegiados ou beneficiados pelos mecanismos de seleção existentes, e há os prejudicados. Portanto, fazer uma equidade de grupos, ou seja, fazer com que a representação dos grupos entre os candidatos e os aprovados se aproxime relativamente, para mim seria suficiente.

Revista Adusp. A adesão da USP ao Pimesp, com as alterações propostas pela universidade, representará algum avanço em relação ao Inlusp?

ROMUALDO. O Pimesp, enquanto proposta, é muito ruim porque inventa o que não está sendo reivindicado. A reivindicação é cota, aumentar a representação de determinados grupos entre os aprovados. A existência do Pimesp é um reconhecimento, mesmo numa postura refratária às cotas, de que tem de se fazer alguma proposta para ampliar a representação desses grupos historicamente excluídos da universidade. É a ideia de que ficar como está é insustentável politicamente. É um sucesso das demandas por implementação de política de cotas. O problema é que a proposta não dialoga com a reivindicação e retarda a eventual entrada desses grupos na universidade. E a administração estadual foi forçada, pelo clamor em defesa da proposta, a apresentar uma proposição absolutamente insuficiente, equivocada.

“Temos no Brasil uma demanda muito grande pelo ensino superior porque os diferenciais de salário entre quem tem graduação e quem não tem são enormes. Nos países desenvolvidos, depois de dois anos de formação profissional posterior ao ensino médio, o estudante tem condições de entrar no mercado de trabalho em condições dignas, sem grandes disparidades”

Revista Adusp. Foi devido aos programas de cotas na Fuvest que houve um número recorde de inscrições este ano, não foi?

ROMUALDO. Exatamente.

Revista Adusp. Ainda assim, mesmo com a existência de cotas, o vestibular persiste como uma forte barreira ao ingresso de milhões de jovens no ensino superior. Na ótica do direito à educação, como o senhor avalia a instituição do vestibular?

ROMUALDO. Se não houver vagas para todos, vão ter que existir mecanismos de seleção. Aí é preciso discutir o mais justo, partindo do pressuposto de que pessoas serão excluídas. Contudo, não considero que deva existir um sistema onde



todos ingressem no ensino superior. Trata-se de um problema que não vamos resolver com políticas educacionais. Na lógica do absurdo, se todos os cidadãos fizessem faculdade, os diferenciais brutais de salários no mercado de trabalho continuariam existindo. Acredito que todos devem ter uma passagem pelo sistema de ensino que crie condições ao final desta passagem para se inserir, com dignidade, no mercado de trabalho. Mas temos no Brasil uma demanda muito grande pelo ensino superior porque os diferenciais de salário entre quem tem graduação e quem não tem são enormes, muito maiores que os de outros países. Nos países desenvolvidos há um forte sistema de formação profissional pós-médio, cursos de curta duração. Depois de dois anos de formação profissional posterior ao ensino médio, o estudante tem condições de entrar no mercado de trabalho em

condições dignas, sem grandes disparidades. Portanto, o vestibular não é o principal problema. Se eu o adoto como única forma de seleção para o ingresso na universidade, evidentemente vou ter um tipo único de viés. Porém, quando se discutem processos seletivos, sempre vai existir um viés. Quando não há vagas em número suficiente, o mais adequado é ter vários mecanismos de entrada. É o que se

tem no sistema americano, por exemplo. Cada critério propõe cobrir as lacunas que o outro não dá conta.

Nosso vestibular seleciona por um critério de mérito, que continua existindo mesmo nas cotas. Então, dependendo de como são definidas cotas para o ensino público, vai continuar existindo a exclusão dos mesmos, sempre: o negro mais pobre, o oriundo da escola pública mais pobre. Em outras palavras, se o critério for prova, vai continuar hierarquizando por nível socioeconômico. E existe critério justo que defina a não extensão do direito à educação de nível superior para todos? Portanto, a grande democratização é a ampliação do número de vagas em instituições públicas. Se for universal, não discrimina. Quando não tem para todo mundo, então se discute equidade porque não é desejável a sub-representação de nenhum grupo.

Revista Adusp. É possível imaginar um horizonte, a médio ou longo prazo, em que cotas não sejam mais necessárias no ensino superior público, garantindo-se pleno acesso a todos os interessados, seja qual for o seu extrato social de origem?

ROMUALDO. Acredito que não e, inclusive, que não seja desejável. Deveria existir um sistema de articulação de formação profissional em larga escala pós-médio e mecanismos de capilarização, isto é, de continuidade nos estudos, para os melhores alunos, no ensino superior. Se a perspectiva de que a única formação pós-médio é a universidade criam-se demandas, no que diz respeito a políticas públicas, muito grandes. O modelo universidade-pesquisa é caro. Aliás, já existe a necessidade de expansão desse modelo pelo número de estudantes universitários que temos hoje. E a nossa rede de ciência e tecnologia comportaria uma ampliação do modelo universidade. Mas eu não trabalharia com a ideia de universalizar o acesso ao ensino superior nesse modelo. Não haveria função social porque muitos não teriam emprego na economia real e o problema da desigualdade no mercado de trabalho não seria atacado. Ele tem outra origem. Mesmo os países com percentuais próximos de 100% de acesso à graduação têm mecanismos de diferenciação do acesso. A universidade de pesquisa é seletiva porque trabalha com a ideia de que tem que existir produção original, de ponta, ir além da fronteira do conhecimento. É importante no que diz respeito ao desenvolvimento nacional. O que

podemos ambicionar é a criação de condições para a ampliação do ensino básico de qualidade. Se a disparidade que existe hoje orientada no ensino básico desaparecesse, desapareceria também a razão das cotas. Os grupos de cotistas tenderiam a se aproximar dos de aprovados sem o benefício da reserva de vagas. Assim, a exclusão dos não aprovados seria mais justa.

“Uma parte da população que não concluí o ensino médio passou a concluí-lo. Como hoje isso nada significa quanto ao ingresso no mercado de trabalho, ela pressiona pelo bacharelado. Então o Estado, para se desobrigar, opta pela solução mais barata: comprar vaga ou bancar o mecanismo de empréstimos estudantis, canalizando recursos para o setor privado”

Revista Adusp. O governo federal tem optado por uma expansão modesta, ainda que relevante, do ensino superior público, ao mesmo tempo em que financia ou subsidia o ensino privado com programas como o ProUni e o FIES. Qual o impacto dessa política sobre a oferta

adequada de cursos de graduação? Ou ainda: como isso afeta a formação superior no Brasil, do ponto de vista da qualidade do ensino?

ROMUALDO. Não temos políticas de expansão do ensino superior público em massa. Os Ifets [Institutos Federais de Educação Tecnológica], por exemplo, que seriam a proposta mais próxima, não têm volume. Se até o final do mandato a Dilma fizer tudo o que prometeu, eles vão representar menos de 10% do índice total de matrículas no ensino superior.

A pressão que existe hoje para a expansão do ensino superior é decorrência da melhoria dos níveis de formação no fundamental e no médio nas últimas três décadas. Uma parte da população que não concluí o ensino médio passou a concluí-lo. E como hoje isso não significa nada quanto ao ingresso no mercado de trabalho, ela pressiona pelo bacharelado. Esse nicho da sociedade é formado por uma parcela da população mais pobre do que a média que concluí o ensino intermediário. E se esta população não encontra expansão de vaga pública porque o modelo universitário é caro e os últimos governos não priorizaram a ampliação do investimento em educação, pressiona por uma graduação gratuita, ou mais barata ou ainda mais fortemente subsidiada. Ela não pode pagar o que se cobrava tradicionalmente. Então, o Estado, para se desobrigar dessa demanda, opta pela solução mais barata, que é comprar vaga ou bancar o mecanismo de empréstimos estudantis, canalizando recursos para o setor privado. As institui-



ções particulares, especificamente as que mais cresceram nos últimos anos, são as de mais baixo custo, as piores. Os alunos só conseguem se inserir no mercado de trabalho nas áreas onde há carência de diplomados. Mas, na hora em que houver diplomados em número suficiente, serão os primeiros excluídos. Sob um olhar estratégico, esta solução só é entendida por um governo que não quer gastar mais em educação para atender à demanda com expansão da rede própria.

Revista Adusp. E qual o papel do SISU sobre a oferta de vagas no ensino superior público?

ROMUALDO. Não tem mágica. Tem demanda por vaga. A expansão das vagas públicas, seja em universidades ou em instituições não universitárias, está muito aquém do crescimento da demanda. Nas últimas duas décadas, o governo brasileiro não conseguiu construir uma proposta de expansão pública do acesso ao ensino superior de qualidade. Para responder à pressão que os grupos excluídos exercem, e com razão, o

Estado vem com políticas de privatização. Então, tem que se render ao financiamento de instituições particulares de baixa qualidade.

Revista Adusp. Por que é tão difícil o aumento da oferta dos cursos mais procurados no ensino superior, como medicina, engenharias, direito, ao passo que é mais fácil a abertura de outros de menor procura? Na Fuvest, por exemplo, há discrepâncias muito grandes na relação de candidatos por vaga nesses cursos mais tradicionais, comparativamente aos de licenciaturas.

ROMUALDO. Os cursos de maior procura são mais caros, exigem mais laboratórios, mais infraestrutura. E há também os *lobbies* das corporações. Quem controla o exercício profissional no Brasil é a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), são os conselhos de medicina, de engenharia. Eles são reticentes à ampliação do número de diplomados porque tem a questão de ocupação no mercado de trabalho. Profissionais em falta têm salários mais altos. O exemplo do Mais Médicos (programa do governo federal que, entre outras medidas, prevê a contratação de médicos estrangeiros) é ilustrativo porque parte da resistência das corporações médicas a aceitar o programa diz respeito à diminuição da demanda pelos profissionais de saúde, o que tende a impactar os salários.

A Constituição paulista de 1989 aprovou um dispositivo que prevê a obrigatoriedade das universidades públicas de disponibilizar pelo menos um terço de suas vagas no período noturno. Isso porque algumas das críticas à universidade pública são dirigidas à sua ociosidade, ao

custo-aluno muito alto. E a alternativa mais barata é a implementação do ensino noturno porque já existe a infraestrutura. Portanto, abrir curso à noite tem custo marginal muito baixo. Porém, as três universidades [USP, Unicamp e Unesp] foram recalcitrantes em cumprir o dispositivo. Só o cumpriram quando o Ministério Público processou os reitores. Quando a Constituição paulista foi aprovada, a USP cumpriu a exigência de um terço das vagas à noite fundamentalmente nos cursos de formação de professores ou nos que exigiam poucos investimentos em laboratórios. Os cursos de menor prestígio social. Mesmo assim, interpretou que deveria existir um terço das vagas por *campus*, o que já forçou determinados *campi* que não tinham ensino à noite, como Piracicaba e Bauru, a inaugurá-lo, ainda que esses *campi* não ofereçam cursos como Agronomia ou Odontologia. Já a Unicamp e a Unesp tinham um número muito menor que a USP de estudantes à noite, mas abriram cursos de Engenharia, de Odontologia.

Contudo, até mesmo o texto do ajustamento de conduta que o Ministério Público acordou com as universidades impôs a exclusão dos cursos de Medicina e das Ciências da Terra, num claro *lobby* das corporações. Porque não há justificativa para não ter curso de Medicina, de Geologia à noite. Se o argumento é currículo, basta estender o número de anos para a formação.

O curso noturno tem um potencial democratizador brutal porque o aluno trabalhador só pode ir à universidade à noite. Em uma experiência que fizemos na Faculdade de

Educação, conseguimos dobrar o número de vagas no noturno com a diminuição de disciplinas no currículo. Isso ampliou substantivamente o número de estudantes trabalhadores, negros, entre os alunos da Pedagogia. Hoje, os indicadores de vagas noturnas das universidades estaduais paulistas são muito melhores que os das federais, que necessitam de um dispositivo como o da Constituição paulista. Está na hora de se recolocar a discussão, de modificar o item original, que previa um terço das vagas por universidade para um terço das vagas por curso.

“Há um discurso conservador no Brasil que diz que nosso problema não é dinheiro, é gestão. Mas basta fazer uma conta simples, dividir o montante de recursos destinado ao ensino básico pelo número de alunos atendidos, e o resultado per capita é baixo. E quando a conta é feita em escala nacional, não dialoga com a desigualdade regional”

Revista Adusp. A PEC 32/2013, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça, responsabiliza a União pelo financiamento da educação básica (ensinos fundamen-

tal e médio), prevendo um gasto anual de R\$ 9 mil por aluno (hoje o gasto estimado é de R\$ 2,3 mil) e complementa o repasse aos municípios que não atingem esse percentual. Qual seu posicionamento sobre o financiamento público por intermédio dessa política, sustentada pelo Custo Aluno Qualidade (CAQ) e pelo Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi)?

ROMUALDO. Há um discurso conservador no Brasil que diz que nosso problema não é dinheiro, é gestão. Mas basta fazer uma conta simples, dividir o montante de recursos destinado ao ensino básico pelo número de alunos atendidos, e o resultado *per capita* é baixo. E quando a conta é feita em escala nacional, não dialoga com a desigualdade regional. Por estado, as diferenças chegam à ordem de um para quatro. E o CAQ trabalha com uma lógica, que me parece acertada, de que não adianta apenas discutir como dividir os recursos disponíveis, mas estabelece valores mínimos que assegurem qualidade. Por isso é muito importante a bandeira de 10% do PIB em educação que está sendo levantada no debate do Plano Nacional de Educação. O CAQ também teria um impacto muito grande sobre a desigualdade regional. E quem deve assumir essa responsabilidade adicional é a União porque temos estados e municípios muito pobres, que não dão conta de sua estrutura tributária. Portanto,



a única possibilidade de garantir o CAQ para todos, ou seja, um padrão mínimo de qualidade de ensino, sob a ótica das condições materiais de funcionamento das escolas, é a União disponibilizar aportes para os estados e municípios mais pobres a fim de atingir o mínimo nacional. É razoável ter um valor mínimo garantido a todo estudante como parte da responsabilidade do estado brasileiro para com o direito à educação de todo cidadão.

Revista Adusp. O ensino técnico de qualidade, tal como chegou a ser oferecido pelas antigas escolas técnicas federais — com currículo forte em disciplinas como português, ciências e outras da área de Humanas — pode ser uma alternativa

consistente para jovens que não queiram cursar uma universidade?

ROMUALDO. Pode. Contudo, o ensino das escolas técnicas federais é caro e as nossas técnicas não formam profissionais. Por terem boa qualidade, exercem muito mais uma função propedêutica do que de formação de técnicos. Como o ingresso nessas escolas é por prova, é enviesada por nível socioeconômico. Então, são selecionados alunos de extratos de renda mais alto, tornando-os competitivos para os vestibulares. Assim, voltam-se para o ensino. Portanto, deveriam existir cláusulas para que os alunos sejam encaminhados ao mercado, que impeçam que as escolas sejam usadas

como mecanismo propedêutico para parcelas privilegiadas.

Revista Adusp. O que o senhor acha da exclusão de cursos das áreas das Ciências Humanas e Sociais no programa Ciência sem Fronteiras?

ROMUALDO. Em que áreas precisamos de formação de quadros no exterior? Certamente não em todas. Penso que a nossa deficiência em Humanas é menor porque temos massa crítica pensando o Brasil. Haveria justificativa para um programa de financiamento em massa para mestrados e doutorados no exterior nas áreas em que o Brasil reconhecidamente tem carências. Mas a internacionalização da pesquisa no Brasil não deve ser feita a torto e a direito mandando gente

para o exterior. Essa fase histórica do desenvolvimento da ciência no Brasil já passou. Precisamos internacionalizar os grupos de pesquisa que temos nas instituições brasileiras e financiar, obviamente, as áreas nas quais não temos capacidade instalada, para as Exatas e para as Humanas. Por outro lado, estamos tirando do buraco universidades estrangeiras, algumas que, inclusive, não são de ponta em seus países de origem. Certamente nossas universidades são melhores que as de tipo B nos Estados Unidos ou na Europa. Por isso, a meu ver, é um programa mal desenhado. É bastante espalhafatoso, no que diz respeito à propaganda, mas não responde a nossas necessidades reais de pensar uma política de desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil.

“A Lei do Piso é um dos grandes exemplos de distância entre a retórica e a prática quando se discute educação no Brasil. E aí não tem partido, porque a resistência em pagar o piso é unanimidade. Não compreender que uma das questões-chave da educação básica no Brasil é a qualidade do professorado é não pensar estrategicamente”

Revista Adusp. Como o senhor vê a má vontade, a rejeição de governadores e prefeitos relativamente à implantação da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério [Lei nº 11.738/2008]? O senhor concorda que as redes públicas estaduais e municipais de ensino estão condenadas ao sucateamento físico, inexistência de bibliotecas, laboratórios, à degradação salarial de professores e de funcionários?

ROMUALDO. Não, porque lutamos contra isso. A Lei do Piso é um dos grandes exemplos de distância entre a retórica e a prática quando se discute educação no Brasil. Nenhum dos governantes que não quer pagar o piso disse que educação não era uma prioridade. Mas quando se trata de transformar a prioridade retórica em fato, resistem. E aí não tem partido, tem todos, porque a resistência em pagar o piso, a meu ver, é unanimidade. Não compreender que uma das questões-chave da discussão da qualidade da educação básica no Brasil é a qualidade do professorado, pois não teremos um ensino de qualidade melhor que a qualidade dos professores que tivemos, é não pensar estrategicamente. Temos que valorizar a profissão docente no Brasil nos próximos anos como condição para uma educação de qualidade no nível das nossas necessidades históricas. Grande parte dos problemas que discutimos é decorrente da falta de qualidade na educação básica. E, portanto, é estratégico que a Lei do Piso seja cumprida. A Lei do Piso, de um jeito ou de outro, abrange todos os Estados, até

os mais ricos. Porque os mais ricos, ainda que paguem nominalmente os salários, não pagam aquela jornada de trabalho que cria condições para uma educação de qualidade.

“Quando há a penetração do capital financeiro, cujo único objetivo é lucro, ele implementa uma política de restrição rigorosa de custos para reduzir o valor das mensalidades.

Nos cursos mais baratos das instituições tradicionais a mensalidade típica era de R\$ 400 a R\$ 500. Anhanguera entra com R\$ 200, vieram Estácio, Kroton, quase houve dumping sistêmico”

Revista Adusp. Que avaliação o senhor faz do Plano Nacional de Educação (2011-2020)?

ROMUALDO. Se formos felizes, sai em 2015, portanto, já ficamos cinco anos sem ele. O governo não apostou suas fichas para que o PNE saísse logo. Nenhum governo brasileiro levou a sério, na sua história, um plano de educação. Os planos de educação no Brasil até hoje são peças para crítica radical das tra-

ças. São aprovados e vão para a gaveta. Não são o que deveriam ser: orientadores de uma política de longo prazo. O exemplo mais acabado disso foi o PNE aprovado em 2001 pelo Fernando Henrique, vetando todos os artigos que implicavam ampliação de recursos. O que significou, já na aprovação do plano, que ele não seria cumprido. Então, uma possível novidade seria um plano que acoplasse os recursos necessários para atingir as metas. Isso nós só vamos conseguir com a sociedade civil mobilizada, que compreenda a educação como uma grande prioridade nacional. Se assim não for, vamos ficar reféns das retóricas de governo.

Revista Adusp. Nos últimos anos, temos presenciado a forte entrada de capitais estrangeiros no setor educacional. Grupos privados poderosos associam-se aos capitais nativos brasileiros e criam enormes empresas de ensino. O senhor concorda que esse afluxo de capitais tende a acentuar a mercantilização do ensino superior em nosso país?

ROMUALDO. É claro.

Revista Adusp. Não só no ensino superior, mas caminha também para o médio, não é?

ROMUALDO. Sim, mas no superior é muito evidente e os efeitos são mais graves. O setor privado tradicional na educação brasileira, particularmente na superior, em geral, tinha origem na própria educação. Eram pequenas escolas, às vezes de ensino fundamental, que foram se expandindo e, em determinado momento, abriram o superior. Algumas que já surgiram com cursos de bacharelado

tinham capitais originários da área educacional. Ainda que determinadas escolas fossem lucrativas, tinham algum compromisso com a educação. Mas, do ponto de vista estritamente capitalista, eram ineficientes. Quando há a penetração do capital financeiro, cujo único objetivo é lucro, esse capital tem a obsessão de reduzir custos. Há dez anos, por exemplo, quando houve o primeiro movimento nesse sentido — a compra da Anhanguera Educacional pelo banco Pátria — é implementada no mercado uma política de restrição rigorosa de custos para reduzir o valor das mensalidades. Para se ter uma ideia, naquela época, a mensalidade típica dos cursos mais baratos nas instituições privadas tradicionais era da ordem de R\$ 400, R\$ 500. A Anhanguera entra com cursos de R\$ 200. Quase houve um *dumping* sistêmico, porque ela se capilarizou muito rapidamente. Vieram outras, a Estácio, a Kroton, o que gerou uma desestabilização do conjunto do sistema. E as escolas que estavam praticando suas mensalidades, com os problemas que fossem, que ainda tinham algum compromisso educacional, alguma preocupação com qualidade, de uma hora para outra elas passam a concorrer com grupos que oferecem o mesmo curso por menos da metade do preço.

A crise do sistema foi agravada porque, tendo a Anhanguera como pioneira, quando essas empresas lançam ações na Bolsa de Valores, captam montantes de recursos brutais que lhes permitem ir às compras. Na primeira emissão

de ações da Anhanguera, em março de 2007, ela alavancou no mercado financeiro algo em torno de R\$ 900 milhões. E saiu comprando escolas pequenas. Dois ou três anos apenas após a construção da Anhanguera com o novo formato, no final de 2005, ela já tinha 52 unidades, das quais mais de 40 compradas. As empresas tradicionais que não conseguiram reduzir suas mensalidades ao novo patamar do sistema passam a operar no vermelho. Quando os grupos financeiros recebem a injeção de recursos captados da Bolsa de Valores compram as instituições fragilizadas. No final de 2010, por exemplo, em todas as transações da Anhanguera, parte do dinheiro foi para saldar dívidas.

Não só é um crescimento sem controle do setor especulativo, como tem exercido um efeito deletério sobre o conjunto do sistema privado. De maneira que as instituições particulares de ensino com qualquer preocupação com qualidade, ou arrumam nichos onde possam sobreviver, ou desaparecem enquanto instituições com tal característica. Sobrevivem os nichos que conseguem financiar qualidade com mensalidade. Os cursos de medicina, que custam R\$ 3.500, R\$ 4.000 por mês e que, portanto, selecionam as elites, uma parcela muito pequena da população brasileira. Da mesma maneira atuam alguns cursos nas áreas de economia e do comércio. Porém, na grande maioria das áreas não é possível criar, ancorado em mensalidade, nichos de qualidade. Portanto, o setor como um todo se nivela pelo padrão das instituições do capital

especulativo. O efeito sistêmico que o florescimento dessas instituições teve foi muito mais perverso do que se pode imaginar. Ou que se podia imaginar no início.

“É cada vez mais difícil aprovar uma regulamentação do setor privado porque o lobby no Congresso Nacional é muito grande. Existe uma subordinação dos mecanismos de controle aos interesses privados. A Câmara de Educação Superior, aliás, já vinha reclamando que havia muito controle público sobre o setor privado”



Revista Adusp. Quem recorre ao ensino superior privado procura por preço?

ROMUALDO. As primeiras instituições que a Anhanguera comprou estão no cinturão periférico da cidade de São Paulo. Taboão e Itapeverica da Serra são alguns dos municípios onde ela comprou escolas. Um estudante de Itapeverica que quisesse fazer faculdade tinha que pegar um ônibus do bairro para o centro da cidade e então to-

mar outro, intermunicipal, para a Lapa ou Pinheiros. Só o custo do transporte paga a mensalidade da Anhanguera. Não tem diferencial de qualidade que justifique o custo adicional para as finanças desse estudante. O público-alvo dessas empresas é a população mais pobre. Assim, o efeito deletério que as instituições privadas lucrativas têm sobre o conjunto do sistema particular é muito grave. Hoje todas as instituições privadas tradicionais que possuíam alguma preocupação com qualidade estão superendividadas. E eu diria que a médio prazo elas não têm muita perspectiva. Ou seja, vão ser engolidas pelos tubarões. O processo de oligopolização do ensino superior privado cresceu muito e continuará crescendo nos próximos anos. E isso aconte-

ceu porque reconhecemos a existência de instituições com fins lucrativos sem nenhuma regulamentação. Antes de 1988, não existia a figura jurídica da escola particular com fins lucrativos. Quando a Constituição de 1988 passou a admitir essa existência, e isso era razoável porque já existiam instituições com fins lucrativos, não fizemos o que era preciso para regular esse mercado e evitar práticas abusivas, como o *dumping*, a concorrência desleal. Os instrumentos de controle de qualidade que o Ministério da Educação desenvolveu nesse período são insuficientes. Tanto é que todas essas instituições são muito bem avaliadas por aquele

amontado de índices do MEC.

Revista Adusp. Até hoje não há regulamentação?

ROMUALDO. Não. É cada vez mais difícil aprovar uma regulamentação porque o *lobby* desses setores no Congresso Nacional é muito grande. O Paulo Renato [ministro da Educação de 1995 a 2002], quando dissolveu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação [CNE], subordinado ao Ministério, instituiu, na mesma época, o Provão, como mecanismo de controle das instituições de ensino. Ele disse que as instituições que tivessem duas avaliações consecutivas com nota D ou E seriam fechadas. E, de fato, o Paulo Renato tentou o fechamento de duas instituições no

estado do Rio de Janeiro, mas foi derrotado no próprio CNE. Porque o setor privado era majoritário na Câmara de Educação Superior. A política prática dos governos faz com que o *lobby* do setor no Congresso troque votos por cargos, indicações. Existe uma subordinação dos mecanismos de controle aos interesses privados. A Câmara de Educação Superior, aliás, já vinha reclamando que havia muito controle público sobre o setor privado, que não iria desenvolver medidas para o seu controle.

Revista Adusp. Como o senhor vê a estrondosa ampliação da oferta de cursos à distância no Brasil, oferecendo, inclusive, formação de nível superior? Está relacionada à política das instituições de ensino de capital especulativo, para reduzir custos?

ROMUALDO. É inevitável reconhecer, em uma sociedade cada vez

mais mediada pela comunicação, pelas telecomunicações, alternativas de formação à distância. Outra coisa é embarcar na formação inicial à distância quando não há *know-how*. No meu entendimento, tem que começar pela formação continuada, fazer experiências de formação inicial e aumentar o setor público nesta área. Pela recusa que tivemos de fazer experiências no setor público com o ensino à distância, criamos um mercado para o privado. A primeira grande aquisição da Anhanguera foi a Uniderp, no Mato Grosso do Sul, porque era uma das instituições no Brasil que tinha uma das melhores plataformas de educação à distância. É por isso também que um dos grandes investimentos da Estácio foi a Unopar, do Paraná, uma outra instituição com uma boa plataforma de ensino *online*. Então, em parte, nós demos esse mercado

para o setor privado. Como o setor público entrou tarde, tem de desenvolver tecnologia atrasado. Não tenho dúvida de que se o setor público entrasse para valer na questão de formação à distância iríamos desenvolver coisas de qualidade. O compromisso é outro. A médio prazo teríamos que chegar a isso, inclusive porque temos necessidade do grande número de alunos em termos de formação. Não é possível pensar a construção de um sistema que atenda as diferentes demandas da sociedade brasileira e as diferentes condições, sem expandir o sistema como um todo, que significa expandir o modelo universitário, o modelo Institutos Federais de Educação, Institutos Estaduais de Educação e o ensino à distância. O problema é que isto foi deixado para o setor privado. Porque, de novo, aí a questão da qualidade fica complicada.

MUNDO EM CONVULSÃO AGITA A FFLCH-USP E HOMENAGEIA ITAUSSU

Daniel Garcia



A professora Emília Viotti dá início à conferência de abertura do Simpósio Internacional "Um Mundo em Convulsão", realizado em 8 e 9 de outubro de 2013 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP).

Antes, o professor Osvaldo Coggiola, da Comissão Organizadora, homenageou a memória do docente Leonel Itaussu (1945-2013)

DECLÍNIO DO IMPÉRIO, CRISE EM ESCALA GLOBAL E O RISCO DE PREVISÕES

Daniela Alarcon
Jornalista

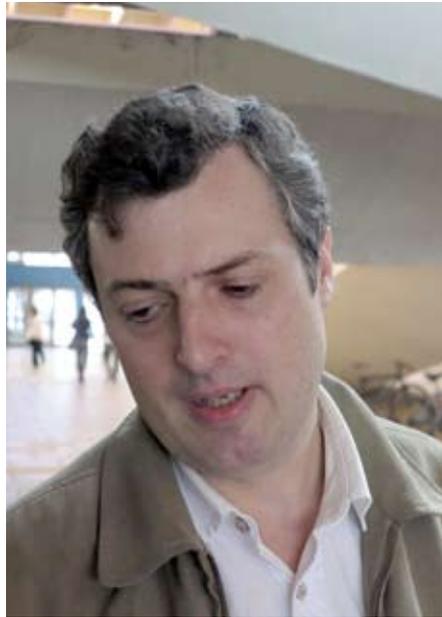
Uma longa história de previsões (frustradas) acerca do iminente declínio ou da consolidação definitiva do império americano; os antecedentes da crise financeira de 2008 e a política econômica do governo Barack Obama; os efeitos mundiais das opções políticas dos EUA e as perspectivas para a esquerda contemporânea. Estes foram alguns dos temas debatidos por Luiz Bernardo Pericás, Antonio Celso Ferreira, Vitor Schincariol, Miriam Nobre e Edgardo Loguercio, na mesa-redonda “Os EUA: entre potência e decadência”

Fotos: Daniel Garcia



A polêmica em torno da hegemonia dos Estados Unidos (EUA) no plano internacional, reacendida pela crise financeira de 2008, tem sido recorrente desde, pelo menos, a década de 1960. Reunindo, em um extremo, interpretações propondo o declínio do império, e, em outro, previsões em torno da manutenção ou ampliação de seu poderio, o debate tem se caracterizado, comumente, pela elaboração de cenários futuros que terminam frustrados pela realidade. Em sua exposição na mesa-redonda “Os EUA: entre potência e decadência”, Luiz Bernardo Pericás delineou um panorama histórico apresentando algumas tendências e interpretações sobre o relativo e contínuo declínio do poder e posição internacional do país, que teria se acelerado no século 21, deitando raízes, contudo, em meados da década de 1970. Graduado em História pela George Washington University, Pericás é mestre e doutor em História Econômica pela USP e professor-pesquisador visitante no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

Já na década de 1970, assinala Pericás, críticos estadunidenses situados tanto à esquerda como à direita no espectro político — Gus Hall, Harry Magdoff e Robert H. Bork, entre outros — mostravam-se céticos em relação à manutenção da hegemonia dos EUA no cenário mundial. Na mesma época, alguns críticos soviéticos vaticinavam o iminente declínio americano e a prevalência da União Soviética (URSS) no sistema mundial, sem, contudo, serem



Professor Luiz Bernardo Pericás

capazes de prever o desmantelamento do próprio bloco comunista. “Fazer previsões e análises de futurologia, previsões de médio e longo prazo, é muito perigoso”, pondera Pericás.

As teses do novo programa do Partido Comunista soviético publicadas em 1961, lembra o professor, afirmavam que a URSS se tornaria comunista em 1980 e as bases materiais até lá já estariam plenamente desenvolvidas, ou seja, a URSS ultrapassaria os EUA na produção *per capita* entre 1961 e 1970, um período de menos de dez anos; as fazendas coletivas se transformariam em empresas altamente produtivas e rentáveis; até 1970, a URSS seria o país com a menor jornada de trabalho do mundo (em torno de 20 horas semanais); e o país estaria altamente desenvolvido em termos de automação. “No final, a União Soviética venceria a competição com os Estados Unidos — seria o país que iria prevalecer no cenário

internacional. Como nós sabemos, isso não aconteceu”.

Quando findou aquilo que se convencionou chamar de “anos dourados” — período de intenso crescimento econômico observado nos EUA e em outros países, que se estendeu entre 1950 e 1973 — tornaram-se evidentes as dificuldades vividas pela potência norte-americana na política externa, nas questões sociais internas, no campo da política institucional e mesmo na economia. “Ainda assim, por mais problemas que os EUA pudessem enfrentar, com o fim do sistema soviético, eles saem como o líder do suposto mundo unipolar. E vai haver, então, um surto triunfalista. Os neoconservadores achavam que os EUA poderiam reconfigurar o mapa mundial, principalmente o Oriente Médio, e permanecer como um império vasto e duradouro, com ramificações em todo o planeta”. Remontam à década de 1990 interpretações prevendo a consolidação do sistema capitalista e do poder dos EUA, como a conhecida tese de Francis Fukuyama (“fim da história”). E, assim, atravessou-se uma década sem que despontassem adversários externos que pudessem fazer frente ao projeto de hegemonia estadunidense.

No último período — marcado pelo incidente de 11 de setembro de 2001, pelas guerras do Afeganistão e Iraque, pela crise financeira de 2008, pela ascensão de movimentos antiglobalização e pelo fortalecimento de países como a China — os EUA teriam se distanciado ainda mais da imagem cristalizada nos “anos gloriosos”. “Mesmo

assim, alguns analistas norte-americanos mais otimistas, chamados *deniers* (negacionistas), se recusam a acreditar no fim do império americano”, diz Pericás. Apesar de outros países apresentarem Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* superior, os EUA detêm um mercado interno maior, grande quantidade de recursos naturais e a liderança no desenvolvimento de ciência e tecnologia. “São fatores comparativos que, segundo esses analistas, garantiriam a possibilidade de os EUA se reconstruírem, se reinventarem nesse período de crise e saírem, ainda, como a grande potência hegemônica.”

Por outro lado, em 2008, o Conselho Nacional de Inteligência dos EUA admitiu pela primeira vez que o poder global do país encontrava-se em uma trajetória descendente. Um de seus relatórios periódicos apontava como uma das razões para tanto a transferência da riqueza global e do poder econômico do Ocidente para o Oriente, em velocidade sem precedentes na história moderna. Ainda assim, apostava que o declínio seria longo e suave. Outros, porém, vêm prevendo uma queda mais acelerada. “Há aqueles que defendem com veemência que os EUA estão se encaminhando para o fim como império e grande potência hegemônica no mundo, em prazo relativamente breve. Mais recentemente, vários acadêmicos, estudiosos e jornalistas vêm escrevendo novamente sobre o ‘declínio’ do império americano”, observa Pericás, lembrando nomes como Noam Chomsky, Immanuel Wallerstein, Alfred McCoy, Fred Shore, Robert Samuelson e Luiz Alberto Moniz Bandeira. Para essa

vertente, “o chamado ‘século americano’, que foi proclamado no começo da Segunda Guerra Mundial, já estará nos seus estertores por volta de 2025 e pode acabar em 2030 — seria um século menor que um século”.

“A decadência do império é visível, ainda que se mantenha como a maior potência militar e econômica do planeta”, diz Antonio Celso Ferreira. Mas “é preciso admitir que estamos diante de uma crise não só europeia ou norte-americana, mas de uma crise dos sistemas em escala global”. O êxito dos BRICS “não deve nos iludir”

Para Antonio Celso Ferreira, os EUA vivem uma trajetória de declínio. “A decadência do império do norte é visível, ainda que ele se mantenha como a maior potência militar e econômica do planeta”, sentencia o professor titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Refletindo sobre a continuidade da escalada militar dos Estados Unidos; a crescente retórica bélica, manifestada tanto por republicanos quanto por democratas; e os indícios de que o sistema de segurança dos EUA vem ganhando



Professor Antonio Celso Ferreira

cada vez mais autonomia, vaticina: “Provavelmente, não teremos calmaria nos próximos anos”.

Contudo, tentativas de elocubrar quantas décadas levará o processo de declínio dos EUA constituem, na avaliação de Ferreira, um exercício enganoso. “Proceder dessa maneira equivale a acreditar na lógica do próprio sistema. Melhor seria admitir imprevistos em nossas hipóteses. Nos últimos meses e anos, pudemos observar uma série de imprevistos de ordem política, militar, financeira. Porque o sistema se desorganiza, com alguma coisa fora do lugar”, comenta, aludindo aos feitos de Edward Snowden e Julian Assange. “Além disso, é preciso admitir, conforme dizem os melhores analistas, que estamos diante de uma crise não só europeia ou norte-americana, mas de uma crise do sistema (ou dos sistemas) em escala global. O sucesso dos BRICS [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] não deve nos



Professor Vitor Schincariol

iludir: somos parte do mesmo modelo corroído. Continuaremos a apostar em um Brasil de classe média, uma economia organizada em torno do consumo?”

Nesse quadro, enfatiza o professor, torna-se fundamental o desenvolvimento de reflexões no campo da esquerda que ultrapassem as “ilusões do sistema”, considerando, sobretudo, os impactos das novas tecnologias sobre os diversos sistemas políticos e o conjunto das instituições. “Sabemos um pouco sobre o poder dissolvente dessas tecnologias na cultura e em nosso cotidiano, e o poder gerador de novos sistemas de biopoder mais autônomos ou totalmente controlados. Há ainda governos? Que tipo de governos? Eu tendo a dizer que o rei está nu, que os sacrários foram desvelados, que esses governos mais parecem simulações, um mundo à parte que teima em governar o ingovernável, mas que, na verdade,

são governados por sistemas”.

A elaboração de teorias em torno de processos em relação aos quais não dispomos de distanciamento temporal impõe dilemas e limites, pondera o professor. “Sabemos da relação sempre complexa entre passado e presente. A história nunca é um porto seguro para ancorar o presente; caso fosse, bastaria buscar os exemplos da decadência do Império Romano e de outros impérios para explicar os nossos dias. A conjuntura atual alarga em muito o risco de praticarmos anacronismos em nossas análises — exemplo disso é o uso abusivo nas noções de fascismo e totalitarismo para designar movimentos até então desconhecidos entre nós ou os estados de exceção atuais”, diz. “Parece que as nossas teorias são lentas ou lineares demais diante da precipitação atual dos acontecimentos, com incrível velocidade, e da sua intrincada teia de significados. O que nos leva a perguntar: como marcar a origem e delinear os processos que levaram ao atual estado do mundo? Aliás, o mundo não foi sempre convulso? O que há de específico hoje? No momento, estamos assujeitados aos processos, de modo que só podemos vigiá-los e tentar compreendê-los com as ferramentas rudimentares disponíveis”.

“De fato, a economia dos EUA apresenta, ao longo dos últimos trinta anos, um declínio, particularmente no investimento produtivo”, concorda Vitor Schincariol, professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC), que em sua tese de doutoramento analisou o processo de endividamento externo da economia estaduni-

dense no período 1980-2004. “Nesse aspecto, ela vem realmente perdendo posições na economia mundial, do ponto de vista industrial”. A economia estadunidense foi particularmente impactada pelas crises do petróleo (1973 e 1979) e pelo aumento da taxa de juros pelo FED (*Federal Reserve*, o banco central), no final da década de 1970, que teve como intuito a redução da inflação e provocou uma redução no investimento interno. “Os EUA entram na economia internacional como um competidor de capital importante; entram em uma lógica econômica que é mais de financeirização que de investimento produtivo local”.

A política econômica adotada nas duas administrações Bush terminou de compor o cenário para eclosão da crise de 2008. A candidatura de Bush, lembra Schincariol, foi engendrada no seio do setor petrolífero e da indústria bélica, constituindo um “contragolpe do complexo industrial-militar”

Alguns analistas, explica Schincariol, identificam aí o início de um processo que se estenderia até meados dos anos 2000: o endividamento externo progressivo da economia

norte-americana, permitindo o aumento do consumo interno. “Como contrapartida dessa saída que o governo dos EUA deu para a crise dos anos 70, o dólar se manteve como uma moeda mais ou menos fortalecida na economia internacional — de fato, segue até hoje como a grande moeda de reserva — e os déficits comerciais da economia se intensificaram bastante”. Assim, destaca o professor da UFABC, os EUA abandonaram o que seria uma “posição de hegemonia um pouco mais gloriosa”, reduzindo a colocação de capital financeiro no exterior, por meio de empréstimos, e “aparecem como a nação mais rica do mundo, mas que vai drenando capital do mundo — uma situação bastante perversa, do ponto de vista econômico”. Como reverso da grande entrada de capital registrada na economia estadunidense nos últimos trinta anos, o país perdeu posições no comércio internacional, em decorrência da valorização do dólar e do déficit na balança de pagamentos.

A enorme alocação de recursos na área militar, sobretudo no governo Ronald Reagan, também impactou negativamente a economia estadunidense, já que se trata de um setor improdutivo. “Nós temos uma potência imperial ou hegemônica — podemos discutir a classificação — que aparece nos últimos 25, 30 anos como uma potência que compete no mercado internacional por capitais, uma potência que investe boa parte dos seus recursos fiscais no setor militar (30% a 35%, atualmente) e que vai perdendo competitividade, do ponto de vista das suas exportações. Os EUA aparecem como



Eduardo Loguercio e Miriam Nobre

uma potência que aponta para um caminho menos imperial, incapaz de manter sua posição tradicional de dominadora, tal como nós vimos ao longo do século 20”.

Na década de 1990, comenta Schincariol, a despeito de mudanças no cenário internacional, a economia estadunidense não se alterou a ponto de eliminar as deficiências acumuladas nos anos anteriores. Por um lado, os EUA registraram um nível de crescimento econômico razoável, ainda que sobre bases frágeis. Novos setores, como as telecomunicações e a Internet, despontaram e, finda a Guerra Fria, havia condições políticas para diminuir os investimentos no setor militar. Além disso, o país foi capaz de impor o dólar e seguiu atraindo recursos internacionais. “Por outro lado, um dos aspectos mais centrais da política econômica dos EUA ao longo dos anos 80 e 90 é a desregulação da economia, particularmente do setor financeiro

— o chamado neoliberalismo, aplicado à política econômica interna, e não só ao exterior. O crescimento do neoliberalismo nos EUA e, particularmente, dessa ideologia de que o mercado resolve tudo vai criar uma das condições centrais para o estabelecimento da crise de 2008”.

A política econômica adotada nas duas administrações Bush terminará de compor o cenário para a eclosão da crise. A candidatura de Bush, lembra Schincariol, foi engendrada no seio do setor petrolífero e da indústria bélica, constituindo um “contragolpe do complexo industrial-militar”. Os acontecimentos de 11 de setembro justificariam a exacerbação da política imperialista norte-americana, incluindo a ocupação do Afeganistão e do Iraque, assim como a reversão da queda nos investimentos militares, que havia sido registrada na década anterior. No plano da política econômica, o governo manteve as características



Exposição do professor Antonio Celso Ferreira

clássicas do que se conhece como *reaganomics*, em alusão ao presidente Reagan: déficit fiscal e redução de impostos cobrados dos setores mais ricos e dos monopólios. Além disso, registrou-se uma enorme queda na taxa de juros e uma taxa de crescimento considerável do setor imobiliário, menos exposto à competitividade internacional.

“A política econômica do Bush aprofunda a perspectiva dos governos anteriores de estimular o crescimento da economia interna dos EUA naquilo que poderia ser estimulado: os setores imobiliário e militar. Porque nos setores de bens transáveis, não era possível, a economia vinha perdendo posições e desinvestindo”, continua. “Daí essa política de aplicar muitos re-

ursos no complexo militar e fazer vista grossa para todo um sistema financeiro e produtivo ligado ao crescimento desordenado do setor imobiliário. Apesar de a teoria econômica e os analistas norte-americanos já identificarem que estava se formando uma bolha imobiliária parecida com aquela que estourou no início dos anos 90, o governo segue até o final bastante indiferente a esse alarme”. No caso do setor imobiliário, os incentivos governamentais se expressavam, principalmente, em uma postura “bastante relaxada” em relação ao sistema de crédito a ele vinculado.

“A crise financeira de 2008, porém, pôs uma nota final em muitos aspectos da teoria econômica conservadora nos EUA”, completa Schincariol. Já em

2001, a conhecida crise no setor das telecomunicações refutara os argumentos dos analistas que, à luz do crescimento da década de 1990, previam o fim dos ciclos econômicos. “Uma parte da teoria, mais desavisada, falava que a invenção das telecomunicações havia criado uma nova situação, que evitaria as crises econômicas e os próprios ciclos econômicos”. Em 2008, algumas conclusões se impuseram: “a crise econômica é latente; quanto menor for a regulação do Estado, maior a probabilidade de crise; a economia dos EUA está exposta aos ciclos econômicos, que podem ser mais ou menos radicais, de acordo com a política econômica adotada; e, o mais importante, a economia não podia crescer tendo os setores imobiliário e militar como os setores dominantes”.

“Estamos vivendo, nestes últimos anos, as consequências diretas da exportação da crise americana para o resto do mundo. Nas manifestações de junho e julho eu não vi muita gente com bandeiras anti-imperialistas”, diz Loguercio. “Existe uma consciência muito baixa dos efeitos atuais da política econômica americana”

Na avaliação de Schincariol, com a eleição do governo Obama, implementou-se uma política econômica “bastante descoordenada e emergencial”. Os devedores e um conjunto de bancos foram culpabilizados pela crise, mantendo-se inatacada a lógica de desregulamentação do sistema financeiro. Registrou-se, na esteira da crise de 2008, uma significativa queda no valor dos imóveis e nas taxas de emprego, havendo uma transmissão da crise do sistema financeiro para a economia real como um todo. “A crise de 2008 se encerra com uma ampla participação do governo norte-americano na economia, via déficits fiscais e novamente aumento nos gastos miliares, já no governo Obama, apesar de ser um governo democrata, encerrando assim, de forma bastante contundente, a hegemonia do pensamento liberal nas interpretações sobre as potencialidades do capitalismo

norte-americano”.

Nesse quadro, a partir de uma perspectiva feminista, Miriam Nobre, militante da Marcha Mundial das Mulheres e mestre em Integração da América Latina, chama a atenção para o peso de que ainda goza a direita estadunidense (que se expressaria, por exemplo, na imposição da heteronormatividade e na tentativa de criminalização do aborto) e para a forma como ela se projeta sobre o resto do globo. “Essa direita evangélica, em articulação com a direita católica, tem os seus instrumentos de atuação internacional, para ganhar presença internacionalmente, inclusive com objetivos econômicos. Essa ofensiva conservadora é ponta de lança de uma renovação do capitalismo nos EUA”. A presença contemporânea da superpotência no exterior seria percebida, ainda, nos avanços sobre os recursos naturais e na criação de uma ideologia em torno da “economia verde”, apresentando a financeirização da natureza como alternativa para a saída da crise.

“Mas nem tudo está perdido, porque há muitos movimentos sociais”, relativiza Miriam. “Todo mundo sabe que nos EUA tem muita luta social, mas em geral os grupos são fragmentados, localizados, atuam sobre a realidade local. Isso, por uma longa história de opções metodológicas e políticas, mas também pelas limitações colocadas por esse enorme Estado policial, que tem quase um espião para cada militante, e por um processo de cooptação que passa por recursos do Estado para organizações locais”.

Para Edgardo Loguercio, a situação dos EUA hoje enseja uma reflexão sobre a “potência da decadência”, isto é, “sobre a decadência

como elemento de deslocamento das relações internacionais e sobre a maneira pela qual ela cria um cenário de perspectivas de transformação, pela rebelião das forças produtivas, das classes oprimidas em diferentes lugares do mundo”. Correspondente da agência de notícias Xinhua no Brasil, Loguercio é mestre em Integração da América Latina. Considerando o que seriam os impactos econômicos da crise estadunidense em outras economias nacionais, inclusive a brasileira, assim como as manifestações de rua que tiveram lugar em diversos países, Loguercio propõe uma síntese: “Estamos vivendo, nestes últimos anos, as consequências diretas da exportação da crise americana para o resto do mundo. Assim como os EUA atravessaram o processo de se tornar o centro econômico mundial, do começo do século até concretizar isso nas primeiras décadas do pós-guerra, hoje em dia, eles encarnam o centro da crise mundial e exportam a crise”.

Esse cenário imporia um problema fundamental para a esquerda: a necessidade de criar condições para que a sociedade tenha clareza a respeito da política estadunidense. “Nas manifestações brasileiras de junho e julho eu não vi muita gente com bandeiras anti-imperialistas. Existe uma consciência muito baixa dos efeitos de todo esse processo histórico e dos efeitos atuais da política econômica americana”. Na avaliação de Loguercio, apenas a construção de um programa que assimile as experiências históricas e, ao mesmo tempo, enseje novas ferramentas políticas poderá reverter esse quadro, oferecendo uma resposta à altura da “terrível potência destrutiva” da decadência dos EUA.

GUERRA CIVIL NO MUNDO ÁRABE OPÕE SUJEITOS VÁRIOS E “GRANDE MÃO” DOS EUA

Hugo Fanton
Jornalista

Daniel Garcia



“Imperialismo e Guerra Civil no Mundo Árabe” foi o tema da mesa que reuniu Salem Nasser (FGV-SP), José Arbex (PUC-SP), Peter Demant (IRI-USP) e os ativistas Aldo Sauda e André Ferrari. Tanto Nasser — para quem é preciso definir com precisão os sujeitos envolvidos nos conflitos da região, as orientações políticas e interesses — como Arbex defenderam a atualidade do conceito de imperialismo e identificaram a presença, ali, da “grande mão do Império” (os EUA). Mas Demant declarou-se a favor de intervenções militares para combater o “islamismo radical” e a anarquia

A atualidade do conceito de Imperialismo para analisar conflitos no mundo árabe e os diferentes elementos sociais, políticos e econômicos que podem caracterizar uma situação revolucionária foram os temas centrais da mesa “Imperialismo e Guerra Civil no Mundo Árabe”. A atividade apresentou distintas visões acerca do contexto político atualmente vivido no Oriente Médio e no Norte da África, variando desde a caracterização dos processos como revolucionários e de caráter socialista até a defesa de uma intervenção militar dos EUA na região.

Salem Hikmat Nasser, professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (Direito GV), participou da mesa e iniciou sua explanação refletindo sobre conceitos propostos para debate. “A palavra *imperialismo* toca questões culturais, ideias que remetem a algum tipo de dominação ou controle. É algo que se fez anteriormente na humanidade e se faz hoje, de modos diversos, com elementos que remetem ao que já foi no passado”. Nesse sentido, é possível pensar em Império inclusive quando se remete “às visões de mundo” e às orientações teóricas que embasam as análises da política internacional. “A visão de mundo dada é uma forma de imperialismo”.

Para tratar do tema, o professor recorreu a Jean Baudrillard, filósofo francês que, em sua obra, diferencia “hegemonia” de “dominação”. Esta última explicita a oposição sobre a qual se exerce.

Fotos: Daniel Garcia



Professor Salem Nasser

“Já a hegemonia não tem seu contrário: mesmo a revolta, a oposição, é incorporada pelo hegemônico como parte do sistema, tornando-se uma pretensa oposição. A hegemonia ridiculariza a oposição e neutraliza a revolta. No Oriente Médio, quem é o Império? Quem exerce o Império? Estamos falando de imperialismo estadunidense? Ou de um sistema, o capitalista?”.

Ao propor essas questões, Nasser lembrou que a representação usual do contexto atualmente vivido no Oriente Médio é a de que se trata de povos atuando em oposição a regimes políticos. “Mas há problemas com relação a essa visão. Podemos pensar a partir dos jogos de poder na região. Há sim problemas que opõem o povo ao regime sírio, com tantos vícios, assim como havia no Egito, Ará-

bia Saudita, etc. Há necessidade de mudanças, razões para revolta. Mas quem é o povo? Quem são as massas? Uma simples representação de povo contra o regime esconde que há disputa entre povo e povo”, e entre diferentes nações, centrais e periféricas.

Nesse sentido, Nasser considera fundamental, para analisar os diferentes contextos políticos, definir com precisão os sujeitos envolvidos nos conflitos, bem como suas orientações políticas e interesses. “Além disso, há disputa entre regimes na região, diferentes opções políticas, e a mão do Império”. Para ele, diversas análises não consideram a influência dos EUA e Israel em algumas regiões, mas estas são “a grande mão imperial buscando impor seu projeto”.

Por isso, é preciso, ao se debruçar sobre os diferentes contextos da geopolítica internacional e, especificamente do Oriente Médio, compreender como os “grandes atores agem”, em cada um dos processos históricos. “Qual segredo faz com que apenas na Síria o conflito tenha tomado essa dimensão?” É justamente o interesse externo. “Precisamos lembrar que as armas vêm de algum lugar. O Exército Livre da Síria saiu da cena política, a questão agora é entre o regime de Assad e outros grupos. Por isso, devemos nos perguntar: qual é a opção de EUA e Israel nesse contexto dado? Quais são seus interesses?” Essas questões devem orientar a análise concreta daquela realidade.

“Com o fracasso histórico do nacionalismo árabe, a luta anti-imperialista foi assumida pelo islamismo”, propõe André Ferrari. No Barein, a resposta às manifestações de massa foi a “brutal intervenção saudita, sustentada pelos EUA”. Mas, para Peter Demant, “o mundo precisa de um policial, senão vira situação anárquica”



Professor Peter Demant

André Ferrari, militante do Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores, considerou a crise econômica do capitalismo o elemento-chave para analisar a dinâmica política no Oriente Médio e no Norte da África, pois leva a “processos de luta de massas”, fundamentais nos diferentes países, “inclusive em locais como Espanha e EUA”. A partir desses elementos, deve-se trabalhar com a possibilidade de radicalização da luta, sustentada. “Todos os países discutem política de prevenção de luta de massas. Não podemos deixar de lado o temor das revoltas de massa no Irã, por exemplo, algo que leva a políticas de pequenas reformas conciliadas com repressão contra os setores que mais se mobilizam”.

Ferrari entende que, após a Revolução Iraniana, houve um retrocesso do nacionalismo árabe, que

descaracterizou os regimes políticos na região. “Com o fracasso histórico do nacionalismo árabe, a luta anti-imperialista foi assumida pelo islamismo”. É nesse contexto que se dá a atual intervenção do imperialismo. Ferrari exemplifica com a situação vivida no Iêmen, que viveu um “processo de luta de massas, semelhante ao egípcio, em que o papel dos EUA foi o de tentar promover reformas e uma transição controlada”. São reformas ‘por cima’ para controlar a situação, explica. Já no Barein, a “resposta foi uma brutal intervenção saudita, sustentada e apoiada pelos EUA”, pois “o que está em jogo são os interesses do imperialismo”.

Peter Demant, professor do Departamento de História e do Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP), apresentou um contraponto em defesa da intervenção es-

trangeira, que para ele não poderia ser caracterizada como “imperialista”, por considerar inadequado o termo e ultrapassado o conceito. “Meu ponto de vista é muito diferente. Não trabalho com o conceito de imperialismo. O termo tem valor para discutir o que aconteceu no século XIX e no início do século XX, mas não explica nossos dias. Se for para relacionar tudo o que faz os EUA ao império do mal, não teremos uma mesma conversa. Estou a favor da intervenção, não sou antiamericano”.

Para Demant, muitas das intervenções realizadas nos últimos vinte anos tiveram motivos que não se explicam pela economia, mas estão também relacionados à crise humanitária, aos direitos humanos e à existência de um inimigo comum: o terrorismo. “Trata-se do islamismo radical, diferente do islã como religião, constituído nessa conjuntura após a derrota do fascismo e a derubada do comunismo na URSS”. Assim, a “ideologia do islamismo radical” é a categoria que o professor utiliza para explicar a situação política atual no Oriente Médio.

Diante desse novo contexto, seria preciso encontrar uma “nova maneira para organizar a política no mundo”, uma vez que as intervenções no Iraque e no Afeganistão tiveram resultados problemáticos. “Seus motivos originais foram corretos, pois se houver violações graves de direitos humanos há uma necessidade moral de se intervir. Se houver uma contradição entre a lei e moralidade, estou do lado da moralidade. Se algum Estado agressivo vai desenvolver armas de destruição em massa, é

preciso intervir, pois caminharíamos para um mundo ainda pior”.

O professor reconhece que há contradições e hipocrisias, pois os próprios países interventores possuem tais armas e já promoveram invasões “de forma errada e com resultados ruins”, admite. “Agora, estamos vivendo um período *neoisolacionista*, com desgaste e sentimento contrário às intervenções, entre as forças da esquerda internacional e dentro dos próprios EUA”. Apesar disso, para Demant, “quando se diz que os EUA se comportam como policial do mundo”, é preciso afirmar “que o mundo precisa de um policial, senão vira situação anárquica”. Haveria uma responsabilidade de todos os Estados contra as extremas violências, e isso não nos permite interpretar a situação como um jogo entre forças imperialistas e anti-imperialistas.

“Auschwitz e Hiroshima não foram produtos do Islã, assim como os mais de 2 milhões de mortos no Vietnã e Camboja. São produtos da democracia.

Vamos colocar as coisas no seu devido eixo: o presidente dos EUA não passa de um assassino, cujos ‘drones’ já mataram duas mil mulheres e crianças”, diz José Arbex

Tal discurso foi veementemente contraposto por José Arbex, professor da PUC-SP nas áreas de comunicação, cultura e política internacional, e que considera “absurda” a relativização da existência do imperialismo hoje no mundo. “Questionar isso é uma inversão de valores extraordinária, em um contexto em que Israel usa armas químicas no Sul do Líbano e, em nome da disputa pelo petróleo, a humanidade está sendo conduzida à catástrofe”. Desse modo, o discurso do “choque de civilizações” deve ser combatido, pois se apoia em falsificações históricas, diz ele. “Há uma evidente perspectiva de caracterizar o Islã e o fundamentalismo religioso como os grandes responsáveis pelos conflitos no mundo. Mas não podemos nos esquecer de que Auschwitz e Hiroshima não foram produtos do Islã, assim como os mais de dois milhões de mortos no Vietnã e no Camboja. Esses são produtos da democracia. Os três quilos de armas químicas por pessoa despejados no Vietnã são produtos da democracia. Vamos colocar as coisas no seu devido eixo: o presidente dos EUA não passa de um assassino, cujos ‘drones’ já mataram duas mil mulheres e crianças”. O professor cita ainda o forte controle estadunidense sobre a circulação de informações, a liberdade restrita pelo decreto patriótico (*Patriot Act*) e as torturas na base de Guantánamo.

Arbex declarou-se, assim, contrário a perspectivas que estimulem uma cisão do mundo em blocos, “entre civilização e barbárie”.



Professor José Arbex

E ainda ressaltou: “Vai chegar a vez do Brasil, em razão de nossas reservas de água e da Amazônia. Já houve uma campanha global pela internacionalização da Amazônia, não podemos nos esquecer disso, pois o que está em jogo é uma política mundial determinada pelo controle das riquezas mundiais”, e disso decorrem as justificativas de invasões. “Walter Benjamin afirmava não existir monumento da cultura que não seja também da barbárie. Não podemos aceitar essa extraordinária inversão de valores”. O professor da PUC-SP enfatizou ainda que a “democracia parlamentar e liberal não será a solução para os povos do Oriente Médio”, assim como não o é para os países africanos,

“que tiveram suas fronteiras desenhadas por essas democracias” e até hoje convivem com conflitos que decorrem das intervenções imperialistas na região.

Os debates tiveram início com Aldo Sauda, militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e correspondente do jornal *Opinião Socialista* na Síria. Ele iniciou sua explanação caracterizando a cena política local como uma situação revolucionária, que opõe interesses capitalistas e imperialistas aos dos trabalhadores organizados no Exército Livre da Síria (ELS), braço armado das mobilizações de diferentes setores sociais contra o regime de Assad. Ao ELS se somam os conselhos populares, chamados por Sauda de “espécie de *soviets*” (em referência à forma organizativa do proletariado russo no processo revolucionário de 1917), base social organizativa da população síria nos territórios ocupados pelo ELS. “A ditadura síria bombardeia e destrói com o objetivo de matar a população. Leva caos e medo às cidades. Já os *soviets*, esses conselhos locais em que a população se organiza, são o paradigma. No entanto, existem limitações, como a ausência de direção revolucionária”. A esse problema apontado, soma-se a difícil realidade das cidades “libertadas”, mas destruídas pela guerra civil. “A principal tarefa é garantir fornecimento de pão para as pessoas”.

Entre a população rebelada existem, além do ELS e dos conselhos populares, militantes da Al Qaeda e grupos criminosos, que buscam controlar fontes de recursos. Por is-

so, Sauda descreve a situação como de “caos, ausência de organização e de projeto político”, e informa que “em muitos lugares, os conselhos têm a tarefa de lidar com 80 diferentes grupos armados, sendo a metade associada à bandidagem”. Além disso, há um grupo islâmico que atuaria na retaguarda dos revolucionários. “Após a libertação de uma região, aparecem grupos muito bem organizados e disciplinados, tentando tomar dos revolucionários o controle político. Quando a revolução estourou, a ditadura soltou os presos para que causem problemas”. Assim, os chamados “radicais islâmicos” estariam atuando para dividir a oposição. “A Al Qaeda controla os poços de petróleo e vende para o regime sírio. Ela forma uma quinta coluna, com financiamento e apoio militar da ditadura, tendo como eixo a formação do Estado Islâmico”.

Já para Demant, a situação atual na Síria é uma terrível tragédia, o que justificaria a invasão militar estrangeira. “Houve muitas intervenções cruéis na época da Guerra Fria, por motivos estratégicos, mas a situação mudou. Outras potências fizeram intervenções por motivos distintos, e mais recentemente o que temos é uma luta contra o terrorismo islamita”. O professor do IRI-USP descreve a sociedade síria como “extremamente heterogênea”, com uma variedade de ideologias, como a pan-árabe, as regionalistas e o nacionalismo local, o que inclui o Líbano e a Palestina. Após a Primeira Guerra Mundial, a região caiu nas mãos da França, “em uma política de dividir pa-

ra imperar”, na visão de Demant. “Neste contexto sim podemos usar o termo imperialismo”, defende.

Após a independência, vários agrupamentos ocuparam o poder, levando a uma situação em que convivem em um mesmo território diferentes comunidades, com medo umas das outras e armadas. “O regime é um conglomerado de minorias que controla a maioria. Mantém-se no poder com violência, tortura, controles, censuras e violações”. Inicialmente, o movimento social foi pacífico, a favor de aberturas e liberdades individuais. “O regime massacrou, levando a uma resistência militar”. Demant afirma que o país vive agora uma guerra civil, com risco de se expandir. “São 100 mil pessoas massacradas, às vezes torturadas. Isso é inaceitável, e o mundo precisa fazer algo. É uma vergonha que a comunidade internacional não faça nada”.

A situação hoje seria pior do que há dois anos, pois teria havido um “crescimento dos grupos mais radicais”, o que levou a uma “terrível crise humanitária, com milhões de desabrigados, ameaçando atingir a região inteira”. Agora, pensa ele, “é muito mais difícil melhorar”. Assim, a Síria precisaria, na visão de Demant, de um novo contrato social, com dominação da maioria e garantias para as minorias. “Uma redemocratização com novas instituições, em suma, um sistema em que a população aprenda a conviver de forma não violenta”. Para isso, seria preciso integrar islamitas moderados, para neutralizar os radicais. “Não consigo imaginar isso sem uma intervenção militar”.

O conflito sírio não é apenas resultado de um jogo de forças entre diferentes interesses na região, porque “não podemos subestimar o processo revolucionário que existe”, acredita Ferrari. Aldo Sauda considera inimigo o regime de Assad, mas adverte ser um “grande erro” defender a intervenção dos EUA

Sauda, no entanto, conta que, no norte da Síria, a invasão estrangeira sequer é um tema de debate como forma de superação dos conflitos. “O batalhão do conselho local diz que nunca veio nada de bom dos EUA. No Exército Livre da Síria, todos têm medo de que os EUA possam bombardeá-los”. Desse modo, apesar de considerar o regime sírio um inimigo, Sauda afirma ser um “grande erro” defender a intervenção norte-americana. “Ao longo de todo o processo, os EUA colocam que o objetivo é tirar Assad do poder, não derrubar o regime. A razão é estabelecer um acordo entre o que resta dos apoiadores de Assad e os setores burgueses da oposição”.

Ele caracteriza o processo sírio como revolucionário pelo fato de “as massas estarem nas ruas derrubando um regime pró-imperialista e pró-capitalista, por meio de sua ação”.

Na região, existiria uma contradição entre classes muito forte, na medida em que “todas as economias do Oriente Médio são capitalistas, rentistas e dependentes do capital internacional, o elemento mais dinâmico da economia egípcia, por exemplo”. Por essa razão, afirma, “os setores mais importantes da burguesia síria estão com Assad”. Sauda ressalta ainda que “não existe uma direção revolucionária na Síria, mas o povo sírio quer pão, liberdade e justiça social, o que só será possível com a derrubada do capitalismo”. Para ele, a construção de um partido revolucionário pressupõe identificar onde está a revolução e a contra-revolução. “É um processo inconscientemente socialista, porque terá de nos levar ao socialismo. Para isso, há necessidade de construção da direção revolucionária”.

Também para o representante do Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores, André Ferrari, é preciso partir da referência da luta de classes para analisar a situação política no Oriente Médio como um todo, o que implica deixar de ver as massas como “joguetes”. “É importante resgatar o papel protagonista dos movimentos de massa, sujeitos que mudaram a situação”, afirma Ferrari, ressaltando que existe, muitas vezes, uma “visão impressionista sobre a ameaça de intervenção estrangeira na Síria”. É preciso, a seu ver, partir da compreensão de que as massas, o povo da região, em especial da Síria, “é protagonista” nos conflitos políticos e sociais vividos. No seu entender, é um erro analisar o conflito sírio como resultante de um jogo de forças entre diferentes interesses na

região. “É óbvio que devemos considerar isso, mas não podemos secundarizar o sujeito dos levantes no Norte da África, que derruba governos e muda a correlação de forças. Não podemos subestimar o processo revolucionário que existe”.

Ele contextualizou a situação política no Oriente Médio lembrando que o Iraque vive um recrudescimento de conflitos e, no Egito, houve um massacre de ativistas da Irmandade Muçulmana. “Isso torna o debate muito atual. Devemos pensar em como contribuir com o Oriente Médio e o Norte da África”. Em relação à Síria, Ferrari afirma que a posição dos EUA “não é tão tranquila, pois há perda de controle em muitas dessas situações, de modo que uma intervenção militar traria muitos problemas”, decorrentes de uma opinião pública contrária e das dificuldades de aprovação no parlamento. “Mas a ameaça de intervenção abre uma negociação para conter o processo em curso da revolução”.

Desse modo, trata-se de uma situação extremamente complicada. “Às vésperas do golpe que derrubou Mursi, no Egito, houve o maior levante popular da humanidade. O processo ainda está aberto. Na Síria, cresceu a força dos setores jihadistas, algo que pode ser considerado um retrocesso para a revolução”. Ferrari lembra ainda que há tentativas de repactuação com Assad, incluindo reuniões de representantes do ELS, para encontrar uma saída nacional. “A luta de massas é decisiva. Há desgaste, fadiga, incerteza. Não podemos ver no processo da Síria uma saída exclusivamente mi-

litar, mas que passe por negociações a partir do movimento de massas. É fundamental pensar em como reconstruir o processo revolucionário a partir do movimento de massas. É decisivo colocar o tema da Assembleia Constituinte Revolucionária. Essa é a única saída. Temos de investir na retomada das forças da revolução árabe”.

Antes que o Hezbollah passasse a controlar o sul do Líbano, Nasser, que é libanês, estava impedido de entrar na escola em que estudara, nas visitas à terra natal, por precisar de autorização de Israel. “Se hoje posso visitar meu colégio, Síria e Irã foram fundamentais. A ocupação dos territórios árabes é questão central no processo”

Já o professor de direito internacional da FGV apresentou contrapontos à ideia de que a Síria e a região como um todo vivem uma situação revolucionária, e ao discurso teológico de que necessariamente a superação da crise política e econômica conduzirá ao socialismo. Nasser lembra que, no Sul do Líbano, o Hezbollah libertou uma região e, com isso, “levantou a cabeça dos

Daniel Garcia



Aldo Sauda

árabes: recuperamos algo de nossa dignidade”. Porém, “nada disso teria acontecido se a Síria não estivesse conosco, assim como o Irã”.

Libanês, Nasser conta que, antes da tomada de poder pelo Hezbollah, estava impedido de entrar na escola em que estudara quando criança, em suas visitas à terra natal, por necessitar de uma autorização de Israel. “Se hoje posso visitar meu colégio, a Síria e o Irã foram fundamentais. Ou seja, a questão da ocupação dos territórios árabes é central nesse processo. O motor das revoltas é o resgate, a recuperação do coletivo, e vai durar muito tempo”.

Por isso, considera fundamental observar atentamente quais são as diferentes causalidades que influem em cada momento histórico. No caso da Síria e do Oriente Médio como um todo, a seu ver, a arma que o imperialismo usa é o sectarismo. “É esse o projeto dos EUA e de Israel. A arma alimentada é o

sectarismo, promovem a ideia de que tudo isso é uma guerra entre sunitas e xiitas. Como isso serve ao império? Fazendo com que o mundo árabe esqueça Israel e passe a achar que o Irã é seu inimigo. Já estamos vivendo um momento em que Catar e Arábia Saudita conversam com Israel para pensarem juntos em o que fazer com o Irã”.

Nasser lembra que isso já está presente no Líbano, fragmentado pela política imperialista. “Dividir para imperar. A chave do sectarismo é a da separação, fragmentação. A Síria se transformaria em pequenos cantões, como o que se desenha no Iraque hoje. Há uma divisão operada historicamente, acompanhada por uma normalização da ocupação. E isso é a morte da questão palestina”.

Com relação à Rússia e à China, afirma que não há inocentes na política. “Os russos têm seus interesses e chineses também. Ao lado dos EUA, talvez sejam os países que enxergam o mundo como um tabuleiro de xadrez. A política não premia os inocentes. Quando apareceu uma pessoa como o Putin, expressando sua vontade de poder, certamente é premiado no final do processo. A Rússia se senta com os EUA e os dois juntos decidem o que vai acontecer”. Mas o fundamental é que isso levou ao “único recuo” da hegemonia estadunidense no último período, tendo por consequência a preservação da Síria, e de maneira indireta do Líbano e do Irã. “O fato é que essa conversa foi acertada na mesma mesa, em trabalho de russos e chineses, que impuseram um novo equilíbrio político na região”.

NEODESENVOLVIMENTISMO, “JORNADAS DE JUNHO” E NOVOS DESAFIOS AO LULISMO

Daniela Alarcon
Jornalista



Mesa-redonda “Brasil: entre emergência, rebelião e queda”

As massivas manifestações de protesto que tomaram as ruas brasileiras em junho de 2013 foram o ponto de partida, na mesa-redonda “Brasil: entre emergência, rebelião e queda”, de um contundente debate das características políticas e econômicas centrais dos governos Lula e Dilma, das transformações em curso no Brasil e dos dilemas e perspectivas da esquerda nacional. Coube aos professores André Singer, Armando Boito Júnior, Ildo Sauer e Paulo Arantes mapear e esquadrihar o tema

“Os acontecimentos de junho, a meu ver, têm um pano de fundo diretamente relacionado com essa década que eu chamo de lulista”, define o cientista político André Singer. Professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), Singer é coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). Foi porta-voz da Presidência da República (2003-2007) e secretário de Imprensa do mesmo órgão (2005-2007). Em 2012 publicou *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*.

“O lulismo conseguiu juntar duas coisas pouco prováveis, que se achava praticamente impossível: relançar a economia brasileira por meio de uma redução da pobreza, ou seja, relançar o crescimento econômico, puxado pelo consumo dos mais pobres, sem qualquer tipo de conflito com o capital”. A ampliação da capacidade de consumo dos setores de mais baixa renda no Brasil, por sua vez,

teria sido alavancada pela implementação de políticas de transferência de renda, pelo aumento expressivo do salário mínimo real e pelo crédito consignado. “O aumento real do salário mínimo em cerca de 70% expressa uma mudança importante da capacidade de consumo de milhões de pessoas, que só recebem salário mínimo, são aposentados ou têm seu salário indexado ao salário mínimo. Estamos falando não só da camada de baixíssima renda, que eu sugiro que poderia se entender por subproletariado, mas da própria classe trabalhadora de menor renda no Brasil”. Para Singer, este teria sido o grande instrumento de distribuição de renda no Brasil, permitindo a “retomada da economia por baixo”.

“Esta mudança que ocorreu no Brasil é uma mudança no sentido de mais igualdade, uma mudança que pode ser medida pelo Índice de Gini, que veio caindo de aproximadamente 0,60, o mais alto do mundo, para 0,50”, observa. “Essa

redução foi muito importante, porém nós partimos de um patamar de desigualdade absurdo. O Brasil ainda é muito desigual, portanto, as questões centrais da luta de classes continuam colocadas mais ou menos no patamar em que estão desde sempre”. Para Singer, o quadro é especialmente problemático nas grandes cidades, onde o lulismo é menos eficaz, já que alterar profundamente as condições de vida nessas áreas seria muito mais custoso do que realizar um processo análogo, por exemplo, no interior do Nordeste. “As favelas são uma realidade que vêm se consolidando há décadas, então, para mexer nisso, você precisa de grandes investimentos sociais, não basta um pouco de Bolsa Família. Em uma cidade como São Paulo, o Bolsa Família não é muito expressivo, porque não há tanta gente de baixíssima renda em São Paulo. Os problemas são de outra natureza e custam muito dinheiro.

Para realmente enfrentá-los, seria preciso fazer mudanças políticas mais profundas”.

A implementação de medidas como impostos sobre grandes fortunas ou grandes ganhos de capital, observou Singer, poderia criar as condições para essas transformações. “Isso seria um caminho possível. Mas implicaria um confronto de classes que está fora do modelo lulista. Precisaria haver uma outra correlação de forças, um outro tipo de movimentação política, que não ocorreu no país”. A análise dos resultados das últimas eleições nas principais metrópoles — registrando ampla vitória das oposições, independentemente de quais fossem elas — já indicava que as pessoas estavam chegando ao “limite”. Nesse sentido, avalia, as mobilizações iniciadas em junho não foram surpresa. “É quase óbvio para quem faz essa análise que os problemas iam explodir nas grandes cidades. Era impossível saber quando isso iria acontecer, mas era fácil prever que aconteceria”.

Na visão de Armando Boito Júnior, a “revolta da tarifa” inaugurou uma nova fase da luta popular no Brasil, em um contexto não mais de “neoliberalismo puro e duro”, como na década de 1990, mas de “neodesenvolvimentismo”. Professor titular de Ciência Política na Universidade de Campinas (Unicamp), Boito pesquisa as relações de classe no capitalismo neoliberal no Brasil e na América Latina, é editor da revista *Crítica Marxista* e diretor do Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (Cemarx).

O crescimento econômico, nos marcos “neodesenvolvimentistas”, teria trazido melhorias concretas, porém limitadas, nas condições de vida de segmentos desfavorecidos da população. Para Boito, tais limitações estariam na raiz das mobilizações de junho, as quais expressam “contradições, limites e insuficiências da política neodesenvolvimentista”

A eleição de Lula pôs em marcha, argumenta Boito, uma tentativa de reforma do modelo capitalista neoliberal — modelo caracterizado pela privatização de empresas estatais e de serviços públicos, por desregulamentação econômica, abertura comercial e elevação da taxa de juros — e que passou a priorizar os interesses da grande burguesia interna, em lugar do capital financeiro internacional e de setores da burguesia a ele integrados. Na definição do professor da Unicamp, o neodesenvolvimentismo é uma política de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro “muito menos ambiciosa do que o velho desenvolvimentismo”, por não dar preferência ao mercado interno, não se centrar no desenvolvimento industrial e ter capacidade distributiva menor que a do desenvolvi-



Professor André Singer

tismo. Apesar disso, observou, para a realização do programa econômico da grande burguesia interna, os governos Lula e Dilma implementaram uma política social que contemplou, mesmo que marginalmente, interesses das classes populares, engendrando “uma grande frente heterogênea de frações de classes, sob hegemonia da grande burguesia interna”.

O crescimento econômico brasileiro, assim, teria trazido consigo melhorias concretas, porém limitadas, nas condições de vida de segmentos desfavorecidos da população. Para Boito, tais limitações estariam na raiz das mobilizações desencadeadas em junho. “A nova fase da luta popular no Brasil é uma expressão das contradições, dos limites e das insuficiências da política neodesenvolvimentista, desde a perspectiva dos interesses populares. Não é mais uma luta direta contra uma política neoliberal, é uma luta contra um tipo de política econômica que não está atendendo suficientemente



Professor Armando Boito



Professor Ildo Sauer

os interesses das classes populares, porque atende apenas na margem”.

Na interpretação de Ildo Sauer, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder institucional manteve inalterado o paradigma da subordinação brasileira. “A origem da questão, como colocam o Ruy Mauro Marini e os teóricos da dependência, está na disputa pelo valor e nas trocas desiguais”. Nos governos Lula e Dilma, assinalou, o sistema econômico brasileiro seguiu funcionando de forma a cumprir o papel subordinado que lhe cabe na divisão internacional do trabalho (fornecendo matérias-primas e exportando excedentes a preços abaixo do valor), buscando apenas o necessário para manter os privilégios de sua elite interna. Assistimos, então, a uma “efêmera fase de crescimento”, decorrente em grande medida do aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional. “Eu poderia enumerar uma quantidade enorme de indicadores que não respaldam a interpretação de que nós sejamos uma

sociedade aceitável para as condições que nós temos no Brasil de reorganizar a produção e, acima de tudo, distribuir de maneira muito mais equânime o produto social”, sustenta.

Professor titular, Sauer é diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP (antigo Instituto de Eletrotécnica e Energia) e foi diretor de Gás e Energia da Petrobras no governo Lula. Exemplificando com o leilão do campo de Libra e as concessões das usinas hidráulicas, Sauer busca caracterizar a maneira como tem se dado a apropriação social dos recursos naturais no Brasil. “Para quem acompanha de perto o que este governo hoje está fazendo nessa área, fica uma sinalização muito clara de que mais do mesmo está se praticando agora, em um aprofundamento do problema da dependência, impondo barreiras definitivas à mudança”.

A política energética dos governos petistas, diz Sauer, tem transferido ao capital o lucro suplementar ou superlucro, formado nos segmentos econômicos que

permitem acumulação extraordinária, como é o caso dos setores petrolífero e hidrelétrico. Em uma sociedade na qual a produtividade do trabalho ainda é relativamente baixa, poderia advir justamente desses setores o excedente econômico necessário para ampliar os investimentos em educação e saúde públicas, infraestrutura urbana, ciência e tecnologia, proteção ambiental e mesmo na transição energética. “O que se ouve por aí é que o artigo 5 da Constituição Federal, que garante os direitos sociais, não se cumpre porque não há recursos”, comenta. “A minha interpretação é de que a nossa estrutura política e econômica faz com que todo o excedente econômico ou vá para o exterior, ou seja apropriado pela elite brasileira e, evidentemente, como o nível de produção é um só, se ele é substancialmente concentrado, ele nunca vai cumprir o papel de mudar a sociedade”.

“Quanto maiores os estoques de capital aqui, maiores as remessas e a ‘exportação’ da mais-valia em benefício dos grupos estrangeiros dos países centrais. Nada disso se alterou substancialmente durante os dez anos recentes.

Acreditávamos que era a possibilidade de fazer uma política inversa àquela que a The Economist defende”, diz Ildo Sauer

Na esteira da crise, acrescenta Sauer, há um risco de que os termos de intercâmbio voltem a seu padrão tradicional. O endividamento público brasileiro é grande e, embora tenhamos tido uma redução efêmera da taxa de juros, ela voltou a subir; com isso, grande parte do excedente público está sendo utilizado para pagar a dívida. Na avaliação do professor, o governo brasileiro vem atuando na direção apontada pelo receituário neoliberal, realizando terceirizações e privatizações (“inclusive algumas bárbaras”). “Nós festejamos — pelo menos na imprensa — toda vez que o investimento direto estrangeiro cresce aqui. Ele está crescendo, em parte, para compensar o déficit nas transações correntes. Temos que compreender: quanto maiores os estoques de capital aqui dentro, maiores as remessas e, portanto, a ‘exportação’ da mais-valia em benefício dos grupos estrangeiros dos países centrais. Nada disso se alterou substancialmente durante os dez anos recentes. E muitos de nós acreditávamos que era a possibilidade de fazer uma política inversa àquela que a *The Economist* defende”.

“Lula nunca enganou ninguém, nós é que queríamos nos enganar”, enfatiza o professor Paulo Arantes. “Ele sempre disse: ‘eu quero que a classe trabalhadora brasileira tenha o poder político que lhe é devido por motivo do poder social que ela já está adquirindo’. E ele fez exatamente isto: consagrou o poder social da classe trabalhadora no Brasil”. A ascensão do PT ao governo seria, em sua análise, uma derrota para a esquerda, que alguns, contudo, insistem em considerar uma vitória parcial. Profes-

sor aposentado da FFLCH, Arantes dedica-se às áreas de história da filosofia e filosofia política.

Arantes critica duramente a interpretação segundo a qual o capitalismo poderia “resolver os problemas da humanidade, se melhor administrado”, isto é, se gerido por governos ditos populares ou progressistas: “Isso é fantasia”. Dialogando com dados quantitativos apresentados por Sauer, lança uma indagação retórica: “Por que essa apropriação de mais-valia se dá dessa maneira tão brutal e grotesca? Porque nós perdemos em 64. Ponto. Não entrou na cabeça de ninguém que nós perdemos mesmo e perdemos duplamente, porque os vitoriosos nos convenceram de que nós os derrotamos. Com isso, está encerrado o grande debate brasileiro. Ano que vem completa-se meio século dessa ilusão retrospectiva de que 64 foi um episódio, um espasmo de violência e que vamos recuperar aquilo que havia antes de 64”. Continuamos vivendo, acredita ele, a “maldição subalterna”, em que cada emergência é seguida de uma nova queda. “É o eterno retorno desse paradigma clássico”.

Historicamente, as sucessivas mudanças de hegemonia no processo de acumulação de poder e capital ensejaram distintas estratégias da esquerda, como o desenvolvimentismo e a insurreição. Hoje, com a debilitação do mundo multipolar, observamos uma reconfiguração do poder que engendra formas sociais “esdrúxulas” ou mesmo “monstruosas”, arrisca o professor. “Com o relativo enfraquecimento do poder americano, aconteceu algo que ninguém poderia imaginar: uma hegemonia brasileira”. Assim, a ideia

de “emergência” do Brasil, apesar de encerrar grande carga de ufânismo, tem lastro real. “Pela primeira vez, exportamos políticas sociais, temos multinacionais brasileiras atuando. Pela primeira vez, nós temos um tipo de hegemonia na América Latina, um espaço geoeconômico e político importante, que se tornou ainda mais importante com a explosão das *commodities* como recursos estratégicos mundiais”. O “Brasil potência”, contudo, não seria mais do que um projeto dos vencedores de 1964. “Existe um consenso na América Latina de que a hegemonia brasileira é benigna e de que ela, através dos seus bancos públicos e das suas multinacionais, financia governos anti-imperialistas e progressistas, até divergindo dos Estados Unidos quando necessário. Mas isso não tem nada de anticapitalista”.

Na opinião de Arantes, o Movimento Passe Livre (MPL) “conseguiu a mais rápida e impressionante vitória popular da história política do Brasil contemporâneo”. Boito vê também inegável vitória do MPL, a seu ver movimento de juventude de classe média, similar aos Indignados (Espanha) e Occupy (EUA)

A hegemonia regional brasileira, na análise de Arantes, conformou

**Professor Paulo Arantes**

um sistema social, político e produtivo sumamente original. “Esse polo de poder que se configurou incluiu na sua engrenagem a classe trabalhadora, dando poder a ela. A classe trabalhadora brasileira participa dos lucros da extração de mais-valia desta hegemonia que se dá no Brasil e fora do Brasil, na América Latina, na África e assim por diante”. Nesse quadro, uma parcela significativa da classe trabalhadora está “dentro da máquina”, atendida por eficientes políticas sociais. Para os que estão fora, reserva-se a polícia, “para passar por cima, encarcerar ou arrebentar”. Eis, segundo Arantes, o binômio oriundo de 1964: desenvolvimento e segurança. “De modo que quem está se debatendo no campo popular e tem uma perspectiva anticapitalista está no pior dos mundos possíveis, porque tem contra si a classe trabalhadora — que não esteve presente em junho”.

A seu ver, a esquerda clássica “brilhou pela ausência” nas manifestações de junho e protagonizou,

**Intervenção durante o debate com o público**

no dia 11 de julho (quando deveria ser realizada uma greve geral, convocada pelas centrais sindicais), um “fiasco histórico”. Em sua análise, o Movimento Passe Livre (MPL), grande protagonista de junho, vem de outra “linhagem”, relacionando-se, por exemplo, aos protestos anticapitalistas da década de 1990 e ao levante neozapatista no México. “O MPL conseguiu a mais rápida, fulgurante e impressionante vitória popular da história política do Brasil contemporâneo. Essa estupenda vitória do MPL é a vitória de um movimento anticapitalista completamente diferente e inédito no Brasil, e inaugura uma nova cultura política de protesto, inclusive enfrentando a polícia, isto é, ganhando a batalha na rua, onde nós perdemos — perdemos, inclusive, a memória de como se faz batalha na rua”.

No entender de Boito, a interpretação segundo a qual os acontecimentos de junho vieram encerrar um período de paz social, vigente até então, é equivocada. “Não havia paz social nenhuma nos dois primeiros mandatos do governo Lula. Havia luta social, havia uma forte recuperação da luta sindical no Brasil. Não se deve confundir a base do governo, uma base desmobilizada, que

mantém uma relação populista com o governo, com toda a população do Brasil”, argumenta, lembrando greves e ocupações levadas a cabo no período. O que ocorre, ainda na sua opinião, é que os acontecimentos de junho receberam muito mais atenção da mídia do que os processos anteriores, em razão do setor social mobilizado agora e da proximidade das eleições de 2014.

Por outro lado, ele destaca o caráter vitorioso da revolta da tarifa. “Foi uma grande vitória. O programa estratégico do MPL continua, mas a luta pela revogação dos aumentos [nas tarifas do transporte público] foi plenamente vitoriosa”. Trata-se, propõe ele, de um movimento de juventude de classe média, como ocorrera nas mobilizações protagonizadas pela Geração à Rasca, em Portugal; pelos Indignados, na Espanha; e pelo Occupy, nos Estados Unidos. Contudo, a pauta levada às ruas no marco da revolta da tarifa teria sido mais objetiva do que nesses outros contextos, com conteúdo progressista e popular, permitindo que o MPL se aproximasse de outras lutas e incorporasse trabalhadores e moradores da periferia, com novas reivindicações. Dessa forma, abriu-se uma nova fase na luta popular, com a realização de diversas greves, a incorporação de setores que não se encontra-

vam mobilizados até então e o emprego de métodos de luta mais ousados. Ainda que, a certa altura, a direita tenha tentado desviar o movimento para uma luta “moralista” contra a corrupção, “não foi um movimento reacionário de classe média, mesmo porque classe média é um grupo social muito vasto, que está muito dividido no Brasil”.

“Os acontecimentos de junho foram muito contraditórios”, afirma Singer. Aquilo que poderia ser o início de um novo ciclo de lutas de massas foi ressignificado por outras forças políticas, de direita mas sobretudo de centro”. Assim, criou-se “uma situação mais difícil para o lulismo, porque as pressões aumentam”

“Os acontecimentos de junho foram muito contraditórios. Teve de tudo”, pensa Singer. “Começou como um movimento de esquerda e que tinha todas as condições de ser o ponto inicial de um novo ciclo de lutas de massas que enfrentassem os problemas que o lulismo em parte resolve e em parte lega. Mas acabou, a partir de um momento, sendo ressignificado por outras forças políticas que não de esquerda. A meu ver, essas forças políticas foram de direita, mas, sobretudo, de centro:

um novo tipo de centro, um centro pós-materialista, que tem tudo a ver com o movimento que a ex-senadora Marina Silva dirige”. Na avaliação de Singer, a direita foi às ruas em reação à redução da miséria, ao movimento de ascensão social ocorrido no Brasil no último período. O centro, por sua vez, teria raízes na classe média, mas pode, eventualmente, estar repercutindo no novo proletariado.

“Os acontecimentos de junho colocam uma situação mais difícil para o lulismo, porque as pressões aumentam”. Tais eventos seriam, em parte, expressão de um aumento do conflito distributivo, decorrente da redução do ritmo de crescimento da economia brasileira, no marco de uma nova conjuntura do capitalismo global. “A economia mundial como um todo caiu e o Brasil também caiu. Portanto, houve uma agudização de um conflito distributivo, que se expressou nas ruas em junho e que continua”. As manifestações de junho e o novo arranjo global que se está estabelecendo atualmente — que poderá levar o capital a pressionar o Brasil para a realização de uma nova série de reformas neoliberais — poderão tornar as eleições de 2014 muito mais apertadas. “Eu ouço muitas análises no sentido de um esgotamento do lulismo. É evidente que um fenômeno de longo prazo em algum momento vai se esgotar, ele não é infinito. Mas não vejo sinais de esgotamento. O governo está tentando, a meu ver, manejar a situação ao modo lulista, ou seja, tentando mediar entre essas contradições”. Por exemplo, ao mesmo tempo em que realiza privatizações, não dá sinais de que acatará as pressões para a redução do custo da mão-de-obra.

Também para Boito, o processo desencadeado em junho não permite pensar, de forma taxativa, em um esgotamento do projeto neodesenvolvimentista. “O que está sendo pedido nas ruas é mais Estado. Não o braço repressor do Estado: a população nas ruas está reclamando mais direitos sociais”. Neste ponto, o debate esquenta. “Não tem nada a ver com mais Estado — isso é uma insanidade”, replica Arantes. “O que o MPL pedia não era mais ou menos Estado, era: ‘ou baixa a tarifa ou nós paramos a cidade’. Só isso. Quem é esse ‘mais Estado’? Esse ‘mais Estado’ está garantindo a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil, que significam um poder soberano territorial de exceção das grandes empresas internacionais patrocinadoras desses megaeventos. O ‘mais Estado’ é o sócio, o *broker*, o corretor desses negócios feitos no Brasil por essas megaempresas, em cima do povo que está ralando nessas megaobras”, concluiu.

Refletindo sobre esse contexto e os desafios para a esquerda, Sauer conclui que a grande síntese do governo Lula “é que ele, finalmente, incrustou em grandes segmentos da população as relações sociais de produção capitalistas como hegemônicas e as únicas viáveis”. Ao mesmo tempo, a esquerda brasileira careceria de um programa mínimo. “Não há um projeto de uma frente de esquerda articulada neste momento para ir a campo, que recupere os velhos princípios da esquerda, que ainda são valiosos e necessários se nós queremos fazer aquilo que é essencial: transformar a verdadeira base de produção e de distribuição e mudar as condições concretas de vida da população brasileira”.

“AS RUAS SE ENCHERAM DE CLASSES SOCIAIS”, DA ESQUERDA À DIREITA

Daniela Alarcon
Jornalista

Daniel Garcia



Mesa-redonda “Rebelião das ruas, movimentos e redes sociais”

“Contingentes do Brasil inteiro, inclusive de pequenas cidades, se colocaram em movimento, em luta. Houve uma mudança no padrão de legitimidade das ações coletivas no Brasil”, considera o professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUC-SP) a respeito dos protestos iniciados em junho de 2013. Tanto ele como Felipe Altenfelder, ativista do grupo Mídia NINJA, acreditam que o movimento foi essencialmente vitorioso. Mas Almeida adverte: “Os neoliberais estão na ofensiva. Estamos no interior de uma relação política muito pesada”

As manifestações desencadeadas em junho de 2013 — que começaram como rechaço ao aumento da tarifa do transporte público e se difundiram por todo o país, ao tempo em que ampliavam sua pauta política — expressaram, em grande medida, o extraordinário desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Foram policlassistas, caracterizadas por baixíssimo grau de institucionalidade, pela forte presença do Estado em seu horizonte ideológico e por amplo recurso às redes sociais para fins de mobilização. Transcorridos quatro meses desde os primeiros protestos, o cientista social Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida buscou evidenciar quais seriam os traços de continuidade e, sobretudo, as “novidades” observáveis no processo, na mesa redonda “Rebelião das ruas, movimentos e redes sociais”, de que também participou o ativista Felipe Altenfelder.

Almeida é professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde coordena o Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e edita a revista *Lutas Sociais*. Nas análises sobre as movimentações de meados de 2013, assinala, so-

bressaem tentativas de recorrer a classificações do passado para compreender fenômenos novos, o que fica evidente nos termos associados aos eventos de junho. “É muito comum, por exemplo, a referência às ‘jornadas de junho’. Isso lembra as famosas jornadas de julho de 1830, na França, com a derrubada do absolutismo. Convenhamos que considerar o que aconteceu até agora algo parecido com as jornadas de julho na França é um pouco de exagero. Ficamos sem parâmetro e acabamos nos apegando àquilo que está mais à mão. Houve também jornadas de julho na Rússia, em 1917, que desembocaram na Revolução bolchevique. Estamos longe disso...” Também muito utilizada é a imagem da “primavera”, operando uma dupla alusão: à Primavera Árabe e à Primavera dos Povos. “A Primavera dos Povos foi a maior onda revolucionária da história. Começa na França, cai o rei Luís Filipe I (o ‘rei burguês’) e aquela onda se estende até a fronteira do império czarista. Aqui, nem o [Sérgio] Cabral caiu ainda”.

Processos ocorridos no Brasil no passado recente, como a campanha das Diretas Já e o Fora Collor, tam-

bém têm servido como termos de comparação. “A campanha pelas Diretas foi uma campanha burguesa: os grandes heróis eram Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, não houve uma única greve geral e ela foi conduzida pelos partidos mais conservadores”, observou o professor. “O Fora Collor também foi um processo fundamentalmente conduzido pelo figurino institucional. Por meio dele, as classes dominantes brasileiras se livraram do [Fernando] Collor — era necessário se livrar daquela pessoa que se tornou incômoda, mas preservar as políticas neoliberais. Não são boas referências. Além de erradas do ponto de vista explicativo, do ponto de vista da perspectiva política, não fazem bem à grande maioria do povo brasileiro”. Desconstruindo essas referências, Almeida limpa o terreno, para enfatizar: “Esses movimentos, essas manifestações de junho tiveram algumas características, a meu ver, tremendamente originais, e que têm a ver com o que o Brasil de hoje tem de original”.

A disseminação no Brasil do emprego das chamadas redes sociais para a realização de manifestações populares é uma das novidades des-

Daniel Garcia



Felipe Altenfelder

tacadas por Almeida. “Foi a primeira vez que isso aconteceu aqui, de modo que muita gente talvez até exagere a importância desses novos dispositivos. Mas que eles são eficientes, são.” Para o professor, as redes sociais suprimiram a ausência de outros dispositivos de organização e desempenharam importante papel formativo, de modo análogo ao que, no passado, ocorreu com o cinema, o rádio e a televisão. “[Leon] Trotski apostava muito no cinema; ele foi um meio de informação e formação tremendamente revolucionário, de vanguarda, nas primeiras décadas do século 20”.

Aludindo à posição manifestada por Julian Assange, fundador do WikiLeaks, em recente debate virtual transmitido em São Paulo, Altenfelder também realça a relação entre redes sociais e mobilização política: “Se você pensar em Facebook e revolução, *esquece*. Não tem como pensar a revolução a partir de uma plataforma controlada pelo serviço de segurança

dos Estados Unidos. Porém, o Facebook é uma ferramenta de comunicação muito interessante, em um cenário onde há um oligopólio de mídia”. Altenfelder é um dos fundadores da Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), coletivo formado em 2011, que se notabilizou por transmitir pela internet, em tempo real, os protestos iniciados em junho, utilizando celulares e *laptops*.

“Houve manifestações de massa para resolver problemas coletivos. Uma geração inteira estava desabituada a isso”. Contudo, não se trata de um processo que envolve apenas a esquerda. “Os neoliberais estão na ofensiva. É bom saber que as ruas são ocupadas pela direita também, pelo centro, por setores de alta classe média neoliberal”

Iniciativas diversas de produção e compartilhamento de conteúdo em uma perspectiva de *mídia-livrismo* e o desenvolvimento de redes ligadas ao campo da cultura constituem, para Altenfelder, os antecedentes do tipo de cobertura que o coletivo pôs em prática. “Com o tempo, começamos a colocar à disposição das agendas de outros movimentos sociais as ferramentas que tínhamos desenvolvido

no circuito da cultura, a tecnologia social que tinha sido acumulada, para usar a internet para dar visibilidade a essas narrativas”, conta. A constatação do que seria uma “crise de intermediário na comunicação” — expressa tanto em uma crise de modelo de negócio como em uma crise de credibilidade dos grandes veículos — teria levado alguns indivíduos e grupos a somarem esforços para firmar canais de comunicação alternativos, em que a informação não fosse tratada como mercadoria. Então, veio junho. E, com ele, um impactante aumento na audiência dos canais da Mídia NINJA, que passaram a transmitir as “narrativas de indignações comuns” que tomaram as ruas. “Nós somos uma mídia radical, entregue ao processo do *mídia-livrismo* — ele é a nossa principal causa. E isso é um flanco da luta anticapitalista”.

Nas reflexões sobre o papel das novas tecnologias, “há uma tendência, por um lado, a jogar ênfase nas ruas; por outro, a jogar ênfase nas redes sociais”, destaca Almeida. “O interessante, para mim, é o lado rua. Porque significa que houve manifestações de massa para resolver problemas coletivos no Brasil. Grandes contingentes foram à rua. Uma geração inteira, para dizer o mínimo, estava desabituada a isso”. Na sua análise, os setores tradicionais da esquerda tiveram papel muito reduzido no processo, embora tenham contribuído para criar condições favoráveis para a eclosão das manifestações de junho, protagonizadas por movimentos autônomos. As reivindicações apresentadas pelo movimento, por sua vez, seriam fundamentalmente dirigidas ao Estado, visando

políticas públicas melhores, inclusive de cunho social e redistributivo.

Contudo, alerta Almeida, não se trata de um processo de que participam apenas setores da esquerda. “Os neoliberais estão na ofensiva — é bom deixar claro isso. Nós estamos nas ruas, às vezes em maior número, às vezes em menor número, mas é bom saber que as ruas são ocupadas pela direita também, pelo centro, por setores de alta classe média neoliberal”, adverte. “Não estamos no vazio, nem só no interior de um mundo virtual. Estamos no interior de uma relação política muito pesada e em algum momento vai ser muito importante a gente avaliar o quadro real de correlação de forças no qual nós nos inserimos”. Na avaliação do professor, o governo Dilma Rousseff tende a se encaminhar para a direita — já conta, como se sabe, com o apoio de setores como a bancada ruralista. “Mas existe uma forte direita à direita do PT”. A capacidade de mobilização desse setor, porém, seria muito limitada, como demonstrou o fracassado movimento “Cansei”, lançado em 2007. “Agora, tentaram pegar carona nas manifestações de junho, fazer aquilo que sozinhos não tinham conseguido fazer”. Nesse processo, comenta Altenfelder, os meios de comunicação hegemônicos atuaram no sentido de alterar a pauta das manifestações e criminalizar alguns dos setores que estavam nas ruas, como os adeptos da tática conhecida como *black bloc*.

“Os meios de comunicação tentaram o tempo inteiro inverter o que eu acredito que seja a lógica da discussão sobre violência”, observa Altenfelder. “O discurso da mídia sobre os *black blocs* é raso, equivocado, in-

teresseiro. Se alguém atacou pessoas nesse processo, foi o Estado. Os *black blocs* atacaram estruturas físicas, símbolos do capital, prédios, instituições. Não acho que apedrejar uma agência do Itaú seja violento; violento é o Itaú lucrar R\$ 7 bilhões por ano com a taxa de juros que ele cobra. O ataque frontal e direto aos símbolos do sistema é importante”. Sobre este ponto, Almeida assinala que a forma como movimentos e militantes são caracterizados no discurso hegemônico (por exemplo, referidos como “vândalos”) atrela-se necessariamente à correlação de forças do momento. “Não dá para discutir violência sem ideologia”. Além disso, lembra o professor, “a política tem um componente de violência — isso até o velho [Max] Weber já ensinava”.

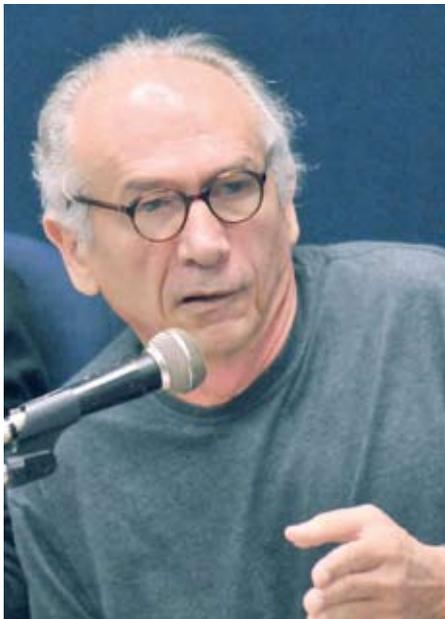
Algumas características das ações do *black bloc*, como a falta de liderança, teriam gerado perplexidade, mesmo no campo da esquerda, nota Altenfelder. Contudo, em face da opção do Estado pela truculência policial como instrumento de controle (o que demonstraria “o seu total despreparo para lidar com a sofisticação da democracia”), a tática acabou assimilada como uma ferramenta de defesa eficiente e legítima. “O povo, quando se organiza e vai à luta, é sujeito a ações violentas”, diz Almeida. “Os dominados têm todo o direito de se organizarem em sua autodefesa. É muito difícil as pessoas irem às lutas sem dispositivos de autodefesa, a não ser que elas estejam dispostas a serem sacrificadas. Em geral, quem vai a essas lutas de massa não têm vocação para martírio: as pessoas vão motivadas para uma luta que elas esperam vencer. Na Coreia do Sul, quando havia uma ditadura violenta — que é uma das mães do

chamado milagre coreano — estudantes enfrentavam a repressão usando taco de beisebol e capacete. Isso é parte da história das lutas democráticas e populares. Valeria a pena, em uma conjuntura dessas, estudar as táticas de uso da violência como autodefesa democrática dos dominados”.

“Você tem expansão do emprego, expansão capitalista, fortalecimento da burguesia interna, acesso de milhões de pessoas ao mercado de massas e uma polícia especializada no permanente estado de exceção, no sentido de Walter Benjamin: para os dominados, o estado de exceção é permanente. Isso é ilustrado todos os dias”

A violência contra grupos subordinados praticada pelo Estado (ou com sua conivência) estaria, na opinião de Almeida, entre as causas profundas das manifestações de junho. “Você tem expansão do emprego, expansão capitalista, fortalecimento da burguesia interna, acesso de milhões de pessoas ao mercado de massas e uma polícia especializada no permanente estado de exceção, no sentido de Walter Benjamin: para os dominados, o estado de exceção é permanente. Isso é ilustrado todos os dias. Nunca se matou tanto índio na história recente

Daniel Garcia

**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**

do Brasil como no atual governo (dados do Conselho Indigenista Missionário). Quem matou Ricardo? Quem matou Amarildo? No Rio de Janeiro, a vitrine do controle da população pobre no Brasil, você tem a presença direta do Estado nacional, com as UPPs [Unidades de Polícia Pacificadora]. Desde o período colonial, ‘pacificação’, no Brasil, tem um som um tanto macabro: cheira a solução final, matar pobre. A própria existência da Polícia Militar pode ser considerada uma excrecência, mesmo no Estado brasileiro, que é um Estado a serviço das dominações de classe mais predatórias do planeta. Esses ingredientes acabaram condensando e levando a essas manifestações”, observou.

Ao reajustar a tarifa dos ônibus municipais, diz Almeida, o prefeito Fernando Haddad teria dado a “cota de contribuição” do PT para a eclosão das manifestações de junho em São Paulo, que serviram de espoleta para o resto do país. “O Haddad foi eleito capturando — graças, em

grande parte, à ajuda do ex-presidente Lula — o voto de contingentes do subproletariado, que, segundo André Singer, votavam na direita. E ele deu um tapa na cara desse subproletariado. Aquele papo de que não são 20 centavos tem que ser relativizado. Dois para lá, dois para cá, dá 200 reais por mês; isso come boa parte da renda desses contingentes de subproletários e proletários, em uma cidade onde muitos jovens dormem na rua empregados, porque não dá para voltar para casa, pois é caro, é longe, não dá tempo”.

Dissentindo da tese de que o Brasil atravessaria um processo de regressão colonial, Almeida enfatiza o avanço do capitalismo no Brasil no primeiro decênio do século 21, com a criação líquida de 21 milhões de empregos formais, quase em sua totalidade com remuneração de até 1,5 salário mínimo. “Para quem falava em fim do proletariado e fim das lutas de classes, isso aconteceu diante dos nossos olhos”. Ao mesmo tempo, “os governos petistas, no que fizeram de política, inclusive política social, contribuíram para desmobilizar as lutas que já existiam, de maneira mais ou menos organizada”. “Criou-se um vazio de mobilização no Brasil que fez com que Fórum Social Mundial e outras manifestações do tipo parecessem coisas de uma outra época, que jamais voltariam. Voltaram, mas em novos termos, e com um governo petista: isso é algo original”.

Almeida e Altenfelder defendem a tese de que a mobilização desencadeada em junho foi, em essência, vitoriosa. Os manifestantes, quando dos primeiros atos contra o aumento da tarifa (em maio e nas

duas primeiras semanas de junho), foram taxados pela grande mídia de “vândalos”, lembra Almeida. Em poucos dias, passaram a ser qualificados como “pessoas que ajudaram a melhorar o Brasil”. Nesse processo, o Movimento Passe Livre ganhou legitimidade, e questões como mobilidade urbana e representação política entraram em pauta. “Um grande ganho que eu senti, como militante, como cidadão que estava no processo todo”, diz Altenfelder, “foi a valorização da rua como um espaço político legítimo”. Para ele, setores sociais diversos vêm compreendendo que, mobilizados, podem colocar suas demandas em pauta. “Estamos vivendo isso em tempo real. Agora, cabe a cada campo manter sua organização e continuar pressionando”.

“Estes movimentos, no que eles têm de composição popular, fizeram com que muita gente que não tinha experiência política alguma enfrentasse a polícia, descobrisse maneiras criativas de furar bloqueio. É um aprendizado muito bonito, muito útil. Essas experiências, ninguém esquece”, Almeida enfatiza. “Contingentes do Brasil inteiro, inclusive de pequenas cidades, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, se colocaram em movimento, em luta. Isso deve ser estudado atentamente e deve ser valorizado. Houve uma mudança no padrão de legitimidade das ações coletivas no Brasil. As ruas se encheram — desculpem o palavrão — de classes sociais. Você tem luta de classes nas ruas de São Paulo e nas ruas do Brasil. Para quem acha que acabaram as ideologias, eu nunca vi tanta ideologia na minha vida”.

FUNDOS DE PENSÃO, CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Hugo Fanton
Jornalista

Daniel Garcia



Professor Otaviano Helene

“Temos de resgatar a solidariedade entre gerações e entre as classes trabalhadoras. Hoje, a previdência privada é cúmplice do processo de exploração dos próprios trabalhadores e da destruição das políticas públicas”, sustenta José Menezes Gomes, professor da UFAL. “Trata-se de um sistema que não permite fazer justiça social e acirra a concentração de renda”, define Otaviano Helene, professor da USP. A mesa “Fundos de pensão: fim da Previdência pública?” discutiu as implicações da privatização do sistema previdenciário

A progressiva transição do modelo de sistema previdenciário brasileiro — de Repartição para o de Capitalização — tem gerado mudanças na dinâmica da luta de classes do país, uma vez que o sistema previdenciário complementar, sob o pretexto de garantir o futuro de alguns, compromete o presente (e o futuro) de toda a classe trabalhadora. Nesse contexto, a atual conjuntura político-econômica brasileira, em sua relação com o sistema previdenciário, pode ser analisada por diferentes elementos, tais como a transferência de recursos públicos para pagamento de serviço da dívida e o aprofundamento da privatização.

Essas e outras questões relacionadas à atuação dos fundos previdenciários foram debatidas em outubro de 2013, durante o Simpósio Internacional “Um mundo em convulsão”, pela mesa “Fundos de pensão: fim da previdência pública?”, que apresentou o histórico da previdência social no Brasil e as implicações da privatização na área. “Temos de resgatar a solidariedade entre gerações e entre as classes trabalhadoras. Hoje, a previdência privada é cúmplice do processo de exploração dos próprios trabalhadores e da destruição das políticas públicas”, afirma José Menezes Gomes, professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na área de Teoria Econômica com ênfase em Economia Política.

O tema é objeto corrente de debate teórico-político, que dá centralidade, na análise das relações econômicas, ao “capital portador de juros”, sustentado por recursos de fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros

e bancos que administram sociedades de investimentos. Com base nesses, há a consolidação de uma nova forma de favorecimento da acumulação do capital, pela dinâmica estabelecida entre especulação financeira e os fundos públicos e privados (vide quadro sobre a produção acadêmica relacionada ao tema).

Historicamente, foram construídas duas formas de organização do sistema previdenciário no mundo. Aquele que prevalece no Brasil, ao menos até o passado mais recente, é o chamado sistema de Repartição. A mudança posta nos dias de hoje reside na transição deste sistema para o de Capitalização, que se caracteriza pela existência de fundos de pensão, sejam eles de empresas estatais, de funcionários públicos (criados e mantidos por governos, em razão da reforma da Previdência do funcionalismo, realizada em 2003), ou mantidos pelo sistema financeiro privado.

Otaviano Helene, professor no Instituto de Física da USP e ex-presidente da Adusp, explica que em qualquer sistema previdenciário é o trabalhador ativo que garante o rendimento do aposentado. “É quem está produzindo que sustenta, não há mágica. Se aposentado gasta eletricidade e água, mas não produziu, é porque quem está na ativa está produzindo aquilo que ele usa”. A questão que se coloca, portanto, é “como convencer quem está em atividade no momento a sustentar o aposentado”. Como resposta, surgiram duas formas de organização do sistema previdenciário.

No sistema de Repartição, é estabelecido um “pacto entre gerações”,

ou seja, quem está ativo sustenta o aposentado por saber que, quando se aposentar, o pacto será mantido. Assim, parte da renda produzida por todos os trabalhadores é destinada ao sistema previdenciário, e imediatamente é gasta para sustentar os aposentados. “No sistema de Repartição, o pagamento é imediato, não tem dinheiro em caixa. Cada vez que a gente contribui para o sistema de seguridade, o governo arrecada o dinheiro e paga o aposentado. Se houver sobra, é gasta com alguma outra coisa”. Caso sejam insuficientes os recursos, a despesa é coberta por outras fontes, como por um imposto específico ou dinheiro do Tesouro. “No sistema de Repartição, não existe caixa, só fluxo de dinheiro. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza gasto em outra área caso tenha sobra de caixa”, informa Helene, lembrando que assim opera o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Menezes considera, com base nas características enunciadas por Helene, fundamental pensar a previdência a partir do conceito de Seguridade Social, que também compreende a assistência social e a saúde, e remonta à luta de classes no período de construção do Estado de Bem-Estar Social na Europa do pós-guerra. Hoje, “há um processo de privatização do conjunto da Seguridade, não apenas da previdência”. Com a crise do capitalismo, nos anos 1970, é edificada a previdência complementar. “No Estado de Bem-Estar, ao contrário, era sistema de Repartição: uma geração financiava a outra, e existia solidariedade entre gerações e de classe. Com a criação da previdên-

cia complementar, que chamo de previdência privada, há a quebra dessas solidariedades”.

Os defensores do sistema de Capitalização ressaltam a formação de um grande volume de recursos a juros baixos, que possibilitaria um “aumento da poupança nacional” e investimento no setor produtivo, gerando crescimento econômico. A hipótese não se confirmou, lembra Otaviano Helene

A previdência complementar consiste no chamado “Sistema de Capitalização”, pelo qual os trabalhadores em atividade contribuem para um fundo de investimento, que aplica os recursos arrecadados em títulos públicos ou privados, em imóveis, ações etc. “Ao se aposentarem, as pessoas *pegam* esse dinheiro aplicado em nome delas. Nos dois sistemas, Repartição e Capitalização, a contribuição dos trabalhadores é praticamente a mesma, o percentual do salário não tem grandes diferenças”, explica Helene. O diferencial do sistema de Capitalização é o tempo em que o dinheiro permanece no fundo, possibilitando rendimento. “No sistema de Repartição, o rendimento é zero. No de Capitalização, o dinheiro fica guardado por algumas décadas. É

facílimo pagar a aposentadoria com dinheiro recolhido por 30 anos ou mais, pois com ou sem crise econômica a remuneração do capital é muito grande. Disto vêm os argumentos da ‘vendabilidade’ dos fundos de previdência”.

Helene lembra que, nesse sistema, a remuneração necessária do dinheiro para sustentar a aposentadoria é muito baixa, pelo seu tempo de permanência no fundo. “Assim, o grande interessado nesse sistema é quem vai usar o dinheiro aplicado, pois é dinheiro muito barato”. Os defensores do sistema de Capitalização ressaltam como característica positiva a formação de um grande volume de recursos remunerados a juros muito baixos, o que possibilitaria “aumento da poupança nacional” e investimento no setor produtivo, gerando crescimento econômico.

No início dos anos 1990, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) estimava que a mudança do sistema previdenciário para o modelo de Capitalização geraria um aumento de 5% de investimentos em relação ao PIB no Brasil, dado o incremento na poupança decorrente. “Esse era o argumento central: aumentar a poupança para financiar o investimento nacional. Mas, nos países que fizeram a mudança, isso não aconteceu, porque ao migrar suas aplicações para fundos de previdência, as pessoas deixavam de fazer outros tipos de investimento”. De acordo com Helene, a experiência internacional mostra que o trabalhador, ao invés de investir em compra de imóvel ou abertura de negócios, por exem-

plo, complementa a aposentadoria com o fundo, de modo que o investimento nacional não aumenta. “O projeto apresentado pela FIPE na época era de um sistema de previdência por Repartição para a aposentadoria mínima, de um salário mínimo, complementado pelo sistema de Capitalização para a totalidade dos trabalhadores. Essas mudanças foram feitas ao longo dos últimos 30 anos, mas não de forma tão maquiavélica como prevista”.

Helene entende que o sistema de Capitalização é ruim por vários motivos. Em primeiro lugar, “é muito difícil, mesmo para quem ganha mais ou menos bem, poupar voluntariamente”. Desse modo, com os fundos de pensão, as pessoas com maior renda, com mais capacidade de poupar sem comprometer sua qualidade de vida, investem mais. Já quem tem uma renda menor fica impossibilitado de aplicar em um fundo. “Isso acirra uma das piores das características brasileiras, que é a concentração de renda. Quem ganha R\$ 30 mil por mês não tem problema nenhum em fazer previdência mensal. Já quem ganha R\$ 1 mil não tem condição alguma de poupar”.

Por essa razão, “no sistema de Capitalização é impossível fazer justiça social”. A poupança se dá na medida em que o trabalhador tem condições de poupar. Já no sistema de repartição, “o governo pode criar um teto e um piso, com alíquotas diferenciadas de acordo com o salário, ou seja, pode fazer, por lei, algum tipo de correção de injustiças que o sistema gera. Na Capitalização, não há nada que se possa fazer nesse sentido”.

Outro problema é a possibilidade de falência dos sistemas de capitalização. “As empresas fecham, não há exceção. O sistema quebra, isso é da lógica do mercado. Pessoas morrem e empresas quebram”. A crise de 2007 e 2008 foi, para Helene, um exemplo típico de quebra de sistema, em que muitos fundos de previdência ficaram totalmente falidos. “A Enron foi o caso mais escandaloso, pois seus funcionários tinham fundo composto por ações da própria empresa. Além de perder seu emprego, o fundo de previdência do trabalhador virou poeira. Isso é inevitável: sistemas e governos quebram. Não tem mágica”.

Em Detroit, a falência levou consigo os fundos de pensão, que possuíam US\$ 9,5 bilhões em títulos da dívida pública. “Podemos ter uma moratória gigantesca, levando a perdas ainda maiores para os fundos de pensão”. A questão central colocada com a política de fundos é “o que está por trás do sistema da dívida”

Menezes exemplifica a possibilidade de quebra do sistema com a situação da Prefeitura de Detroit, importante centro industrial dos



Professor José Menezes Gomes

Estados Unidos que, em julho deste ano, declarou falência, após suas dívidas atingirem a cifra de US\$ 18,5 bilhões. “A falência levou consigo os fundos de pensão, que possuíam US\$ 9,5 bilhões em títulos da dívida pública”. Desse modo, a questão central colocada com a política de fundos de previdência é “o que está por trás do sistema da dívida”.

A dívida pública é, de acordo com Menezes, um dos componentes principais pelo qual se reproduz o capital, “na forma de capital portador de juros”, nos dias de hoje. Quem administra o fundo de pensão aplica os recursos em diversas formas, como ações, imóveis e títulos da dívida pública. Neste caso, compromete-se o Estado como um todo, pois o investimento está atrelado aos juros da dívida. “Quanto maior o rendimento da pensão e dos aposentados, maior o sacrifício do Estado e da sociedade” para arcar com os custos da rolagem da dívida. “Para garantir o futuro de alguns, o sistema compromete o presente desse mesmo segmento e de toda a clas-

se trabalhadora”, explica Menezes.

Como exposto, um dos argumentos centrais da defesa da adoção do sistema de Capitalização é o suposto aumento do investimento pela maior disponibilidade de capital no mercado financeiro. Menezes se contrapõe a essa tese valendo-se de dados do próprio mercado, pois o crescimento das transações nas bolsas não leva, necessariamente, a aumento da produção e do Produto Interno Bruto (PIB). “Nos EUA, o índice Dow Jones em 1994 estava em 3.600 pontos. No ano 2000, subiu para 17 mil. Neste mesmo período, o PIB aumentou 15% e o lucro das empresas menos de 60%”. Assim, Menezes entende que a possibilidade de a expansão dos fundos de pensão gerar poupança de longo prazo, resultando em crescimento da economia, não se confirmou. “Há dissociação completa entre valorização das ações, crescimento da economia e margem de lucro. E no capitalismo o que orienta o investimento é o lucro”.

Também no Brasil os dados são semelhantes. De acordo com Me-

REPARTIÇÃO X CAPITALIZAÇÃO

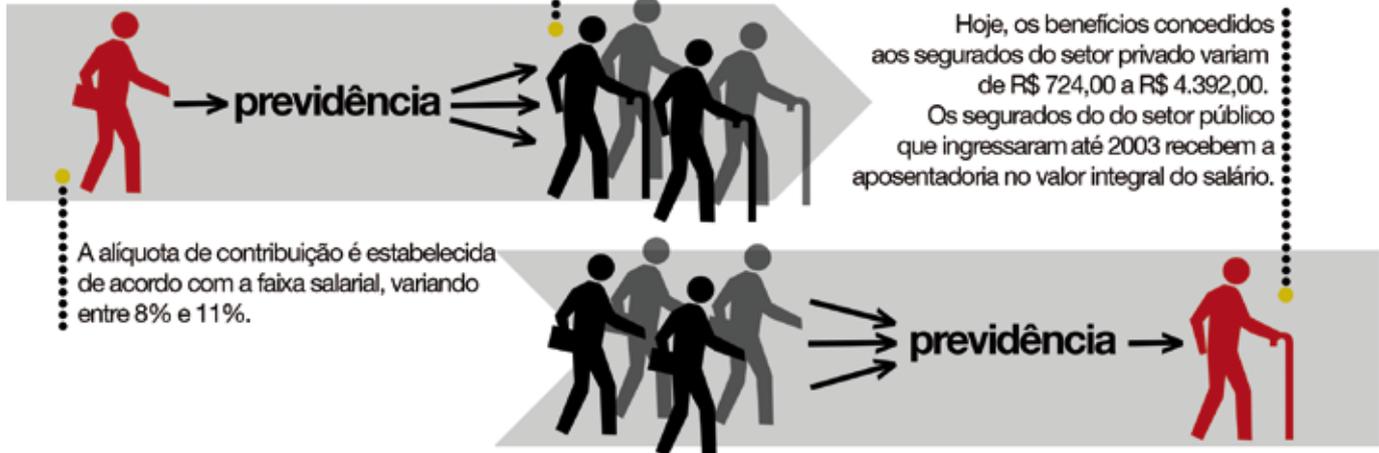
sistema público: REPARTIÇÃO

pacto entre gerações

O que a previdência recebe dos trabalhadores ativos é repassado para os aposentados.

Hoje, os benefícios concedidos aos segurados do setor privado variam de R\$ 724,00 a R\$ 4.392,00. Os segurados do do setor público que ingressaram até 2003 recebem a aposentadoria no valor integral do salário.

A alíquota de contribuição é estabelecida de acordo com a faixa salarial, variando entre 8% e 11%.



sistema privado e sistema público complementar: CAPITALIZAÇÃO

gestão financeira e rentabilidade

O rendimento dos títulos públicos é vinculado à taxa de juros. Enquanto a sociedade perde pagando juros, quem aplicou sai ganhando.

Não há limite para as contribuições: quem tem salário maior paga mais; quem ganha menos, paga menos.

governo

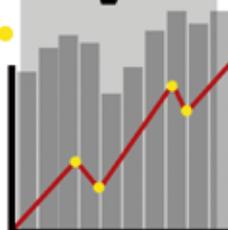
fundo de pensão

títulos

O fundo de pensão investe em títulos públicos e privados em nome do contribuinte.

As aplicações não são apenas destinadas ao setor produtivo, muitas delas contribuem para a especulação financeira.

O valor do benefício é incerto. O segurado não sabe quanto vai receber. O fundo pode quebrar, nesse caso a aplicação do contribuinte vira poeira. Os segurados do setor público, que recebiam aposentadoria ou pensão integrais, agora são impelidos a buscar complementação.



nezes, em 2002 o desempenho do Índice Bovespa girava em torno de 11 mil pontos. “Em 2008, atingiu o pico de 73 mil pontos, uma expansão gigantesca”. Ele explica o aumento pela crise de 2000, que levou à queda da taxa básica de juros dos EUA a 1% ao ano. Com isso, houve migração de capital para países com melhor remuneração dos títulos da dívida pública. “Foi o momento de ouro dos fundos de pensão no Brasil, mas era capital fictício, não gera nenhuma atividade produtiva. Era o auge da especulação das ações brasileiras”. Em toda a América Latina, afirma Menezes, grande parte da expansão da valorização das ações, que deu “ganho gigantesco” aos fundos de pensões, é na verdade derivado do deslocamento de capital estrangeiro vindo dos EUA em função da crise.

A socialização das perdas pela recuperação econômica dos EUA repete padrão já visto no processo de transformação da dívida externa em dívida pública, que se deu, no entender de Menezes, por efeito da política econômica iniciada na gestão de Ronald Reagan (e mantida, em linhas gerais, até a atualidade) para valorizar o dólar e retomar a hegemonia, o que provocou sequelas generalizadas com o aumento da taxa de juros dos EUA: “Ajudamos a bancar parte do ônus da política estadunidense”. Apesar da ilegalidade de grande parte dos empréstimos que formaram a dívida externa brasileira, hoje os entes federados são obrigados a pagar “uma fortuna” com os serviços da dívida. “Alagoas compromete R\$ 776 milhões em serviço da dívida.

E para a saúde, R\$ 618 milhões. Ou seja, um Estado subdesenvolvido compromete 15% de sua receita corrente líquida, tirando dinheiro da saúde e da educação para pagar serviço da dívida e alimentar parte dos fundos de pensão”.

Assim, argumenta Menezes, quanto maior a taxa de juros e o compromisso dos serviços públicos, maior será o rendimento dos fundos. “Essa é uma situação de extrema complicação para a luta de classes”, diz, pois se trata de rendimento vinculado à dívida pública, que duplicou nos últimos anos, enquanto a economia pouco cresceu. “Se os fundos estão investidos nessas dívidas, há total vulnerabilidade”.

O Banco do Brasil promove perda salarial, precariza as condições de trabalho, mas os seus funcionários são acionistas indiretos por intermédio do fundo de pensão. “Olha a confusão que isso gera para a luta de classes”, adverte José Menezes Gomes

Para reverter o investimento em títulos da dívida pelos fundos de pensão, e estimular o direcionamento da aplicação para o setor produtivo, o governo federal assumiu uma política mais incisiva de

diminuição da taxa básica de juros, com o argumento de que “isso possibilitaria aos fundos exercerem sua função social”. Menezes destaca que a taxa caiu, e houve grande perda para todos os aplicadores em renda fixa (inclusive os fundos de pensão), de cerca de R\$ 160 bilhões. “A queda da taxa de juros era uma tentativa de que os fundos de pensão garantissem investimento”, mas isso, no seu entender, “não se confirmou”.

Os fundos de previdência são os grandes impulsionadores da privatização no Brasil, na medida em que dão sustentação financeira a empresas como a Vale do Rio Doce, diz Menezes. “Enquanto trabalhadores da Vale protestam contra sua privatização, o Previ a sustenta na Bolsa de Valores”. (O Previ, fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil, controla a Valepar, que nesse mesmo leilão, no Rio de Janeiro, comprou participação majoritária na Vale). O professor da UFAL estabelece um paralelo entre o momento atual e o regime militar, “que teve crescimento econômico gigantesco a partir de projetos bancados com desvio da previdência pública”. Ele considera que os formuladores do neodesenvolvimentismo atual partem do mesmo pressuposto que os tecnocratas da Ditadura, o de que o principal problema do país reside na inexistência de uma poupança interna que possa alavancar o desenvolvimento econômico. Os fundos de pensão, acreditam os neodesenvolvimentistas, podem assumir esse papel, de oferecer capital para financiar grandes projetos.

TEMA RICO PARA O DEBATE ACADÊMICO

A discussão sobre os fundos de pensão no Brasil perpassa diferentes áreas do conhecimento. Evilásio Salvador, professor do Departamento de Serviço Social e do programa de pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), tem estabelecido a relação entre a crise do capital e o papel exercido pelo fundo público, abordando as consequências para o financiamento da Seguridade Social no Brasil. A questão está presente no artigo “Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo”, publicado em 2010 na revista *Serviço Social & Sociedade*, que aponta o subfinanciamento da Seguridade Social no Brasil em contexto de “ajuste nas contas públicas”. Disponível em <http://goo.gl/dVm72S>

Também ganha destaque o impacto das mudanças no sistema previdenciário no movimento sindical, em artigos como “‘Nova’ elite no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro”, de Maria Aparecida Chaves Jardim, professora do Departamento de Sociologia da Unesp de Araraquara. No texto, publicado em

2009 na revista *Sociedade e Estado*, sugere-se que há um processo de “reconversão de determinados sindicalistas”, que passam a dialogar com o mercado financeiro a partir da temática de fundos de previdência. O artigo pode ser lido em <http://goo.gl/8WdfOW>

A defesa do sistema de Capitalização como política de aumento da poupança interna aparece em artigos como “Fundos de pensão como financiadores da atividade econômica”, de Hudson Fernandes Amaral, Caroline Sales Issa Vilaça, Camila Figueiredo Marques Barbosa e Valéria Gama Fully Bressan, publicado em 2004 na *Revista de Administração de Empresas*, da Fundação Getúlio Vargas. No texto, afirma-se que os investimentos em ações pelos fundos resultam em retornos superiores aos esperados, o que garante eficiência na remuneração pelo risco e “maior valor agregado ao fundo”, além de proporcionar incremento da poupança interna do país, respaldado pela aplicação de recursos no setor produtivo. Disponível em <http://goo.gl/4ItXza>

Menezes também traz o exemplo da relação entre o Banco do Brasil (BB) e o Previ: “A empresa promove 80% de perda salarial, precariza as condições de trabalho, e funcionários são seus acionistas indiretos [de empresas] por intermédio do fundo de pensão. Olha a confusão que isso gera para a luta de classes”. Uma confusão assentada na relação direta entre a rentabilidade do Previ nos últimos anos e os mecanismos de privatização e introdução de formas mais precárias das relações de trabalho. Enquanto os planos de carreira são desmontados e

as terceirizações se ampliam, os fundos de pensão aumentaram seu poder. “Para garantir o futuro de alguns, os funcionários do BB, compromete-se o presente e o futuro dos trabalhadores da própria empresa e de outras. Isso é o trabalhador assumindo um papel que até então era exclusivo do capitalista”. Portanto, conclui, é fundamental assumir a defesa da previdência pública integral.

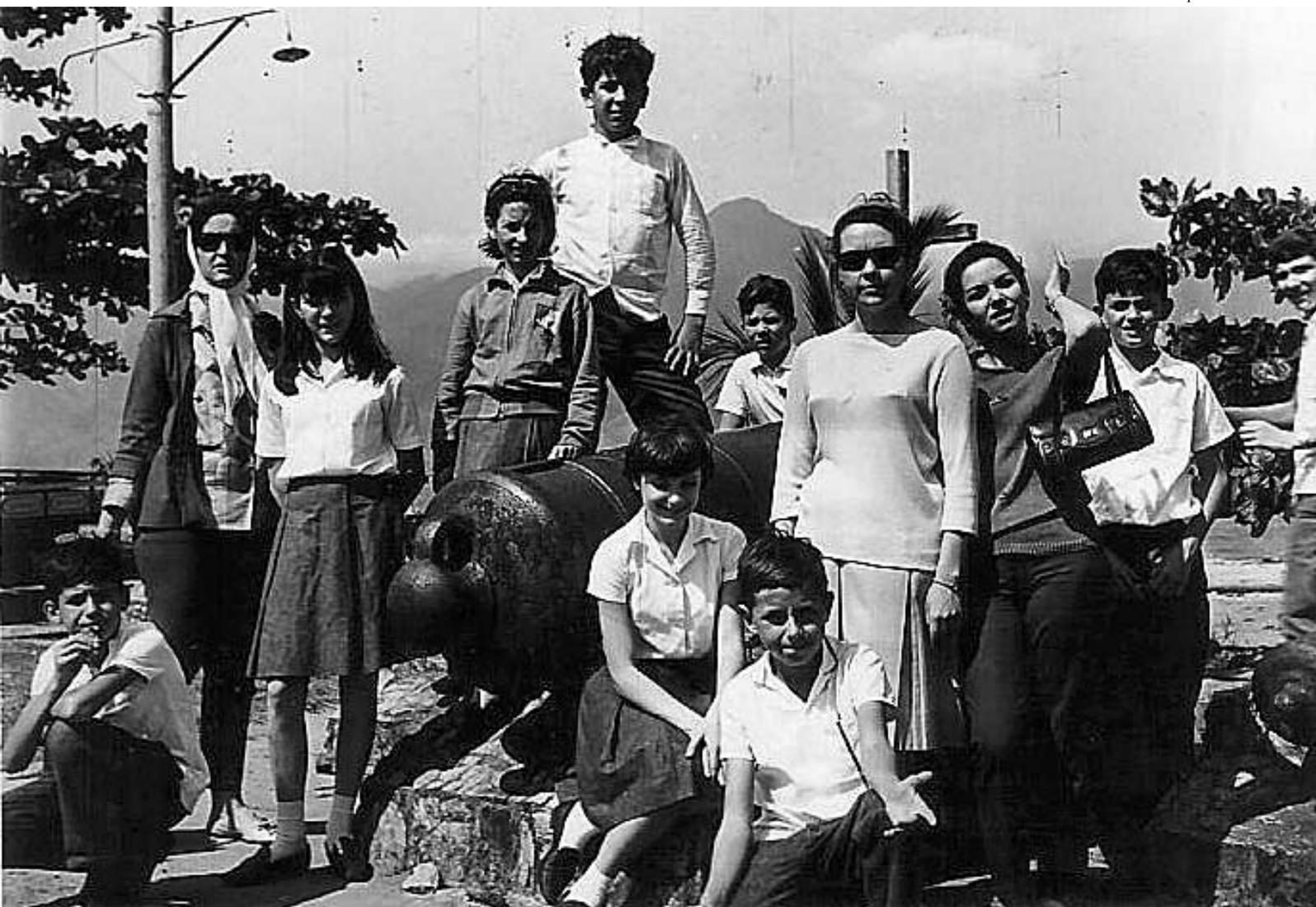
Outro problema relacionado aos fundos de previdência é a possibilidade de governos utilizarem os recursos economizados para outros fins. “Às vezes, os governos

‘garfam’ esse patrimônio, para o bem ou para o mal”, afirma Helene. No caso brasileiro, os antigos institutos de aposentadoria e pensão tiveram o dinheiro desviado pelo regime militar. “Os grandes problemas do sistema de Capitalização são esses: pode quebrar; o governo pode ‘garfar’; e é extremamente injusto, pois quem ganha pouco tem pouca capacidade de poupança e é condenado à aposentadoria baixa. Trata-se de um sistema que não permite fazer justiça social, pois a aposentadoria será do tamanho da capacidade de investimento de cada pessoa”.

VOCACIONAIS, BREVE HISTÓRIA DE UMA UTOPIA TRANSFORMADORA

Gabriela Moncau
Jornalista

Arquivo Gvive



"Estudo do meio", uma das práticas pedagógicas marcantes dos colégios vocacionais de SP

O termo “vocacional” permite interpretações que extrapolam o sentido comumente aceito, que remete às escolhas profissionais do sujeito. De qualquer modo, a experiência concreta dos colégios criados e mantidos pelo Serviço de Ensino Vocacional (SEV), coordenado pela professora Maria Nilde Mascellani, deixou profunda impressão em alunos e professores. Quando o projeto foi abortado pelo Exército em 1969, ficou claro que havia nele algo de generoso, libertário e incômodo para a Ditadura Militar

O helicóptero militar sobrevoava o pátio da escola, na região do Brooklin, em São Paulo. No solo, a operação parecia transcorrer com sucesso: soldados armados tranca-raram os professores em uma pequena sala, e coletavam documentos daquele modelo educacional que visavam desmantelar. Faltavam poucos dias para o Natal de 1969. Um dos militares olhou pela janela do helicóptero e viu uma movimentação estranha no pátio. Os alunos deitavam no chão e começavam a formar uma palavra. Sim, não havia dúvidas, a mensagem era para eles. Formavam a palavra “cu”.

Silvana Mascellani estava lá. Mas não se aventurou a xingar o helicóptero. Aos 12 anos, era aluna recente no Colégio Oswaldo Aranha, a unidade da capital das cinco que compunham os ginásios estaduais

vocacionais. “O medo era que se me pegassem, pegariam a Nilde, estavam atrás dela. A reação entre nós foi me poupar, não pronunciar meu nome. Fiquei de escanteio, para o fundo”, conta Silvana. Sua irmã vinte e quatro anos mais velha, Maria Nilde Mascellani, foi uma das fundadoras dos colégios vocacionais e sua maior expressão pública.

Naquela manhã, o artista plástico Evandro Jardim excepcionalmente não tinha ido ao Oswaldo Aranha, pois participava de uma atividade no Museu de Arte Sacra. “Foi então que me avisaram, ‘não venha!’. A gente não sabia o que poderia acontecer, e os que estavam de fora poderiam ajudar”, relata o então professor de Artes Plásticas da escola.

Evandro tinha 27 anos em 1961, já era atuante como grava-

dor e participava de exposições no Brasil e fora. “Fiquei sabendo pelo meu meio de artes que estavam procurando pessoas para dar aulas ligadas a um currículo diferente do tradicional”, relembra. Interessou-se. Participou, então, do curso de treinamento dos docentes que durava um semestre, todos os dias, e em 1962 foi chamado. Ficaria até o fim.

Cada uma das cinco unidades que inauguraram a experiência vocacional tinha uma realidade bastante diferente. São Paulo, capital; Rio Claro, um entroncamento ferroviário; Americana, polo têxtil; Batatais, essencialmente agrícola; Barretos, pólo de criação de gado. No fim da década de 1960 seria fundada uma unidade que mal teria tempo de se desenvolver, em São Caetano do Sul.



Daniel Garcia

Professor Evandro Jardim

No início da década de 1960, Luciano de Carvalho, secretário da Educação do governador Carvalho Pinto, conheceu na França o Centro de Renovação Pedagógica. Entusiasmado, ao voltar convidou as educadoras Maria Nilde Mascellani e Olga Bechara, responsáveis por classes experimentais em Socorro (SP), a assumirem o projeto dos vocacionais

Os ginásios vocacionais nasceram a partir de uma portaria do Ministério da Educação e Cultura, publicada em 1959, que autorizou o funcionamento de classes experimentais. Em consonância com o ideário de-

envolvimentista, em 1961 o governo estadual de São Paulo aprovou um projeto derivado das classes experimentais, implementando a experiência de ginásios vocacionais em municípios paulistas.

“Institui-se o ensino de economia doméstica e de artes aplicadas como ramo independente, mas paralelo, ao ensino industrial. São Paulo, pioneiro na organização de cursos que visam a preparação da mulher para as atividades do lar”, discursava o então governador de São Paulo, Carvalho Pinto, ao apresentar o projeto de lei à Assembleia. Esse ensino, propagandeava, ofereceria “campo de preparação às jovens, como futuras donas de casa e, portanto, como agentes de elevação do padrão de vida familiar, ensejando ainda à mulher a oportunidade de se habilitar para o exercício de profissões relacionadas com as atividades domésticas”.

Mal imaginava ele que se abria uma brecha para algo que subverteria suas intenções iniciais. Educação doméstica? Sim, havia essa disciplina

nos colégios vocacionais. Mas não com o intuito de preparar futuras donas de casa. As salas eram mistas e meninas e meninos, juntos, aprendiam a pregar botão, colher alimentos na horta, cozinhar, lavar roupa, trocar fraldas. “Uma coisa fantástica que a educação doméstica fazia, em consonância com as outras matérias, era já um trabalho comunitário, né? Fazíamos nos postos de saúde, na favela”, rememora a socióloga Renata Delduque, da turma de 1968, no documentário *Vocacional: uma aventura humana*, do cineasta Toni Venturi, também ele um ex-aluno. Além de economia doméstica, havia as disciplinas de artes plásticas, artes industriais, práticas comerciais, educação musical, audiovisual, práticas agrícolas, matemática, ciências, educação física, português, inglês, francês, teatro, e outras.

A experiência do Serviço de Ensino Vocacional (SEV) começou depois que o então secretário da Educação, Luciano de Carvalho, voltou entusiasmado da Europa ao ter conhecido o Centro de Renovação Pedagógica da França. Duas professoras que já faziam algo interessante com classes experimentais na cidade de Socorro (SP), Maria Nilde Mascellani e Olga Bechara, foram então convidadas a assumir o projeto dos vocacionais.

“A experiência aqui tomou outro caráter, naturalmente, mas veio de Sèvres, na França. Uma experiência do pós-guerra na qual educadores franceses queriam propor uma educação de base, na minha opinião, que pudesse evitar novas hecatombes, pois foi depois da Segunda Guerra Mundial”, avalia Jardim.

Na tese de doutorado “História e memória da inovação educacional no Brasil: o caso dos ginásios vocacionais (1961-69)”, que defendeu na Faculdade de Educação da Unicamp, Daniel Ferraz Chiozzini conclui que a flexibilização da legislação federal e o surgimento das classes experimentais contribuíram para que fossem delineadas as diferenças entre modelos “que se propunham genericamente a preparar o indivíduo para o trabalho, mas que possuíam duas matrizes teóricas distintas”, pois a “primeira enfatizava o ensino técnico e a segunda a introdução de novas metodologias de aprendizagem”.

ciente para de forma engajada agir sobre ele, partia-se, em movimento espiral crescente, da realidade em que a escola estava inserida.

“No primeiro ano trabalhávamos com a casa dos alunos, a família, a relação da escola com o bairro. No segundo era o Estado de São Paulo”, explica Evandro, ao lembrar de uma viagem que fez com seus alunos para Brodowski, onde conheceram a casa de Portinari. No terceiro ano, estudavam Brasil e, no quarto, o mundo. “No quarto ano, na minha área, resolvi trabalhar com eles sobre a arte rupestre das cavernas. Fizemos exposições dentro da escola com artistas naquele momento já de muito nome, como Marcelo Grassmann e Mário Gruber”.

As avaliações eram feitas bimestralmente, não por notas, mas por conceitos divididos em superior, acima da média, médio, abaixo da média e inferior. A autoavaliação era a base. A jornada dos professores, de 40 horas, sendo mais da metade da carga horária destinada a atividades de planejamento e reuniões. O número de alunos por sala era de 30 e, entre os critérios para estudar lá, havia o de proporcionalidade relativamente às classes sociais presentes no entorno da escola.

Silvana Mascellani fez o exame para a turma de 1968 e não entrou. A cota do seu nível de renda já estava completa. A filha da faxineira, Cida, passou. “Eu fiquei muito chateada, cheguei a ouvir ‘como é que a filha da faxineira entrou e a irmã da coordenadora não?’ Mas é isso, naquele ano a cota estava preenchida e pronto, era preciso compreender. Não tinha aquela coisa de

fulano entrou porque tem contato. Isso não funcionava”, ressalta.

Para Silvana, a grande virtude do Vocacional “não era ficar dando conteúdo, era dar instrumentos para alcançá-lo”. “Na escola tinha o banco estudantil: os professores, estudantes e funcionários tinham uma conta corrente no banco, a gente não usava dinheiro lá dentro, só fichas e cheques do banco”, recorda. “Todo mundo vendia, comprava, servia. Aprendia a administrar dinheiro. Tinha a cantina, o banco, o governo estudantil, o almoxarifado, tudo gerido pelos estudantes”, comenta.

Silvana Mascellani, irmã de Nilde, fez exame para a turma de 1968 e não entrou. A cota do seu nível de renda já estava completa. A filha da faxineira, Cida, passou. “Fiquei muito chateada, mas naquele ano a cota estava preenchida e pronto. Não tinha aquela coisa de fulano entrou porque tem contato”, conta Silvana

Todo o currículo era pautado em Estudos Sociais, que girava em torno de história, geografia, sociologia e antropologia. Com a visão de que o indivíduo sofre a influência de seu meio e deve tornar-se cons-

Luiz Paulo Labriola acredita que alguns dos princípios do ensino vocacional no Brasil (como “aprender a aprender”) derivam de um universo de referências que vê ao final uma “escolha profissional bem sucedida”. Mas Áurea Sigrist associa o termo vocacional à intenção de “formar homens livres, críticos e criativos”

No ateliê de gravura da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), onde lecionou por mais de vinte anos, aposentou-se em 1993 como professor doutor e continua atuando no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Evandro Jardim tenta explicar o cerne da experiência edu-



Maria Nilde (em pé, à esquerda) em reunião de planejamento

cacional que vivenciou. “Eu não vou formar artistas, porque artistas não se formam. O artista é ou não é. O que uma escola de arte pode fazer? Os procedimentos, as operações que te levam às práxis artísticas. Uma coisa difícil no Brasil”, reflete.

Arte é a manifestação externa de uma necessidade interior. Partindo dessa definição, Evandro aponta que uma manifestação poética é uma ideia. “Aí entra a questão da vocação, do chamado interior, é uma força que te visita. Você pode assumir essa manifestação poética ou não”, argumenta. “Para fazer de uma ideia algo concreto, visível e sensível, que as pessoas devem receber e entender, você precisa da técnica, da aquisição de conhecimento”. “Se a plástica não explica suas intenções, você se expressou sem domínio de linguagem. O domínio de linguagem é alguma coisa que a escola pode te ajudar a adquirir. É exatamente o que tentamos

fazer nessa experiência”, resume.

No artigo “Vocacional: por que os bons tempos não voltam?”, publicado na *Folha de S. Paulo*, o pesquisador em filosofia da educação Luiz Paulo Labriola defendeu que (diferentemente do alegado em texto anterior publicado no jornal) o termo vocação tem ligação com a ideia de encaminhamento para uma opção profissional. Para ele, alguns dos princípios pedagógicos do ensino vocacional brasileiro (“aprender a aprender”, “conhecer a partir do meio”, “somente ensina quem continua aprendendo”) derivam “do universo de referências da Escola Nova e do pensamento de John Dewey, que viam ‘na ponta da linha’ (não apenas, mas também) uma escolha profissional bem sucedida”.

Já Áurea Sigrist, ex-diretora do Vocacional de Americana, em entrevista concedida ao *Portal Aprendiz*, refere-se à escolha do termo vocacional não como relacionado

à profissão, mas com a intenção de “formar homens livres, críticos e criativos, de modo que pudessem arquitetar sua vocação ontológica de ser humano”.

A primeira crise marcante ocorreu em 1963. Na ocasião, 18 professores do Vocacional de Americana foram demitidos por terem paralisado o trabalho em solidariedade aos demais professores da rede estadual, em greve por reajuste salarial. Mas quem os demitiu foi o SEV, dirigido por Maria Nilde, e não a Secretaria da Educação

Ao estudar a memória coletiva que se criou a respeito das escolas vocacionais, Daniel Ferraz Chiozzini chama a atenção de como, pelo fato de a experiência ter sido violentamente interrompida pela Ditadura Militar, aspectos relacionados a conflitos internos e diferenças políticas tenham sido pouco explorados no resgate da história. Ele aborda, então, duas crises marcantes dos vocacionais.

A primeira ocorreu em 1963. Na ocasião, 18 professores da unidade de Americana foram demitidos por terem paralisado o trabalho em solidariedade aos demais professores da rede estadual, em greve por reajuste salarial. “A Secretaria de Educação, ao encerrar a greve, não puniu ninguém. No entanto, o SEV os demitiu no fim do ano. A justificativa? Foram dadas várias, mas a principal foi a adesão à greve”, salienta Newton Balzan, na época professor de Estudos Sociais em Americana. Ele se demitiu em protesto contra a retaliação aos colegas. Depois voltou ao Vocacional, a pedido de Maria Nilde.

“Antes de optar pelo retorno, me reuni com os professores demitidos. Eles apoiaram que eu voltasse, visando o objetivo maior de dar continuidade aos vocacionais”, explica, e em seguida reflete: “Maria Nilde era uma pessoa contraditória. Muito inteligente, líder espetacular, e ao mesmo tempo autoritária e centralizadora. Isso não nega o mérito dela como criadora e dirigente daquilo que eu considero a maior experiência educacional na história brasileira”. A *Revista Adusp* tentou entrar em contato com integrantes da Coordenação do SEV em 1963 para ouvir sua versão das demissões, mas até o fechamento desta edição



Acampamento em estudo do meio no Vocacional de Rio Claro



Diplomação de alunos do “Oswaldo Aranha” (Gevoa, de São Paulo), 1966

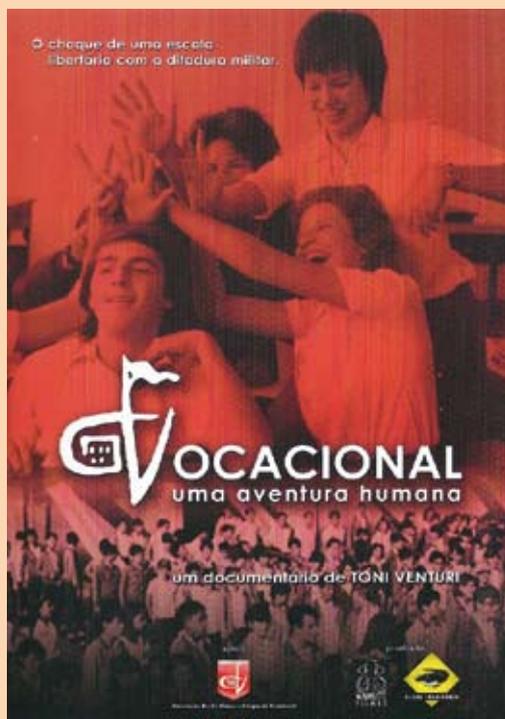


Flautistas do Gevoa apresentam-se no Festival Vocacional de Música, em Rio Claro, 1968

CRIADA EM 2006, GVIVE MANTÉM FORTES OS LAÇOS ENTRE EX-ALUNOS

“Nosso objetivo principal foi o resgate documental de tudo que foi tirado nas seis unidades quando da invasão militar. Hoje podemos dizer que recuperamos 95% do que foi confiscado, rasgado, perdido ou destruído”. Assim Luis Carlos Marques, que todos conhecem como Luigy, explica a finalidade maior da Associação dos Ex-alunos e Amigos do Vocacional (GVive), criada em agosto de 2005, em uma reunião de confraternização dos ex-alunos do Ginásio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha (Gevoa), com a participação de ex-alunos de outras unidades.

Luigy, que estudou na turma de 1963 do Gevoa, é o atual vice-presidente da GVive, que nesta gestão é presidida por outra ex-aluna, Ana Rosalina Andrade Benedito. Mas a GVive agrega também pais, professores e amigos em geral, inclusive educadores que tenham afinidade com o projeto vocacional. “Atualmente temos 700 associados no mundo todo”, informa Luigy. Nas eleições para renovar a



diretoria da associação, quem vive no exterior vota pela Internet.

A GVive preserva e reaviva os laços de amizade das antigas turmas. Como explica a página www.gvive.org.br, desde março de 2005 ex-alunos — a princípio apenas do Gevoa, mas depois também das outras cinco unidades — têm se encontrado no primeiro sábado de cada mês no Bar Memorial, no Campo Belo. “A iniciativa, que partiu de representantes da turma de 1969, foi recebendo adesões de outras turmas mês a mês”. Um desses encontros chegou a reunir quase 250 pessoas, e deste fermento brotou a Gvive.

Oficinas, cursos, exposições são as atividades desenvolvidas para divulgar e debater a experiência do Sistema de Ensino Vocacional (SEV). A GVive recebeu 3 mil cópias em DVD do documentário *Vocacional: Uma Aventura Humana*, de Toni Venturi. Também trabalha com o documentário *Sete Vidas eu Tivesse* e possui um canal no *You Tube*, “GVive Vocacional” (<http://goo.gl/dgbeWa>). Em 2012 promoveu um animado “abraço” no Gevoa.

Embora a nostalgia seja inevitável, a associação não se prende ao passado ou a uma atitude meramente contemplativa. Tanto que se dispõe a lutar pela consigna “por um ensino público, gratuito e de qualidade”. E declara como missão “utilizar a experiência do Ensino Vocacional como uma plataforma para reflexões sobre o ensino público atual”.

Nas redes sociais:

Twitter: <http://goo.gl/AYFn9q>

Facebook: <http://goo.gl/0ZmYEl>



Ex-alunos abraçam o Gevoa, no Brooklin Novo (São Paulo), em 2012

não obteve resposta.

A segunda crise emblemática foi em 1968, com uma mudança drástica das supervisões de área, envolvendo demissões, fim da adoção do período integral, aumento do número de alunos por sala, criação do curso ginásial noturno e início do colegial. No entender de Chiazoni, as mudanças “estiveram ligadas às novas perspectivas educacionais que resultaram do processo de hegemonia de um subgrupo interno em relação ao outro”. Na sua avaliação, o posicionamento político de Maria Nilde no início era moderado e em sintonia com um “desenvolvimentismo educacional”. “Isso teria motivado a atitude de demitir os professores grevistas em 1963. Essa postura foi mudando ao longo dos anos, a ponto de, em 1968, ser bastante próxima de grupos políticos que defendiam um questionamento mais direto ao regime militar, gerando então a demissão de um grupo de supervisores politicamente mais moderados”, analisa.

Outro incidente digno de nota ocorreu em 1965, quando a complexa relação entre o SEV e o governo estadual, na época sob comando de Adhemar de Barros, resultou em conflito acirrado. “A negação de matrícula para um aluno que não havia passado pela seleção, mas que era filho de funcionário de confiança do Secretário da Educação, implicou o meu afastamento da Coordenação do SEV, bem como o da diretora administrativa do ginásio”, conta Maria Nilde em sua tese de doutorado, “Uma pedagogia para o trabalhador”. Depois de uma campanha que envolveu os pais dos alunos, as duas diretoras retomaram seus cargos.

“Como acabou? Foram muitos os fatores, quem sabe alguns de natureza interna. Quando a Ditadura interveio, não havia como articular uma reação”, avalia o artista plástico e professor Evandro Jardim.

“Basicamente fechou porque os militares consideraram que aquilo propunha ao estudante a liberdade de expressão”

“Se os objetivos do Ensino Vocacional são predominantemente de natureza social, onde buscar as causas de na prática adotarmos tendências intelectualistas no ensino?” “Se a personalidade equilibrada só se forma em situação social e de grupo e o crescimento de cada um deve partir da experiência do sujeito, como analisar o paternalismo que temos adotado?” “Se admitimos que reflexão e ação não se separam, mas que a primeira deve ser gerada pela dinâmica da própria ação, como explicar a linha metodológica que temos adotado, colocando antes os conteúdos e os conceitos para depois prever as vivências?”

Eram essas algumas reflexões que, registradas em documento de 1968, pautavam aspectos para uma “avaliação profunda” das mudanças em curso no Ensino Vocacional. Infelizmente, elas mal tiveram tempo de ser amadurecidas.

“SE JÁ FIZEMOS VENTURI, “POR FAZER DE

Gabriela
Jorn

Aos 11 anos, Toni Venturi entrava, como estudante, no Colégio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha (Cevoa), na capital paulista. Quase 50 anos depois que a inovadora experiência educacional foi violentamente interrompida pelo regime militar em 1969, ex-alunos e professores ainda se encontram, “com um sentimento comum de que a gente pode transmitir alguma coisa à sociedade, hoje, a respeito desse espírito que a gente viveu”.

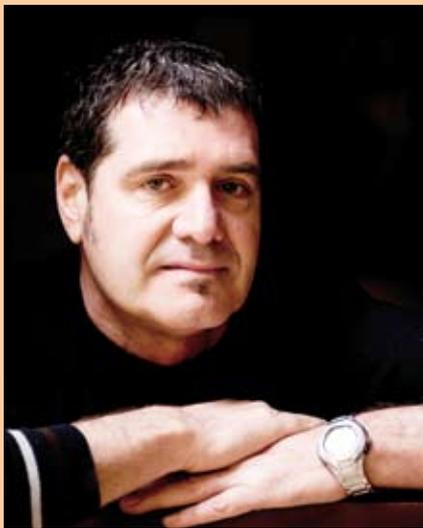
Assim surgiu o impulso que levou Venturi, hoje com 58 anos, a retratar a experiência dos vocacionais em documentário. Diretor dos filmes *O Velho: a história de Luís Carlos Prestes* (1997), *Cabra-cega* (2004), *Estamos Juntos* (2010) e outros, Toni conversa com a *Revista Adusp* sobre *Vocacional: uma aventura humana* (2011) e a urgência de contribuições como essa em um contexto educacional em que, para o cineasta, “estamos pagando o preço por ter importado um projeto privatista e especialista de educação”.

Como foi sua experiência no colégio vocacional?

A minha experiência, do menino que eu era, foi de descobertas. Não tinha ideia de que estava pas-

ANTES", DIZ TONI QUE NÃO PODEMOS NOVO? "

Moncau
alista



sando por um experimento educacional. Foi um mundo que se abriu, mas na minha perspectiva daquele momento eram coisas naturais. Eu era um garoto mais ou menos tímido, acho que me ajudou a desabrochar como pessoa, e a ter coragem de desenvolver meus talentos. Coisas que mais tarde ficaram muito claras para mim, como o prazer de trabalhar com pessoas, o prazer de trabalhar em equipe, a autocrítica, capacidade de ouvir o outro, repensar e estar aberto a mudar meus pontos de vista, foram coisas que eu aprendi inconscientemente lá.

O que lhe motivou a resgatar, em formato de documentário, essa experiência?

Os ex-alunos e professores começaram se encontrar depois de anos,

com um sentimento comum de que a gente poderia transmitir alguma coisa à sociedade hoje a respeito desse espírito que a gente viveu. Foi isso que gerou meu impulso de fazer esse filme, de participar da associação de ex-alunos. Um pouco da minha contribuição para a sociedade, que hoje tem problemas graves na educação. Isso gerou essa minha provocação, o filme é uma provocação, vai além da crítica. Se já fizemos antes, por que não podemos fazer de novo? Por que não sonhar, não ter utopia? Já que nós somos uma nação com petrodólares, por que não ter uma educação de altíssimo nível?

Maria Nilde Mascellani chegou a fazer uma sugestão de que fosse feito algo nesse sentido?

Chegou. Nos anos 1990 ela reuniu algumas pessoas, nos estimulou a fazer um filme, mas não deu certo. A gente era mais jovem, tinha muitos compromissos do cotidiano e não tinha a possibilidade de fazer esse trabalho enorme que significa fazer um único roteiro a vinte mãos, em tão pouco tempo. Mas ficou muito forte essa ideia em mim.

Quando os ex-alunos se reúnem, eu pensei, como posso contribuir para isso? Comecei a fazer gravações, depoimentos para um banco de dados da escola. Quando eu descobri na ECA um filme que foi feito sobre nós foi quando eu realizei a convicção de que daria para fazer um documentário bacana.

Como você vivenciou o período em que a Ditadura fez a intervenção?

Foi terrível, uma época muito

difícil para nós. Estávamos acostumados com um sistema de muita liberdade, muita discussão dentro da escola. Fui para o ensino da rede tradicional, e me dei muito mal. Peguei uma escola muito retrógrada que foi o Objetivo, meu deus, foi uma catástrofe.

Tem aspectos que você critica no modelo da escola?

Fico pensando: é tão fácil criticar depois que já passou, dizer que a direção não enxergou o momento que estávamos vivendo e talvez não tenha tido maior maleabilidade com os professores. Mas quem somos nós? Foram corajosos por tentar enfrentar e preservar o que tinham, pagaram caro por isso. Perderam seus empregos, a escola acabou. Não sei se a crítica cabe.

Você diz que décadas depois "a educação brasileira parece estar a anos-luz da experiência que vivemos". Fale sobre essa discrepância de modelos educacionais.

A gente caminhou para um movimento contrário. Importamos um projeto privatista de educação, foi o grande acordo MEC-Usaid, optamos por uma educação especialista e não generalista. O filme mostra que dá para ter uma educação pública de qualidade, mas precisamos de uma leitura profunda do que vivemos hoje e precisamos caminhar. Investimento radical em educação e no ser humano. Precisamos valorizar a profissão do educador. Seguimos cegamente o modelo de educação estadunidense. E estamos pagando altíssimo preço por isso.

“Como acabou? Foram muitos os fatores. Inclusive, quem sabe, alguns de natureza interna. Quando a Ditadura interveio, não aconteceu só conosco, mas com tudo. Nem pensar em tentar — não havia como articular uma reação”, avalia Evandro Jardim. “Basicamente fechou porque os militares consideraram que aquilo propunha ao estudante a liberdade de expressão”, sintetiza.

A gota d’água foi quando um grupo de professores demitidos em Americana, como Francisco Cid, de artes industriais, fez uma denúncia ao Exército alegando que as escolas formavam comunistas. O professor de educação física que trabalhava técnica de acampamento foi acusado de preparar os estudantes para guerrilha. Encontraram em seu apartamento um livro de Josué de Castro, tido como subversivo.

Maria Nilde Mascellani foi destituída. Pouco tempo depois, o Exército invadia as unidades vocacionais. Em 1970 todas já haviam sido integradas ao sistema convencional.

“As aulas de educação sexual foram substituídas pelas de educação moral e cívica. Não consigo esquecer do professor, um capitão do Exército que dava aula fardado”, relata Toni Venturi. Seu irmão, Gustavo Venturi, lembra que 1971 foi o primeiro ano em que os alunos foram obrigados a comparecer às atividades do 7 de setembro. “Começam os primeiros acordes do Hino Nacional, todos nós enfileirados, coisa que nunca tínhamos feito e as vozes vão crescendo, crescendo, até que vão diminuindo,

diminuindo e param. Tomamos bronca, começamos de novo, e de novo começou e parou. Acabou a festa cívica oficial”, sorri.

A prisão de Maria Nilde só ocorreu anos depois que o Exército invadiu os vocacionais. Na época, ela dava assessoria à Comissão Justiça e Paz da CNBB e escrevia, em coautoria com o jornalista Dermi Azevedo, o livro Educação moral e cívica: a escalada do fascismo no Brasil

Maria Nilde seria presa alguns anos mais tarde, em 1975. Na época, era assessora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e estava escrevendo, junto com o jornalista Dermi Azevedo, o livro *Educação moral e cívica: a escalada do fascismo no Brasil*. Silvana assistia televisão durante a noite quando invadiram a casa e, à procura de Nilde, levaram livros e documentos, tirando o sossego de seus pais já idosos. “Levaram suas radiografias, ela tinha artrite muito forte. O médico do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] viu e ficou morrendo de medo, porque segundo ele, se ela levasse um bofetão morria”, diz Silvana.

Dos três meses em que ficou presa, passou dois incomunicável na solitária, sofrendo torturas psicológicas, tendo que suportar uma lâmpada com luz forte, acesa ininterruptamente. Quem quebrou a incomunicabilidade foi dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo. “Entrou dom Paulo, o médico dela, e como eu estava de branco acharam que eu era enfermeira, e consegui entrar junto”, ri Silvana, a caçula de quatro irmãos.

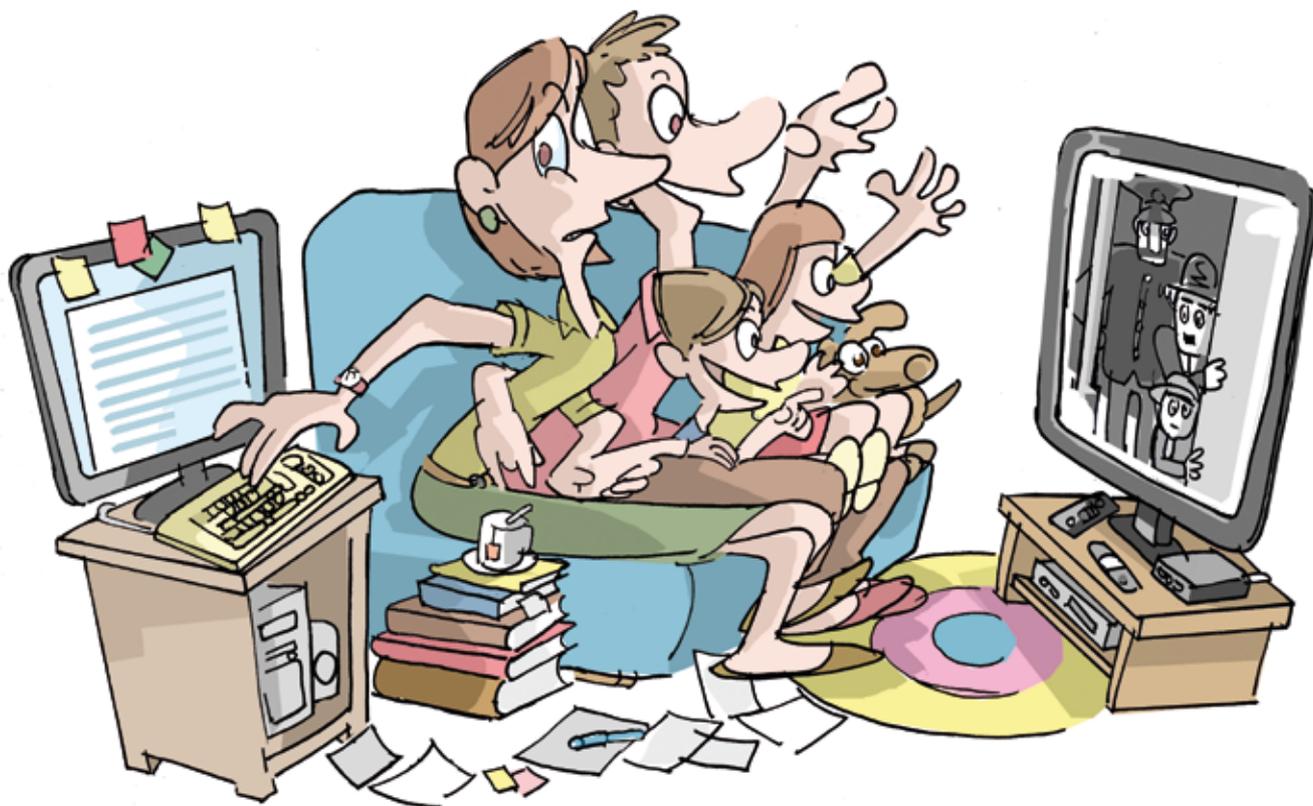
“Os militares queriam informações sobre dom Paulo”, relata Silvana: “Minha irmã frequentava a Cúria, trabalhava na Comissão Justiça e Paz. E o Fleury disse que ela só poderia ser amante do dom Paulo. Com palavras mais vulgares. Ela sentou a mão na cara dele. Por orientação médica, ele não pôde revidar”.

Evandro Jardim pondera que “hoje, evidentemente, a experiência vocacional teria que ser adequada à essa realidade nossa. Mas acho que a consciência ficou em nós”. “Porque a experiência, o que era, no fundo? Uma consideração à formação humanista, o respeito pelo outro, uma consciência social. É isso. Ninguém é ingênuo para achar que vamos conseguir o ideal, mas na minha opinião a proposta vive”, aponta.

Antonio Pedro Zago, professor de matemática do Colégio Oswaldo Aranha, explica em *Vocacional: uma aventura humana* que “era um jovem de 24 anos, idealista, querendo trabalhar com educação”, pois “acreditava sim que educação podia mudar o mundo”. Depois completa: “Por que não?”

TORNADA MERCADORIA, PESQUISA É FATOR DE COMPETIÇÃO E ESTRESSE

Guilherme Jeronimo
Jornalista



*No Brasil e no exterior, a produção de **papers** em escala industrial leva ao surgimento de casos de plágio, má conduta, falseamento de resultados de pesquisa, ao mesmo tempo em que surgem sinais de fadiga e de rebelião contra os cânones produtivistas de Bolonha e a mercantilização recorde das publicações científicas. Nas universidades públicas em mutação, a expansão dos cursos de pós-graduação e o avanço da pesquisa levaram a uma clivagem interna, com o surgimento de grupos de diferente prestígio e de rivalidades entre “docentes” e “docentes pesquisadores”*

De um lado, modelos favoráveis à valorização de um ritmo elevado de publicação de resultados de pesquisas científicas e seu tratamento como mercadoria, com proteção intelectual, publicação em bases fechadas, formação de um mercado editorial científico. De outro lado, os modelos que preconizam um entendimento do conhecimento científico como bem público, não apropriável em sua essência, especialmente quando financiado por entes públicos.

Ainda que bastante debatida, a tensão entre esses modelos aumenta, ganha relevância contínua nos cenários interno e externo, e termina por aprofundar o debate sobre a máxima “publicar ou perecer”, do zoologista Harold J. Coolidge.

No Brasil o tema remete à construção de uma política científica norteada pelo positivismo cientométrico fundado em avaliações permanentes do corpo docente, índices de excelência, ranqueamentos, aporte de recursos financeiros em agências de fomento estatais — distribuídos conforme critérios de “mérito” — e pela reestruturação das carreiras docentes, como ocorre na USP desde 2012 (pela via da “progressão horizontal” que instituiu dois níveis de Professor Doutor e três níveis de Professor Associado).

No exterior, o grau de acirramento dos antagonismos pode ser aferido por uma tragédia real: o suicídio, em janeiro de 2013, do estudante e ativista Aaron Swartz, criador da tecnologia de compartilhamento de informações Really Simple Syndication (RSS), quando

estava clara sua derrota num processo milionário por acessar e copiar artigos acadêmicos de acesso restrito da base do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Mas, na contracorrente, há quem se bata por uma produção científica em ritmo mais condizente com a checagem dos resultados e com o caráter artesanal da pesquisa, caso dos signatários do manifesto por uma *Slow Science* e da defesa da publicação científica em bases abertas, iniciada em 2012 na Inglaterra.

Nos Estados Unidos, manifestações recentes da Universidade Harvard no sentido de que seus pesquisadores passem a divulgar suas pesquisas em locais de acesso aberto, segundo noticiado pelo jornal *The Guardian*, são sinal de que uma renegociação da dinâmica de publicações é iminente. Paralelamente ocorre a chamada “Primavera da Academia”, iniciada por um movimento de cientistas da Universidade de Cambridge, liderados pelo matemático Timothy Gowers, e que reúne mais de 10 mil acadêmicos em boicote à maior editora de periódicos científicos, a Elsevier, que, sem remunerar os cientistas, publica revistas cuja assinatura custa entre 20 mil e 40 mil dólares!

Cá e lá, a produção de *papers* em escala industrial leva a denúncias de plágio, má conduta, falseamento de resultados de pesquisa, como suspeita-se em relação à ministra alemã de Educação, Annette Schavan, que deixou o cargo em fevereiro de 2013 após acusações de plágio em sua tese de doutorado em Filosofia (realizada na década de 1980, na Universidade

de Düsseldorf). No Brasil, um caso exemplar envolveu, em 2013, o professor Rui Curi, então diretor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP e autor de mais de 500 artigos científicos, obrigado a pedir a retratação de alguns, em 2013, após denúncia de fraude (vide *Informativo Adusp 357*, <http://goo.gl/p5uFWo>). Embora investigações conduzidas, separadamente, pela USP e pela Comissão de Integridade na Atividade Científica (CIAC) do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) não tenham identificado falsificação de resultados, a CIAC “verificou que há erros na composição de figuras e na apresentação de dados, erros reconhecidos pelos autores denunciados, que indicam descuido nos procedimentos empregados na elaboração e revisão dos manuscritos”, e concluiu que “houve falha no exercício de rigor na condução e divulgação de resultados, indispensáveis à pesquisa de qualidade”, como reportou Herton Escobar no jornal *O Estado de S. Paulo* (<http://goo.gl/tWrIID>).

O jornal *Le Monde Diplomatique* citou que uma pesquisa sobre bases de trabalhos científicos identificou 17 milhões de publicações científicas entre 1950 e 2007, somente na base de dados Medline (EUA), e fez alusão a um aumento nas retratações de artigos. Na disputa por espaços em publicações de prestígio e por um maior número de citações, que indicariam maior relevância da produção, estaria ocorrendo, segundo *Le Monde Diplomatique*, “tráfico de influências” e “artigos assinados por dezenas de nomes”, formas de

driblar os sistemas automatizados e suas fórmulas de contagem (vide também *Revista Adusp* 50, de 2011, <http://goo.gl/rzRwnk>).

Conflito de interesses, fraudes, acusações de plágio não chegam a ser novidades no mundo científico. Mas sua ocorrência em grande número, agitando os bastidores da comunidade científica, parece refletir a crescente relevância da ciência (e das universidades) como força produtiva no capitalismo atual. Cada vez mais, cabe aos pesquisadores adequar-se a parâmetros mercantis de classificação para fazer jus a certas recompensas (bolsas, financiamentos), ou então buscar diretamente no “mercado” apoio às pesquisas. O risco é que o equilíbrio necessário para que os resultados sejam isentos se fragilize, e nos caminhos das pesquisas de ponta e no desenvolvimento dos estados-da-arte pese a influência dos editais e suas comissões.

Marco Antonio Zago tece críticas à avaliação da pós-graduação pela Capes: “O processo de avaliação precisa ser revisto, mas só tem sido reforçado”. Ele condena a exacerbção, na USP, da fixação de prazos curtos demais para a conclusão de mestrados e doutorados

Indubitavelmente, os gestores do produtivismo acadêmico à brasileira têm obtido progressos, ao menos do ponto de vista cientométrico. Nossos índices evoluem constantemente. Segundo o Science Citation Index, mantido pela empresa Thomson Reuters, em 2013 o Brasil tornou-se o 13º produtor de ciência do mundo. No caso brasileiro o fomento à pesquisa é basicamente público, e tem origem em agências como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, que também é a reguladora do setor, responsável pela avaliação e ranqueamento dos cursos de pós-graduação), o CNPq, a Finep e a Fapesp.

Como se sabe, quem faz pesquisa no Brasil são as estruturas acadêmicas. Segundo o último Censo de Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), existem 284 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, de um total de 2.365. Em 2012, segundo dados da Capes, o país formou 42.780 mestres e 13.879 doutores, um crescimento de 30% comparativamente a 2006, quando produziu 32.280 mestres e 9.366 doutores.

O aumento na produção científica indexada, captado pela Capes junto ao Institute for Scientific Information - National Science Indicators (ISI) e exibido na prestação de contas da agência federal, foi proporcionalmente maior do que o aumento na produção de mestres e doutores, saltando de 19.280 produções em 2006 para 34.824 em 2011. A última Avaliação Trienal da Capes, por sua vez, registra 171.969 artigos publica-



Professor Glaucius Oliva

dos em periódicos em 2012, contra 127.860 publicados em 2010, crescimento que talvez reflita a expansão do sistema público federal de ensino superior. Considerando os últimos três anos foram publicados mais de 448 mil artigos, ainda conforme a Avaliação Trienal.

A *Revista Adusp* buscou, sem sucesso, contato com o presidente da Capes, Jorge Guimarães. Em 2013 a agência recebeu R\$ 2,679 bilhões do governo federal, destinando, desse montante, R\$ 2,2 bilhões a estudantes de pós-graduação. Guimarães é um dos maiores apologistas do modelo produtivista vigente. “Para qualquer país, a sua produção científica torna-se visível pela publicação de artigos originais nas melhores revistas internacionais. É fundamental atribuir esse padrão aos periódicos editados em cada país que compõe o clube mundial do mais elevado mérito na ciência. Isto se faz pela indexação em bases confiáveis, exigentes e seletivas

quanto aos padrões de qualificação dos periódicos”, afirma ele no artigo “As razões para o avanço da produção científica brasileira”, publicado em 2009.

Nesse texto, Guimarães elenca os diversos fatores que, a seu ver, “levam a uma promoção da nossa produção científica”, entre os quais “a crescente presença do Brasil neste *ranking* mundial: da 22ª posição em 1998 para 13ª em 2008”, o aporte de recursos das agências federais, “o crescimento do número e do valor das bolsas federais”, o crescimento de titulados na pós-graduação, “sobretudo no doutorado, onde se dá a maior parte da produção científica brasileira”, e, *last but not least*, “a cobrança de melhor desempenho individual dos pesquisadores na avaliação por todas as agências de fomento”, “as exigências de desempenho dos cursos nas avaliações da pós-graduação pela Capes” e “a criação do Programa Qualis da Capes, que classifica as revistas estrangeiras e brasileiras para orientar a avaliação da Capes”.

Marco Antonio Zago, reitor da USP (ouvido pela reportagem quando ocupava o cargo de pró-reitor de Pesquisa), tece algumas críticas à atual metodologia de avaliação da pós-graduação pela Capes: “O processo de avaliação dos cursos era bem amador, e teve mudança há cerca de 15 anos, com a introdução de regras e parâmetros claros. Agora evoluiu para o excesso, e todo processo de avaliação influencia o meio. Ele precisa ser revisto, mas só tem sido reforçado”. Zago acredita, por exemplo, que houve uma exacerbação, na USP, da fixação de

prazos curtos demais para a conclusão de mestrados e doutorados, induzida pelas diretivas da Capes: “Não é factível fixar um prazo, não só por diferença nas áreas, mas por diferenças e peculiaridades de cada discente. O curso de pós-graduação é muito mais personalizado”.

A maioria dos gestores universitários considera a publicação em massa uma atividade essencial ao fazer científico, até mesmo, alegam, como forma de superar o suposto atraso do país: “Ainda estamos em um momento em que o numérico é importante, e estamos atrás de países muito menores. Não podemos deixar de olhar e ter um planejamento numérico, uma atividade contínua”, defende a pró-reitora de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Maria José Giannini.

“São os pares, em última análise, que vão dizer se um trabalho é bom ou ruim. E por isso é tão importante que os comitês que fazem a avaliação de solicitações, de projetos, conjuntamente possam fazer a análise da produção científica de uma pessoa”, avalia Glaucius Oliva, do CNPq

Outro “termômetro” para a atividade científica no país, o CNPq atua



Professor Luis Castiel

principalmente no apoio direto a pesquisadores e estudantes e na cessão de recursos para atividades acadêmicas. Em 2012 recebeu do Ministério da Ciência e Tecnologia um repasse de R\$ 2,060 bilhões, dos quais destinou R\$ 1,38 bilhão para bolsas de pós-graduação. Em 2013 houve recuo no orçamento, com R\$ 1,955 bilhão, dos quais R\$ 1,22 bilhão para auxílio a estudantes. O presidente do CNPq, Glaucius Oliva, comenta para a *Revista Adusp* a pressão por produção: há que “olhar para a ciência brasileira como um sistema, valorizando quem produz ciência de alto nível, quem faz *papers*, quem publica”, advoga, mas, por outro lado, “a gente também tem de valorizar aquele camarada que usa este conhecimento para fazer extensão, que usa esse conhecimento para chegar à sociedade”. Assim, diz ele, as avaliações do CNPq buscam averiguar não apenas quantidade, baseando-se em três critérios: relevância, originalidade e repercussão dos projetos.

Luiz Anelli



Professor João dos Reis Silva Jr.

Esta avaliação pode ser feita de três maneiras “objetivas”, segundo Oliva. Uma delas é focar a relevância das revistas em que o pesquisador publica, valorizando o fator de impacto dessas publicações. Outra é o quanto um trabalho é considerado relevante pelos pesquisadores de uma área, medido pela quantidade de citações que recebe ao longo do tempo, gerando estruturas de comparação como o “índice H”, que correlaciona quantidade de artigos com a quantidade de citações que estes recebem. A terceira e mais relevante maneira, prossegue o presidente do CNPq, é a revisão por pares. “São os pares, em última análise, que vão dizer se um trabalho é bom ou ruim. E por isso é tão importante que os comitês que fazem a avaliação de solicitações, de projetos, possam conjuntamente fazer a análise da produção científica de uma pessoa”, explica.

Mas, mesmo que o foco não esteja exclusivamente na quantidade da

produção, essa ainda é considerada relevante. Oliva cita o fato de termos hoje cerca de 350 mil professores universitários, e uma produção média de 35 mil artigos por ano: “Há programas de pós-graduação hoje em que a média de produção anual é acima de seis a sete artigos por ano. É uma média absolutamente razoável de ser mantida”.

Uma peculiaridade nacional, segundo Oliva, é a de que esta produção é oriunda dos programas de pós-graduação, com participação dos alunos de mestrado e doutorado, enquanto em outros países é maior a relevância de estudantes de pós-doutorado e pesquisadores contratados por laboratórios. Talvez por esse motivo o financiamento à internacionalização da pesquisa brasileira tenha se tornado a menina dos olhos da Presidência da República, que criou o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com a finalidade de centralizar o financiamento e a negociação de vagas em instituições do exterior. Não por coincidência o programa é conduzido pelos ministérios responsáveis por Capes e CNPq, respectivamente o Ministério da Educação (MEC) e o da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O programa prevê a oferta de 101 mil bolsas para graduandos e pós-graduandos. O site oficial do programa informa que até 2015 o CsF oferecerá quase 47 mil bolsas de graduação, das quais 1.000 de mestrado profissional, 24.600 na modalidade doutorado-sanduiche, 9.790 para doutorado pleno e 11.560 para pós-doutorado. Do ponto de vista do direcionamento dos recursos, há ênfase quase exclusiva para as áreas de engenharias e saúde.

“No campo da saúde acabamos nos tornando empresários de nós mesmos, de grupos de pesquisa que buscam financiamentos para continuar produzindo certo tipo de pesquisa que acaba tendo uma função de se estabelecer nesses jogos competitivos”

Os números mostram evolução, mas quem determina seus rumos? Para o professor Renato Dagnino, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), uma lógica de neutralidade garante que o direcionamento da pesquisa seja feito, em grande medida, pela própria comunidade científica, o que se altera somente quando um ator social muito forte, que precisa do conhecimento, direciona as pesquisas. Na visão de Dagnino, nossa pesquisa foi privatizada pela própria comunidade científica, e seus órgãos de gestão e fomento somente refletem este pensamento, decidindo o rumo dos investimentos. “Enquanto pesquisadores, fazemos a política, que vem de baixo para cima, em cada artigo, em cada tese. Há, porém, um discurso privatista, mimético. A política de Ciência e Tecnologia continua neoliberal”.

A tendência é mundial, e teve seu corolário apresentado na fati-

dica proclamação de Bolonha. “A declaração conjunta de 29 estados europeus na reunião de Bolonha, em 1999, marca antes a consolidação do projeto neoliberal para a educação superior de modo articulado, no bloco europeu, do que o começo do processo neoliberal neste setor ou em outro qualquer”, entende o professor **Ciro Correia**, do Instituto de Geociências (IGC-USP) e atual presidente da Adusp.

A aplicação deste modelo no Brasil torna o campo alheio a muitos dos problemas nacionais. “Se nos sistemas americano e europeu isso guarda relação com um projeto de hegemonia, à revelia das perversidades que encerra, aqui a imposição desta mesma lógica apenas fortalece e contribui de modo periférico para a ampliação da área de influência e inserção destes projetos exóticos, sem qualquer preocupação com o que de fato poderia ser mais responsável enquanto política educacional com vistas à superação das deficiências nacionais no campo da educação, da ciência e da tecnologia”, explica **Ciro**.

Tal processo, segundo o professor **Luis Castiel**, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), está relacionado a uma mudança no papel das universidades. Há algumas décadas elas tinham “as funções institucionais de uma excelência voltada para uma ideia de avanço de produção, uma certa ideia de conhecimento que havia na época”. Hoje teriam se tornado organizações sociais regidas por metas, objetivos, critérios gerenciais, desempenho e avaliação



Professora Marinalva Oliveira

desse desempenho.

“No campo da saúde acabamos nos tornando empresários de nós mesmos, de grupos de pesquisa que buscam cada vez mais financiamentos para continuar produzindo. Mas produzindo certo tipo de pesquisa que acaba tendo uma função de se estabelecer nesses jogos competitivos e de ocupação de espaço, captação de recursos humanos e a formação de recursos humanos dirigidos para um certo tipo de atuação”, aponta **Castiel**, para quem as disputas se dão em ritmo de alta competição por recursos para fazer pesquisas, que por sua vez serão orientadas por critérios atrelados a uma ideia de produção de conhecimento na qual se encontra o conceito de “inovação”, e tomam por natural a concepção de produção sustentável.

Tal tendência, porém, pode ser mais uma política de Estado do que de governo, na qual as políticas e programas em voga têm por

objetivo colocar a universidade pública nacional a serviço das políticas econômicas setoriais, acredita **João dos Reis Silva Júnior**, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para **Silva Júnior**, o Estado também se retirou da universidade pública, permitindo a entrada do capital e a mercantilização da educação superior pública: “A universidade assume nova função socioeconômica com severas consequências para o trabalho do professor pesquisador, da natureza da produção científica e sua utilização e para a carreira docente. O tempo que rege toda atividade desenvolvida pelo professor não é mais o tempo criador e acadêmico-científico, mas o tempo da economia sob a orientação da gestão monetária”.

O impacto desta gestão atinge em especial os docentes, que passam a lidar com um duplo vínculo: a universidade, cujo salário se regula pela carreira docente, e os órgãos de fomento, que influenciam decisivamente na carreira efetiva do professor e em seu trabalho. “Nesta carreira objetiva e concreta, o trabalho do professor é intensificado e comprimido no âmbito espaço-temporal. Ele precisa atender à demanda de docência na graduação, e para ter acesso a financiamento de pesquisa terá que ser credenciado nos programas de pós-graduação, pesquisar, correr atrás da bolsa de produtividade, fazer palestras, conferências, seminários; e tentar viver com a família, ter um tempo para si, por exemplo os finais de semanas, em geral passados com trabalhos”, destaca **Reis**.

Não bastando a pressão sobre a vida pessoal e profissional, o docente sofre ainda ingerência externa sobre sua própria pesquisa, induzida pela política de editais, com prazos e recursos comprimidos e perda da autonomia e identificação com o que se investiga. “Sua alma está cindida. Isto explicaria o atual nível de conflitos que se pode observar nas universidades, muito sofrimento e adoecimento e um acentuado uso de medicamentos controlados ou mesmo o uso do álcool”, aponta o professor da UFSCar (vide também *Revista Adusp* 48, de 2010, <http://goo.gl/Pkd9FA>).

Arquivo pessoal



Professora Ana Maria Machado

versidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Estes novos poderes influenciam as dinâmicas da universidade, e tornam o cenário nebuloso, inclusive para uma parcela dos docentes envolvidos, que não se dá conta de todas as dimensões e implicações do novo ambiente universitário.

Na visão da professora Ana Maria, o avanço da pesquisa e a expansão dos cursos de pós-graduação levaram a uma clivagem dentro das universidades, com o surgimento de grupos de diferente prestígio e de rivalidades entre “docentes” e “docentes pesquisadores”, criando heteronomia no corpo docente. “Por mais que se queira esmaecer as diferenças, elas existem e fazem pesar sobre o pesquisador universitário um conjunto suplementar de exigências externas. Apresenta-se aqui um problema de quebra de isonomia e também um problema com relação à autonomia”, aponta, destacando que as atribuições de um e de outro grupo são distintas, e há forte impacto na carreira universitária.

Ela acredita, contudo, que há espaços para ganho de autonomia e percebê-los depende de o pesquisador ter consciência de sua condição, seu papel e das relações entre ciência e sociedade, indústria e universidade: “Parece-nos que seria preciso levar à discussão estas questões durante a formação de mestres e doutores, a fim de que os interesses da coletividade, do bem comum, possam ser defendidos no contexto da pesquisa que precisa ser entendida pela sociedade como bem público”.

“Há um crescimento vertiginoso das demandas de trabalho, do ritmo de atividades e do adoecimento dos docentes. Equipamentos e material de consumo devem ser obtidos por meio de editais, já que foi reduzido o investimento direto nas instituições federais de educação”

talações prediais, equipamentos e material de consumo que devem ser obtidos por meio de editais, já que foi reduzido o investimento direto nas instituições federais de educação”, aponta Marinalva Silas Oliveira, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

A categoria lida ainda com a disputa em torno de seu plano de carreira, que recebeu forte impacto da concepção produtivista em vigor. Implantado no meio de 2012, durante a última greve docente, o plano de carreira premia docentes que consigam fontes externas de financiamento à pesquisa, e atribui grande peso às publicações. A competitividade torna-se extremada quando o pesquisador passa a ter “outros patrões, além daquele que efetivamente paga o seu salário”, como nota, incisivamente, Ana Maria Netto Machado, da Faculdade de Educação da Uni-

Em âmbito federal a busca por uma maior produção também afeta de diversas maneiras o docente. “Há um crescimento vertiginoso das demandas de trabalho, do ritmo de atividades e do adoecimento dos docentes. Faltam ins-

A USP gerou ou abrigou, ao longo de oitenta anos, inúmeros quadros acadêmicos e políticos que se tornaram referências à esquerda e à direita. Mas sempre foi controlada por uma oligarquia: um relativamente pequeno grupo de professores titulares que fazem lembrar os antigos catedráticos — e cujo poder emana de forças conservadoras e da máquina do governo estadual. O professor J.G. Rodas, do Direito, guindado à condição de reitor pelo então governador José Serra (PSDB) numa operação planejada, conduziu a gestão mais intolerante e destrutiva em décadas

Quando, ao final da gestão Suely Vilela (em dezembro de 2010), o então governador José Serra (PSDB), ao exercer a prerrogativa de escolher um nome entre os três mais votados no colégio eleitoral de reitor da USP, fixou-se no de João Grandino Rodas, o segundo na lista tríplice, de imediato se percebeu que essa opção política implicava um endurecimento da Reitoria frente às entidades representativas e movimentos sociais, bem como uma reorientação da Universidade que atendesse a certas expectativas do governo estadual.

Antes de tornar-se diretor da Faculdade de Direito (FD-USP), onde envolveu-se em sérios conflitos com estudantes e docentes, J. G. Rodas foi desembargador no Rio Grande do Sul. No governo de Fernando Henrique Cardoso, integrou por algum tempo a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça — na qual em alguns casos, como no do assassinato de Zuzu Angel, acompanhou o representante do Exército e votou contrariamente às vítimas da Dita-

dura Militar — e presidiu, depois, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão do Ministério da Justiça encarregado de combater práticas empresariais predatórias.

Nada fazia dele um *scholar*, nem mesmo um administrador acadêmico notável, ao contrário: suas arbitrárias e excêntricas decisões na FD, tais como empacotar e “exilar” a veneranda biblioteca da escola, sem consultar ninguém, ou atribuir nomes de ricos a determinadas salas do histórico prédio em troca de doações financeiras, geraram tensões e ressentimentos que fariam com que lhe fosse atribuído, quando já ocupava o cargo de reitor, o indelével título de *persona non grata* da Congregação, aprovado por unanimidade.

Fosse como fosse, amparado na condição de diretor de uma das mais afamadas unidades da USP, bem como na posição de amigo pessoal de FHC e do ex-ministro Celso Lafer (também professor no Largo São Francisco), J. G. Rodas escalou-se, ou foi escalado, para disputar a candidatura a reitor. Fa-

lou desajeitadamente (e insistentemente) em “diálogo” e fez uma campanha forte. Obteve apenas o segundo lugar no colégio eleitoral, mas esse detalhe não importava! Era o suficiente para integrar a lista tríplice, condição *sine qua non* para que o governador pudesse guindá-lo à condição de reitor. Ao nomeá-lo, Serra tornou-se um dos principais responsáveis pela pior gestão reitoral da USP desde o final da Ditadura Militar, em 1985.

A postura imperial do novo reitor deu-se a conhecer logo após a nomeação. J. G. Rodas marcou sua própria posse para o fim de janeiro de 2010, mais de um mês depois de encerrar-se o mandato de Suely. Não bastava ser um reitor tucano, era preciso ter estilo, e ele estava determinado a imprimir seu modo de governar em praticamente todas as facetas da vida da USP, conduzindo seus projetos *manu militari* e fazendo ouvidos moucos à comunidade. A reforma do Antigo Prédio da Reitoria foi um dos marcos paradigmáticos desse estilo *prendo-e-arrebento*.

Na virada de 2010 para 2011, nova e chocante surpresa: a gestão de J. G. Rodas demite de uma só vez 270 celetistas aposentados, ferindo assim resoluções cristalinas do Supremo Tribunal Federal e orientação anterior da própria Consultoria Jurídica (hoje PG-USP)



Rodas inaugura sua parceria com a Secretaria de Segurança

Sem aviso prévio, sem comunicação ao Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) e sem qualquer tentativa de negociação, a Reitoria começou a desalojar os diferentes serviços e órgãos que funcionavam no Antigo Prédio, como o Instituto de Estudos Avançados (IEA), a Procuradoria Geral (PG), a Editora da USP (Edusp), a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), o Coral da USP. Os funcionários foram despachados para trabalhar em locais distantes do *campus* do Butantã, como o centro da cidade ou o bairro de Santo Amaro. Alguns, menos infelizes, foram realocados na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, em imóveis alugados no entorno do *campus*. Com a finalidade de sediar alguns desses órgãos, J.G. Rodas mandou que se adquirissem imóveis. Espaços do Centro Empresarial Santo Amaro e outros imóveis foram comprados pela USP pela bagatela de R\$ 34 milhões.

A Rádio USP, cujas dependências e estúdios haviam passado por uma completa reforma, foi inapelavelmente desalojada, assim como a TV USP. A moderna livraria “João Alexandre Barbosa”, da Edusp, situada numa das esquinas do prédio, recém-inaugurada (2009) e que contava com crescente afluência de público, foi inicialmente interditada, e posteriormente atropelada pela obra (atualmente, depois de breve estada no Museu de Arte Contemporânea, a livraria foi reinaugurada na Biblioteca Brasileira). Os funcionários por fim conseguiram organizar uma resistência à diáspora forçada. A Reitoria precisou negociar com o Sintusp: aceitou a permanência daqueles que ainda não haviam sido removidos e se declarassem contrários à mudança de local de trabalho.

Também a sede da Adusp, no anexo do Antigo Prédio, foi removida num processo conturbado, no qual o reitor buscou interpelar judicialmente a diretoria da entidade (por outro motivo, relacionado a supostas de-

clarações contra ele), teve de recuar, cedeu um novo imóvel, mas jamais assinou o Termo de Permissão de Uso que regularizaria a situação.

Assim, desapareceu a perspectiva de “diálogo”, que parecera ganhar um alento momentâneo quando da assinatura de um acordo com a Adusp relativo ao pagamento parcial da Ação do Gatilho (*Revista Adusp* 50, p. 84: <http://goo.gl/1ZCCUq>), em meados de 2011. A partir desse momento a Reitoria abandonaria a interlocução seja com a Adusp, seja com quaisquer movimentos.

Porém, o modo de agir da nova gestão já ficara evidente na virada do ano de 2010 para 2011, quando a universidade viu-se abalada por uma nova e chocante surpresa: a gestão de J. G. Rodas demitira 270 funcionários celetistas aposentados, ferindo resoluções cristalinas do Supremo Tribunal Federal e orientação anterior da própria Consultoria Jurídica da USP (hoje denominada PG). Os recessos, momentos de esvaziamento sazonal e desmobiliza-

ção da Universidade, logo se viu, seriam os preferidos da gestão para o anúncio de medidas perversas ou controvertidas.

O reitor considerava-se tão seguro de sua força política que, ao longo da gestão, encaminhou diversas questões sensíveis, de grande importância na vida da instituição, sem sequer consultar o Conselho Universitário — embora dispusesse, na maior parte do mandato, de tranquila maioria nesse colegiado. Um exemplo cristalino: a reforma privatizante do sistema de saúde da USP, inicialmente por meio do “Sistema Próprio de Saúde”, lançado em 2011, mas rapidamente fracassado, e num segundo momento por intermédio do “Plano de Saúde por Pré-Pagamento”, em 2012. O assunto, que interessa diretamente à maioria dos mais de 15 mil funcionários técnico-administrativos e 6 mil docentes (e em maior ou menor medida a dezenas de milhares de estudantes), simplesmente não chegou ao principal colegiado da USP.

O mesmo se deu com a implantação do ambicioso programa USP Internacional, lançado em março de 2013. A Resolução 6.518/13 criou “Núcleos Internacionais da USP” em São Paulo, Boston, Londres e Singapura, e instituiu um “conselho internacional”, presidido por Celso Lafer. O artigo 9º rezava que o programa funcionaria “por prazo determinado, até 24 de janeiro de 2014”, quando seria apresentado um relatório das atividades desenvolvidas e uma nova proposta “para os próximos quatro anos”! (Contudo, até agora não há notícias nem do relatório, nem da proposta).

A violenta invasão do campus do Butantã pela PM, em 2009, com aval de Suely, foi proposta no Conselho Universitário por Rodas, então diretor da FD. Ao longo da sua própria gestão na Reitoria, ele abriria os portões da USP mais de uma vez à entrada das tropas de choque

Em certo sentido, a gestão de J.G. Rodas representou a continuidade da gestão de Suely. Ele herdou dela, presumivelmente por acordo, o chefe de gabinete, Alberto Carlos Amadio, e o coringa Wanderley Messias, superintendente de relações institucionais. Ele também nomeou o filho de Suely, Carlos Alberto Vilela Sampaio, procurador da USP, o que foi denunciado ao Ministério Público Estadual (MPE) como irregular. O MPE abriu investigação, com a finalidade de averiguar também o ingresso de Gustavo Monaco no quadro de procuradores da USP e, sobretudo, sua nomeação como procurador geral.

A violenta invasão do *campus* do Butantã pela Polícia Militar, em 2009, com aval de Suely, foi proposta no Conselho Universitário por J.G. Rodas, então diretor da FD. Ao longo da sua própria gestão na Reitoria, ele não apenas estreitaria a relação institucional entre a USP e a Secretaria da Segurança Pública

(SSP), como abriria os portões da universidade mais de uma vez à entrada das tropas de choque da PM. O assassinato de Felipe Ramos de Paiva, aluno da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) vítima de assaltantes em maio de 2011, foi manipulado por J.G. Rodas, que o utilizou para justificar maior presença de policiais militares no patrulhamento do *campus*.

Em setembro de 2011 é assinado convênio com a SSP, garantindo aumento do contingente da PM. Em outubro, a detenção, no *campus*, de três alunos que estariam fumando maconha dá início a uma série de incidentes que desemboca na ocupação da Reitoria. O reitor pede à justiça reintegração de posse, que ocorre na madrugada de 8 de novembro, por meio de uma operação militar que envolve 400 soldados e grande aparato repressivo (vide *Revista Adusp 52*, <http://goo.gl/WgSOi3>). É a ponta do *iceberg* da política de J. G. Rodas de criminalização dos movimentos, que envolve outras frentes, como a atuação da Procuradoria Disciplinar (um ramo da PG criado por Gustavo Monaco); a expulsão de alunos após processos draconianos (seis ao todo, dos quais três posteriormente reintegrados por decisão judicial); a montagem de um esquema de espionagem interna, cujo responsável reportava-se ao chefe de gabinete A. C. Amadio; e a criação de uma nova estrutura repressiva, a Superintendência de Segurança (“SS”?), chefiada por coronéis da PM aposentados.

Em todos os episódios que envolveram a PM, o reitor recebeu total apoio do governador Geraldo

Alckmin (PSDB), que chegou a sugerir (logo ele!) que os estudantes da USP precisavam tomar “aulas de democracia” (*sic*). Ao que parece, houve bastante sintonia entre um e outro, embora tivesse sido Serra o autor da nomeação de J.G. Rodas. Sintonia talvez cimentada pela afinidade de ambos com o ultracatolicismo da Opus Dei, que levaria o reitor a apoiar abertamente uma chapa de oposição ao Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre “Alexandre Vannuchi Leme”) cujo material de divulgação recomendava que fossem “queimados no fogo do Inferno”, literalmente, “esquerdistas” como Clinton, Obama e... FHC.

Em julho de 2013, uma epifania agitou o reitor. Ainda que tardiamente, J. G. Rodas pareceu haver descoberto a existência da democracia. Deu a entender, com grande alarde, que abriria um processo de democratização da estrutura de poder da USP, insinuando uma proposta de eleições diretas para o principal cargo da instituição (como parte da mídia chegou a noticiar). Desse modo, a Reitoria divulgou, por meio do informativo oficial *USP Destaques 77*, um “convite” à comunidade universitária para que discutisse o processo de eleição de reitor ou reitora, diretores e diretoras de unidades, chefes de departamentos.

Como nem tudo é perfeito, o enunciado publicado no *USP Destaques* comportava restrições: “Em carta, reitor convida comunidade para discutir processo de eleição de dirigentes; participação pode ser feita pelo site www.democracia.usp.br ou e-mail democracia@usp.br.” Eis



Daniel Garcia

Reitor Marco A. Zago

que o método adotado pela Reitoria para abrir o debate à comunidade impunha, assim, uma mera participação à distância, eletrônica. Nada de incômodos debates presenciais. Ademais, o comunicado utilizava a expressão “participação efetiva”, mas não citava eleições diretas.

As entidades representativas reivindicaram, desde sempre, eleições diretas para reitor e demais dirigentes, na mesma medida em que a oligarquia as rejeitava, valendo-se de alegações meritocráticas e discriminatórias (tais como o caráter transitório da condição discente). Dado que o movimento social não conseguiu mobilização que alterasse a correlação de forças, o resultado do processo deflagrado por J.G. Rodas em 2013 não poderia ser diferente. Como veremos adiante, o Conselho Universitário descartou até a proposta de emenda ao Estatuto apresentada pela Adusp, assumidamente tática: instauração de uma consulta

oficial paritária, com transposição dos resultados para a lista tríplice a ser encaminhada ao governador. O milimétrico avanço obtido, assim, consiste no fato de que a eleição passa a ser por chapas (que reúnem candidatos a reitor ou reitora e vice-reitor ou vice-reitora), pois a modalidade de consulta aprovada pelos conselheiros, por proposta dos diretores, é decorativa: os participantes podem votar em até três chapas e não há sequer ponderação dos votos entre as categorias.

O colégio eleitoral deu aos candidatos a reitor e vice-reitora apoiados por Rodas — Messias e Suely — a segunda menor votação entre as 4 chapas concorrentes: 462 sufrágios, contra 1.206 recebidos por Zago e Vahan

Em setembro de 2013, a Casa Civil de Alckmin chancelou uma provável ilegalidade ao ampliar até 25 de janeiro de 2014 o mandato de J.G. Rodas, computando como data inicial a sua posse no cargo (e não a data final do mandato de sua antecessora). O instrumento para tal foi uma “apostila”, isto é, uma espécie de anotação no decreto de Serra de novembro de 2009 (“revalidado” em dezembro do mesmo ano) que nomeou o reitor, segundo a qual “a contagem dos 4 [*sic*] anos de man-

dato previsto para o exercício do cargo tem início a partir da data da efetiva entrada do interessado no exercício do referido cargo”. (À parte os atentados ao vernáculo, causa espécie que o reitor seja tratado como “interessado”, como se pudesse tomar posse no cargo a qualquer tempo, a seu bel prazer, à revelia de prazos e obrigações).

Não obstante esse favor do governo estadual, o final do mandato reservou amargas decepções para J.G. Rodas. Ele não conseguiu aprovar na reunião do Conselho Universitário de outubro de 2013 a modesta mudança estatutária que defendia para a eleição de reitor ou reitora, a saber: instituição da consulta oficial à comunidade, adotando-se a fórmula “70/15/15”, ou seja, estipulando-se a (esmagadora) proporcionalidade de 70% para o voto dos docentes, 15% para os funcionários e 15% para os estudantes. Prevaleceu a articulação dos diretores de unidades, os quais conseguiram consagrar nesse colegiado uma rebaixada proposta de consulta à comunidade, sem ponderação e sem valor oficial.

Mais grave ainda: o colégio eleitoral que consumou a sucessão deu aos candidatos a reitor e vice-reitora apoiados por J.G. Rodas — Wanderley Messias e Suely Vilela — a segunda menor votação entre as quatro chapas concorrentes, 462 sufrágios, o equivalente a pouco mais de um terço dos 1.206 votos recebidos pelos vencedores Marco Antonio Zago e Vahan Agopyan. (Num também distante segundo lugar, Hélio Nogueira da Cruz e Telma Zorn obtiveram 498 votos. José Roberto Cardoso e José Franchini

Ramires restaram na última posição, com 278 votos.)

A derrota, que sobreveio apesar da concessão do prêmio de produtividade a professores e funcionários em meio à campanha eleitoral de reitor (vide p.75), foi ainda mais contundente na medida em que a dupla Messias-Suely assumiu-se ostensivamente como projeto de continuidade da gestão J.G. Rodas. O reitor em pessoa circulou por unidades da capital e do interior, tanto para pedir votos para a chapa, como para atacar abertamente os demais candidatos — especialmente Zago e Cruz, porque ocupavam, até às vésperas do processo eleitoral, os cargos de pró-reitor de Pesquisa e vice-reitor eleito. Sobre Zago, ele fez questão de lembrar que, se eleito, não poderia cumprir todo o mandato, pois completaria setenta anos no exercício do cargo (como será resolvida tal situação é uma fascinante incógnita, a conferir no decorrer da gestão iniciada em janeiro de 2014).

A vitória de Zago por ampla margem sugere que mesmo a oligarquia que controla a USP — que apoiou, aceitou ou tolerou a maior parte das tropelias cometidas pela gestão que se encerrava — preferiu divorciar-se de J.G. Rodas, não estando disposta a confiar um mandato reitoral ao continuísmo a ser trilhado por colegas de desmedido apetite institucional. Seria uma curiosidade digna de nota o eventual retorno à Reitoria, na condição porém de vice-reitora, de Suely, envolvida em caso de plágio que resultou na demissão do líder de seu grupo de pesquisa na Faculdade de Ciências Farmacêuticas

de Ribeirão Preto, o professor Andreimar Soares, desligado da Universidade em 2011, após processo disciplinar (coautora do trabalho retratado, a ex-reitora foi isentada de responsabilidade). Cabe ainda lembrar que, ao longo de 2013, ganharam força os rumores de que o próprio reitor seria candidato a vice-reitor numa chapa encabeçada por Cruz. Possibilidade que só desapareceu do horizonte quando ele anunciou, em comunicado, que não disputaria cargo algum.

Encerrado o processo eleitoral, o reitor em fim de mandato literalmente desapareceu, deixando a USP acéfala. Entrou de férias. No dia 9 de janeiro de 2014, enquanto se dava, à revelia de qualquer planejamento da Reitoria, a interdição do *campus* da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), em atendimento a uma decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública (ampliando-se assim a crise daquela unidade às vésperas de um novo ano letivo), J.G. Rodas cumpria um merecido descanso, presumivelmente no exterior. O professor Cruz, que havia se desincompatibilizado para concorrer, e reassumiu seu cargo depois da eleição, tornou-se assim “vice-reitor no exercício da Reitoria”. Mas o próprio Cruz declarou ao *Informativo Adusp* que o responsável por tocar os assuntos da EACH era o chefe de gabinete A. C. Amadio.

Por fim, não pode ser esquecido, no epitáfio dessa gestão, o golpe desfechado pelo reitor contra os movimentos sociais, no tocante à criação de uma Comissão da Verdade da USP. Depois de meses de negociação entre o Fórum pela De-

mocratização da USP (que reúne duas dezenas de grupos e entidades, entre as quais a Adusp) e a Reitoria, quando já se aprovava uma fórmula de consenso para a composição desse colegiado, J. G. Rodas repentinamente nomeou sua própria comissão, formada exclusivamente por docentes, incumbindo de sua presidência o professor Dalmo de Abreu Dallari (FD). Obviamente, o reitor ignorou as indicações feitas pelas entidades representativas, entre as quais as dos docentes eleitos por assembleia da Adusp: Amábil Xavier Rodrigues Manço (FMRP), Fábio Konder Comparato (FD), Maria Helena Souza Patto (IP), Marilena Chauí (FFLCH), Pedro Paulo Chieffi (FM), Zilda Iokoi (FFLCH).

Até o encerramento desta edição, a Comissão da Verdade da USP não disse a que veio. Seu futuro será um bom indicador de quanto a nova gestão pretende, realmente, democratizar a instituição.

O Ministério Público impetrou ação contra Rodas por improbidade administrativa. Em outro caso, investiga o ex-diretor da EACH Jorge Boueri (que o então reitor negou-se a destituir), suspeito de enriquecimento ilícito e crimes ambientais

ROMBO ESTIMADO EM R\$ 1 BILHÃO

Um ponto se destaca entre as heranças deixadas por J.G. Rodas: o descalabro financeiro. A gestão atual estima que Rodas tenha “queimado” as reservas financeiras da USP em cerca de R\$ 1 bilhão. A Adusp está exigindo que a Reitoria realize uma auditoria completa nas contas da gestão anterior.

Quanto terá custado, por exemplo, a faraônica reforma do Antigo Prédio da Reitoria (que agora voltou a sediar o gabinete do reitor e outros órgãos da administração central), nominalmente orçada, em 2010, em R\$ 16 milhões, mas que deve ter no mínimo dobrado esse montante?

J.G. Rodas introduziu o mecanismo de aprovação de orçamentos *ad referendum* do Conselho Universitário (que não se rebelou contra tal prática), agravando assim a inexistência de critérios institucionais de prioridades. Qual a real necessidade de certas obras que, provavelmente, consumiram a reserva financeira?

O reitor Marco Antonio Zago e o vice-reitor Vahan Agopyan, que exerceram cargos de destaque na administração Rodas, tomarão a iniciativa de investigar o rombo nas reservas da USP e apurar responsabilidades? O resultado da investigação será levado ao Ministério Público?

Os prejuízos causados à USP pela gestão de J.G. Rodas podem não se limitar àqueles de caráter acadêmico. Há igualmente os danos de natureza material. Em 2013, o Ministério Público Estadual (MPE) impetrou ação contra o então reitor não apenas por atos que cometeu na condição de diretor da FD, mas também porque mandou imprimir com verba da universidade (R\$ 5.319,61), em 2011, 6 mil cópias de boletim no qual atacou o professor Antonio Magalhães Gomes Filho, que o sucedeu na direção daquela unidade.

Foi Gomes Filho quem solicitara ao MPE que investigasse os

acordos, celebrados por seu antecessor com a família do banqueiro Pedro Conde e com o escritório de advocacia Pinheiro Neto, que vinculavam o financiamento privado de obras na FD à atribuição dos nomes dos doadores às salas criadas ou reformadas.

O inquérito civil público 941/13, aberto pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital (MPE), para investigar o ex-diretor da EACH Jorge Boueri por improbidade administrativa em crimes ambientais e enriquecimento ilícito, com base na Lei da Improbidade Administrativa (lei 8.429/1992), pode ter reflexos contra J.G. Rodas.

Isso porque uma representação da Adusp contra Boueri e o então reitor, protocolada no MPE em dezembro de 2013, foi apensada ao inquérito, relacionado ao aterro ilegal realizado na EACH em 2011 com a conivência da direção da unidade. Apesar de todas as evidências e dos fortes indícios de corrupção, o reitor, mesmo pressionado pela comunidade da EACH, recusou-se a destituir Boueri e seu vice-reitor Edson Leite, alegando não haver previsão para tanto no Estatuto. Prossegue ação judicial que a Adusp move contra o ex-reitor e o ex-diretor, agora em grau de recurso após rejeição em primeira instância.

Muito dura com os movimentos sociais, a gestão mostrou-se leniente e omissa no combate a ilícitos administrativos e financeiros. É bastante ilustrativo o caso da Prefeitura da USP de Ribeirão Preto (PUSP-RP), revelado pelo *Informativo Adusp* em dezembro de 2013 (edições 374 e 375). Ali, o chefe da Divisão Financeira, que ascendeu a esse cargo em 2004, apenas um ano depois de ingressar na USP em concurso, realizou pagamentos mensais duplicados para uma empresa, a Starling & Estevão, contratada para realizar, por 12 meses, “manutenção de áreas verdes” no *campus*, por R\$ 880 mil. Quando somados ao valor original os pagamentos ilegais e um aditamento de um ano já assinado pelo prefeito Osvaldo Bezzon (<http://goo.gl/qmGEUy>), a quantia total a ser efetivamente paga à empresa sobe a R\$ 2,1 milhões, embora haja dúvidas até mesmo quanto ao efetivo cumprimento dos serviços contratados.

NOVA CARREIRA E O PODER DA CCAD

Uma das heranças da gestão Suely a que seu sucessor deu prosseguimento, intransigentemente, foi a reforma da carreira docente, aprovada no Conselho Universitário, em 2009, de modo atabalhado e nebuloso. Ela se baseia na criação de subníveis na carreira (Professor Doutor 1 e 2, Professor Associado 1, 2 e 3), bem como no mecanismo da “Progressão Horizontal”, que permite aos candidatos postular ascensão aos “degraus” superiores (fazendo jus a pequeno acréscimo salarial), ou ao cargo de Professor Titular, sem fazer concurso específico, mas por meio da inscrição de seus memoriais em rodadas de avaliação confiada a um grupo de pareceristas *ad hoc*. J. G. Rodas regimentou a nova carreira no Conselho Universitário, por meio da Resolução 5.927, e escolheu a dedo os membros da Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD), eleitos na reunião de outubro de 2011 do colegiado.

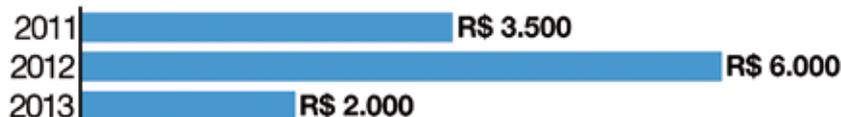
O professor Manoel Fernandes (FFLCH), então representante dos professores doutores no Conselho Universitário (e indicado para participar de uma comissão provisória encarregada de definir os critérios da “Progressão Horizontal”), assim resumiu a evolução dos acontecimentos que resultaram na criação de mais um núcleo de poder na Universidade: “A escolha da CCAD foi apenas mais do mesmo. Depois de todo histórico de aprovação de níveis horizontais de carreira com vícios questionados na justiça; de promessas não cumpridas de retomar a discussão do começo, por parte do Reitor; de ter a comissão da qual fizemos parte se reunido uma única vez, e anunciado o professor que a presidia, via *USP Destaques*, quando seria a votação dos critérios; e do massacre que foi a reunião que aprovou tais critérios em julho deste ano... os nomes aprovados, com raras exceções, são exatamente aqueles que estão em todas as comissões (CLR, COP, CAA e outras tantas), de modo repetido *ad nauseam*”.

A CCAD sentiu-se tão à vontade no papel de “xerife” da avaliação que, mal tendo completado um ano de existência, emitiu diretriz em que, extrapolando sua competência, recomendava a adoção de uma “fração niveladora”: um mecanismo de corte destinado a conter a quantidade de progressões nas unidades em determinadas proporções — geralmente, 50% dos candidatos! Depois de protestos, teve de recuar. Outra aberração é que, nos processos de avaliação para fins da “Progressão Horizontal”, cabe à CCAD dar a palavra final mesmo quando houver recurso do interessado, esgotando-se todos os conflitos no âmbito da própria comissão. Nesses moldes, não resta dúvida de que a CCAD é uma das mais típicas criaturas da gestão liderada por J.G. Rodas.

GESTÃO J. G. RODAS “como fazer amigos e influenciar pessoas”

PRÊMIOS E BONIFICAÇÕES

Concedido a todo o quadro de pessoal, o **Prêmio de Excelência Acadêmica**, criado na gestão Suely Vilela (2008), foi utilizado para desmobilizar as categorias, somando-se à concessão de auxílios como o vale-alimentação e o vale-refeição.



Prêmios concedidos pela gestão anterior:



GREVES

TOTAL DE DIAS EM GREVE DE ACORDO COM A CATEGORIA

	PROFESSORES	FUNCIONÁRIOS	ESTUDANTES	TOTAL
J. G. RODAS	82	139	191	280
SUELY VILELA	55	163	75	169



5 de maio de 2010 **57 dias de paralisação**
1. GREVE DOS FUNCIONÁRIOS
 por reajustes salariais

10 de agosto de 2011 **32 dias de paralisação**
2. GREVE DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DE LORENA
 pela inclusão dos professores e funcionários de Lorena ao quadro de pessoal da USP

8 de novembro de 2011 **120 dias de paralisação**
3. GREVE DOS ESTUDANTES
 contra a presença da Polícia Militar no Campus

10 de setembro de 2013 **50 dias de paralisação**
4. GREVE GERAL NA EACH
 por condições ambientais no campus da Zona Leste, contra a contaminação do solo, da água, vazamentos de metano e pela deposição do diretor, Jorge Boueri

1 de outubro de 2013 **50 dias de paralisação**
5. GREVE DOS ESTUDANTES
 por eleições diretas para Reitor e diretores de unidade, contra a lista tripartite, por uma estatuinte livre e soberana, pela devolução dos blocos K e L do Crusp e por um programa de cotas

REPRESSÃO

Rodas militarizou o campus. Além do convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública, aumentando a presença da Polícia Militar, ele nomeou como Superintendente de Proteção e Prevenção o coronel PM reformado Luiz de Castro Júnior. Multiplicaram-se os processos contra estudantes, funcionários e professores.

PROCESSOS POLÍTICOS

PROFESSORES
interpelados: **10**

FUNCIONÁRIOS
processados: **31**
demitidos: **1**

ESTUDANTES
processados: **86**
expulsos: **6**
reintegrados: **3**

POLICIAMENTO DIÁRIO

PPUSP *
O Coronel não liberou os números de guardas universitários, de viaturas e de câmeras até o fechamento desta edição.

POLÍCIA MILITAR
policiais: **30**
bases móveis: **2**



FUNDAÇÕES PRIVADAS

As entidades ditas “de apoio” foram deixadas bem à vontade pela Reitoria. O maior exemplo: a criação, em **2011**, do **curso pago de graduação em administração** da Fundação Instituto de Administração (FIA), fazendo concorrência ao curso gratuito existente na FEA-USP.

“PLANO B” IMPROVISADO AGRAVA CRISE DA EACH

Foto: Daniel Garcia



Alunos da EACH fazem “rolezinho” no campus Butantã, em protesto que terminou diante da Reitoria, em 10/3/14

A crise na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) parece distante do fim. No final de março, seu *campus* permanecia interdito — sem expectativa de desinterdição a curto prazo — por decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública, enquanto fracassavam três datas anunciadas, sucessivamente, para o início do ano letivo de 2014 da unidade: 10, 17 e 24 de março. A nova gestão da Reitoria preferiu jogar todas as suas fichas nas tentativas de desinterdição, e só quando se deu conta de que não conseguiria é que resolveu improvisar o chamado “Plano B”, há muito reivindicado pelas categorias em luta: no

caso, um local alternativo para abrigar 5 mil alunos, cerca de 270 docentes e 200 funcionários. A improvisação não deu certo. A Superintendência do Espaço Físico (SEF) alocou as turmas do matutino e vespertino da EACH na instituição privada Unid, no bairro do Tatuapé, e espalhou as turmas noturnas por vários locais: Tatuapé e “outras unidades da USP”. Mas o pior é que as turmas mal cabiam nas salas. Por este motivo, a Comissão de Graduação da EACH rebelou-se, negando-se a autorizar o início das aulas na derradeira data anunciada pela Reitoria: “Com as informações disponíveis, até o momen-

to, das instalações que estão sendo oferecidas pela SEF, que se traduzem em número insuficiente de salas, salas com capacidade limitada e sem recursos, inexistência de laboratórios e espaços para a prática, fragmentação dos turnos, dificuldades evidentes de deslocamento para atividades docentes e discentes, dificuldades logísticas para os funcionários, entre outras, a Comissão de Graduação entende que é absolutamente inviável o início das aulas no dia 24/3”. A direção da unidade ratificou o entendimento da Comissão, mas divulgou uma nova data, 31 de março — o que talvez tenha sido impru-



Zago e Vahan chegam ao campus leste, acompanhados de “notáveis”



Bem-humorado, Nakao continua a minimizar riscos em 18/2...

dente, em vista do histórico da USP em matéria de EACH.

No dia 18 de fevereiro, em reunião com a comunidade da EACH (realizada no *campus* do Butantã), o “gestor da crise” designado pelo reitor Marco Antonio Zago, professor Osvaldo Nakao (superintendente do Espaço Físico), conseguiu irritar e frustrar os mais de 100 participantes — na sua maioria docentes — ao minimizar os riscos ambientais do *campus* leste e, ao mesmo tempo, enfatizar as dificuldades que a Reitoria alegadamente vinha enfrentando para identificar um imóvel, público ou privado, capaz de sediar as aulas e outras atividades da unidade interdita.

Três dias depois, o reitor visitou o *campus* interdito na companhia de Nakao, do vice-reitor Vahan Agopyan, do procurador geral Gustavo Monaco e, surpresa!, de uma “comissão de notáveis” que só viria a ser formalmente nomeada em 25 de fevereiro, constituída por Paulo Saldiva, professor Faculdade de Medicina e coordenador do Instituto Nacional de Análise Integrada do Risco Ambiental; Eugênio Foresti, professor de Engenharia Ambiental da Escola



...mas acentua irritação e frustração da comunidade da EACH

de Engenharia de São Carlos; Ricardo Magnus Osório Galvão, professor do Instituto de Física e presidente da Sociedade Brasileira de Física; Alexandre Carlos Penha Delijaicov, professor de Projetos de Edificações da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; e Ana Maria de Oliveira Nusdeo, professora de Direito Ambiental da Faculdade de Direito.

A USP comunicou, posteriormente, que Zago designou “uma comissão especial para acompanhar o andamento das providências que estão sendo adotadas para a regularização da situação ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e propor, se for o

caso, novas medidas que sejam pertinentes sobre o tema”.

A medida, de clara inspiração “midiática”, sugere que a Reitoria não confia na capacidade dos seus órgãos técnicos e continua a subestimar o potencial de contribuição do corpo docente do curso de Gestão Ambiental da própria EACH.

Quanto às condições para um futuro retorno ao *campus* leste, do ponto de vista do movimento das categorias na EACH, continuam valendo as decisões da assembleia realizada em 21 de janeiro na Escola de Aplicação da USP. Só voltarão quando estiverem atendidos os 13 condicionantes listados pela Cetesb.